

Seminário Juros por Educação, 7 de maio de 2024

Transcrição preparada por Suhas Parandekar, Banco Mundial

Transcript

Locutor: o Brasil é a nossa fonte de inspiração acreditamos no poder transformador das histórias contadas todos os dias de norte a sul do país somos curiosos nos aprofundamos nos temas e a consistência ao longo de décadas nos deu a autoridade reconhecida pela audiência ajudamos a fazer as perguntas certas com inteligência e conteúdo de alto nível vamos além das notícias para chegar a intimidade de cada história e inspiramos as tomadas de decisão da saúde dos filhos ao futuro do Planeta das pequenas compras as grandes aquisições do agronegócio a gastronomia das tendências da moda aos clássicos da

[Música]

Locutor: decoração das tecnologias do dia a dia as grandes inovações da escolha do candidato ao seu próximo carro de onde investir a como empreender traduzimos a complexidade de um mundo em transformação Nosso propósito é conectar pessoas e histórias informando educando entretendo

[Música]

Locutor: debatendo ouvindo e nos transformando com o nosso público reconhecemos os talentos e celebramos suas conquistas criamos experiências únicas Antecipamos tendências e refletimos a diversidade cultural do nosso país nossa paixão pela comunicação a inquietude criativa o pioneirismo o inegociável compromisso do jornalismo com o fortalecimento da democracia e a busca incansável pela qualidade nos levam à liderança acreditamos na interdependência da sociedade e das instituições e que cidadãos inspirados e bem informados poder para construir um país melhor trabalhamos com entusiasmo e disciplina e mudamos constantemente para permanecermos fiéis à nossa essência e ao Espírito Criador dos nossos fundadores

Débora Freitas Âncora da Rádio CBN: Olá muito bom dia mais uma vez senhoras e senhores sejam bem-vindos. Sejam bem-vindas ao *Seminário Juros por Educação* uma iniciativa do *Valor Econômico* em parceria com *Itaú Educação e Trabalho* e *Todos Pela Educação*. Eu sou Débora Freitas, Âncora da *Rádio CBN*. Fico muito orgulhosa por estar no comando deste encontro que é o primeiro dos fóruns Valor Econômico um novo ciclo de seminários focado em pautar discussões essenciais para o desenvolvimento do Brasil sempre reunindo líderes empresariais autoridades e especialistas em uma rica e produtiva troca de ideias. Hoje a discussão é sobre a expansão e o fortalecimento da educação profissional e tecnológica em nosso país com o recente lançamento da proposta juros por educação pelo Governo Federal em conjunto com o Ministério da Fazenda e o Ministério da Educação. Vivemos um momento certamente decisivo, então vamos aproveitar a oportunidade para conversar sobre o assunto entender suas minúcias e mais importante garantir a eficácia da implementação desse projeto. Para isso contaremos com as vozes mais interessadas e bem Preparadas em cada painel de discussão. Mas antes de dar início a intensa programação desta manhã eu gostaria de agradecer o prestígio da plateia aqui

presente e a audiência de todos que estão nos acompanhando ao vivo pelo YouTube, LinkedIn e Facebook do Valor Econômico e informar que além das plataformas do Valor nosso evento conta também com a divulgação e cobertura do Jornal Globo CBN e canal Globo News. Agora sim abrindo oficialmente o nosso fórum vamos ouvir as boas-vindas do Valor Econômico realizador do evento e de seus parceiros Itaú Educação e Trabalho e Todos Pela Educação. Gostaria então de chamar ao palco, Fernando Exman, Chefe da Sucursal do Valor Econômico em Brasília. Fernando por favor, Ana Inoue do Itaú Educação e Trabalho, por gentileza e Priscila Cruz do Todos Pela Educação, Priscila por [Aplausos] favor. Por gentileza Fernando, o microfone é seu, você pode dar início aqui à nossas falas

Painel 1: A estratégia do programa “Juros pela Educação”

Fernando Exman Chefe da Sucursal do Valor Econômico em Brasília: Bom dia uma ótima manhã a todos. Em nome da nossa diretora de redação, Maria Fernanda Delmas, eu queria dar l boas-vindas a todos e todas. Com educação tem sido um tema cada vez mais presente nas nossas entrevistas, conversas com empresários, investidores, autoridades, de todas as esferas do poder público. Até porque enfim tem desdobramentos em suas várias e camadas sociais econômicas e reflexões que acabam desdobrando para como a produtividade e qualificação profissional. Oviamente isso tem sido refletido no nosso material tanto em reportagens como em colunas. Com certeza isso cada vez mais ocorrerá e é com muito prazer que a gente também inicia esse evento sobre ensino técnico. O formato amplo vai garantir a reflexão e a discussão desse tema em seus diversos ângulos. Assim como se espera de um jornal como Valor Econômico queria agradecer a presença a todos e passar a palavra para nossos convidados

Débora Freitas Âncora da Rádio CBN: Também obrigada Fernando a palavra tá com você Ana por gentileza muito obrigada.

Ana Inoue Itau Educação: Bom dia a todos muito obrigada pela presença. Agradecer a presença do ministro em nome de quem eu cumprimento todos aqui. A educação técnica profissional é um assunto bastante relevante para juventudes brasileiras e para o desenvolvimento econômico do país. Temos que lembrar que nós temos 88,8 por dados do censo matriculados na educação básica na educação pública do país, então 88% dos jovens hoje dos adultos de amanhã serem egressos da escola pública e desses jovens de 18 a 24 anos nós temos 25% que estão na universidade os outros 75% quando acaba o ensino médio nós temos que pensar - qual é a política a ser oferecida para eles? Então esse evento ele é muito bem-vindo justamente porque por iniciativa do Ministério da Educação junto com o ministério da fazenda estamos pensando na verdade numa perspectiva para as juventudes e no futuro do Brasil. Então tô muito feliz de estar aqui muito obrigada muito obrigada.

Débora Freitas Âncora da Rádio CBN: Complementar aqui nossa abertura vamos ouvir a Priscila por favor.

Priscila Cruz Todos Pela Educação: bom bom dia a todos todas. Uma alegria em primeiro lugar ter esse evento sendo realizado em parceria com o Instituto Educação e Trabalho um grande parceiro com o Valor Econômico que de fato tem conseguido dar muito eco para essa causa da educação profissional. Quero agradecer a presença do ministro Camilo Santana que tem liderado vários processos muito importantes para a retomada de uma nova educação pública no país. Secretários, Governadores, a gente tem aqui sistema de Justiça, Tribunais de Contas, Sociedade Civil organizada, jornalistas. A gente tem aqui uma pessoal muito engajado em educação e que entende a importância da educação profissional para o desenvolvimento social e econômico do país. Mas especialmente como direito desses jovens né, direito a uma formação de qualidade, direito a um emprego melhor a sair da pobreza né, a ter um novo de

vida. Quero também dizer aqui Ministro que esse evento ele também só é possível porque justamente por conta da sua liderança a gente tem agora um novo ensino médio melhor do que o que a gente tinha antes. A gente vai ter esse novo ensino médio que vai demandar mais uma expansão da educação profissional que por sua vez vai demandar mais recursos, né, e para fazer isso de uma forma consistente garantindo qualidade para todos essa integração entre os Ministérios é muito fundamental. Esse tipo de inovação como juros por educação que une a Educação com A Fazenda é algo que a gente precisa cada vez mais. Secretário seron expandir no país porque problemas complexos só vão ser resolvidos com a integração e o trabalho de muita gente de forma conjunta e articulada. Então quero agradecer a presença de todos, agradecer a parceria, agradecer especialmente as equipes do Todos Pela Educação, do Instituto de Educação e Trabalho, do Valor Econômico, que tornou possível esse evento. Um bom evento para todo mundo que as discussões que a gente consiga sair daqui com uma boa discussão para fazer com que essa política avance para o benefício do Estudante brasileiro, muito obrigada

Débora Freitas Âncora da Rádio CBN: muito obrigada Priscila Ana prazer ter vocês aqui com a gente bem Vamos então iniciar aos nossos debates o título do primeiro painel é a estratégia do programa juros por educação Fernando chefe da sucursal de Brasília participará de todos os painéis como mediador ao lado de outros colegas alternadamente no painel um a dupla de Fernando será luot repórter especial e colonista do valor Lu por gentileza muito obrigada os entrevistados aqui serão Camilo Santana Ministro da Educação Ministro por gentileza João Azevedo governador do Estado da Paraíba Governador por favor e Dário durigan secretário executivo do Ministério da Fazenda secretário por favor Muito bom dia será uma honra ouvi-los obrigada

Fernando Exman Chefe da Sucursal do Valor Econômico em Brasília: Bom dia bom dia a todos novamente nossa proposta né a gente é que cada um tenha de 5 a 7 minutos para uma umas falas iniciais E aí depois a gente segue com um bate-papo e e vai ser um prazer depois enfim ter também a a possibilidade de ouvir as perguntas da Lu com quem eu tenho muita honra queria primeiro passar a palavra pra Secretário Durigan Secretário Executivo da Fazenda para que ele possa fazer suas considerações iniciais

Dário Durigan, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda: Obrigado Fernando, Ministro, Governador, Lu, Priscila, queria agradecer o convite do valor do Todos Pela Educação e cumprimentar todos os presentes obrigado pela oportunidade pela fala queria dividir essa consideração inicial em talvez três tópicos principais.

O primeiro é o compromisso que a equipe do Ministério da Fazenda tem e eu em especial com o tema da educação. A minha a família toda meu pai foi reitor da Unesp durante muito tempo em São Paulo, meu falecido pai e ele dizia isso a todo o tempo ele dizia que o papel da educação era emancipar as pessoas e via na educação uma oportunidade de vida para todo mundo e pregava isso com muito afinco e meu falecido pai que que faleceu em 2017 e deixou uma série de sementes plantadas seja na minha família e seja no no trabalho que a gente tem desenvolvido. Então queria fazer essa essa marca que é pessoal mas é também de toda a equipe do do Ministro Fernando Haddad que já foi como todos sabem ministro da educação do país.

Um segundo ponto é talvez a questão mais institucional. O ministério da fazenda tem duas grandes premissas para atuação. A primeira premissa é olhar pro que é preciso fazer pro Brasil se desenvolver e esse desenvolvimento ele passa por uma série de Capítulos mas um deles é a responsabilidade fiscal, fazendo o ajuste fiscal, não qualquer ajuste fiscal mas o ajuste fiscal que vá pelo caminho da Justiça, pelo caminho da eliminação de distorções, mitigação de benefícios ineficientes, que façam com que a gente recomponha a base fiscal do país e com isso permita olhar para a frente. E olhar para a frente é o quê? Proteger o colchão de proteção social que a gente tem no país, então tem fazendo ajuste fiscal a gente mantém um orçamento rígido o

orçamento de educação, por exemplo, sem maiores cortes, sem maiores limitações, e a gente olha pra frente no sentido de galvanizar o desenvolvimento que é preciso que Brasil tenha com crédito barato, com inflação sob controle e na parceria institucional que a gente tem feito, a gente tem conseguido avançar nesse sentido. E o segundo pilar é a valorização do diálogo institucional, e eu digo o Ministro Haddad tem dito a todo o tempo, o diálogo com o Congresso Nacional, o diálogo com o Supremo Tribunal Federal, com o Tribunal de Contas, com o sistema de justiça como um todo, e em especial claro dentro do governo. A gente acredita que não é quebrando o prédio público, não é com um diálogo que a gente vai construir um Brasil desenvolvido, que tenha credibilidade internamente e externamente. E pegando gancho no compromisso institucional, alguns deles não são muito caros, né a gente tem falado muito do plano de transformação ecológica que é uma parceria muito feliz que o ministério da Fazenda tem com vários outros Ministérios, mas em especial com o Ministério de Meio Ambiente, com a ministra Marina Silva, e a gente acredita que grande impulso, o grande impulso do desenvolvimento do país, vem de um desenvolvimento sustentável que olhe pras cadeias produtivas, olhe pro impacto das mudanças climáticas.

A gente tá vivendo agora um momento triste no Rio Grande do Sul, e a gente diferente, eu digo às vezes diferente da iniciativa privada em que quando você tem uma nova prioridade, você consegue afastar prioridades antigas a gente acumula prioridades no setor público. Então acumulamos essa outra prioridade agora, que é fazer a resposta ao Rio Grande do Sul. Temos feito isso de maneira muito forte, começando do fim de semana com o Presidente ontem, e hoje a gente vai seguir com novas medidas.

O diálogo institucional, ele precisa permear, ele precisa virar uma normalidade que a gente perdeu por algum tempo no Brasil e eu queria dizer ao Ministro Camilo que uma parceria também que a gente tem muito carinho, e é prioritário pro Ministério da Fazenda é com o Ministério da Educação. A gente discutiu mais cedo nessa gestão, que a reforma tributária - ela seria um grande ganho de produtividade pro país, e é preciso entender a grandeza da reforma tributária que o congresso aprovou ano passado e que nós estamos coordenando a regulamentação esse ano. Mas o segundo grande tema em termos de ganho de produtividade do ponto de vista econômico, né, para além dos outros aspectos que o ministro Camilo vai certamente se referir.

O tema da educação, em especial a educação profissionalizante, a gente tem clareza no Ministério da Fazenda que esse é um elemento de ganho de produtividade, um elemento de ganho de competitividade pro país, um elemento de inovação para além dos ganhos de emancipação e de qualidade de vida das pessoas. É bom pra economia que a gente tem uma boa educação no país, é bom pra economia que os nossos jovens tenham oportunidades de estudar, de se capacitar de ir pro mercado de trabalho, de ter bom salário. Então a gente não mede esforços no ministério para que a gente use os instrumentos financeiros, use a inteligência financeira instalada na equipe econômica, para viabilizar esses bons projetos pro país, seja a título de exemplo a transformação ecológica, seja o juros por educação que a gente tem tratado mais recentemente. Nesse projeto de juros para educação, a gente trago em linhas gerais depois meu amigo Rogério Ceron vai trazer aí talvez mais detalhes e eu tô disposição para responder. Há um problema em especial de alguns estados, mas de toda a Federação, de uma dívida com a união que vai sendo rolada com o tempo e que há uma dificuldade de fato em arcar, em pagar toda essa dívida. A sensibilidade do ministro Haddad permitiu com que a gente tivesse um olhar não simplesmente de perdoar, ou simplesmente de abrir o espaço fiscal, mas de induzir, com bons estímulos esse projeto.

Então a gente tá olhando para um dinheiro que seria pago a título de rolagem de dívida a título de juros para a união. A União abre mão de receber esse dinheiro como recurso financeiro mas em prol de um estímulo pela educação média profissionalizante. A gente acredita nisso é bom

para as pessoas é bom pra educação e vai ser bom pra economia do Brasil se esse projeto for adiante. Então hoje, para que vocês tenham ideia, a taxa com que é rolada a dívida dos Estados com a união que é em linhas gerais IPCA mais 4%, ela já tem algum tipo de subsídio do ponto de vista da União, isso já se rola num nível mais baixo do que por exemplo a União capta e rola sua própria dívida. Mas o estímulo aquele é maior, então a gente tem proposto reduzir ainda mais esse ônus para os Estados, desde que a gente tenha esse plano de fortalecimento do ensino médio e profissionalizante para gente levar o país a um outro nível de produtividade.

Então queria agradecer aqui em especial o Ministro Camilo pela parceria próxima e fecunda com o Ministério da Fazenda e reforçar o compromisso do Ministério da Fazenda com esses bons projetos. Nós estamos no Ministério da Fazenda fazendo o que é preciso do ponto de vista fiscal, do ponto de vista regulatório, mas a gente tem a sensibilidade, a gente tem o olhar, conduzido pelo Ministro Haddad, para onde a gente tem que manter a condução do país, por os caminhos certos sem negacionismo, com amplo diálogo com qualificação, com ciência, com educação, com valorização do meio ambiente, e é para aí que a gente gostaria de seguir trilhando. obrigado

Fernando Exman **Chefe da Sucursal do Valor Econômico em Brasília:** Obrigado Secretário. Governador nós queremos ouvir o Senhor por favor.


João Azevedo **Governador do Estado da Paraíba:** Bom dia Bom dia a todos parabenizar pela organização de um evento que trata de um tema tão importante então a todos da organização os meus parabéns. E dizer de uma maneira muito rápida, o que aconteceu na Paraíba nos últimos anos em termos de ensino técnico, eu tenho uma leitura da importância que é o ensino técnico para o país inteiro eu sempre brinco que eu sou fruto do ensino técnico.

Lá atrás eu tive a oportunidade de fazer curso técnico, eu fui aluno do Instituto, hoje Instituto Federal da Educação, naquela época Escola Industrial Escola Técnica. Eu fiz curso técnico de estradas, e durante boa parte da minha vida, eu me sustentei, me mantive e tive a oportunidade de fazer um curso de nível superior de engenharia, exatamente com tudo aquilo que o ensino técnico me deu. Acho que fortaleceu na verdade, porque essa formação tão importante, ela gerou, abriu portas, e eu tive a oportunidade de trabalhar em diversas empresas. Tudo e isso fez com que eu tivesse condições, vindo de uma família pobre, bancar até meus estudos na universidade. Então o ensino técnico para mim, eu tenho sempre um olhar completamente diferente, por isso que na Paraíba a gente tem avançado muito, a gente tem buscado fazer com que esse segmento tenha um olhar diferente.


Ao chegarmos ao Governo nós encontramos cerca de 50 escolas de ensino técnico, hoje são 161 equipamentos que permitem esse ensino, nós avançamos no número de matrículas, triplicamos o número de matrículas, fizemos uma caminhada que eu acho que foi importante. Eu trouxe alguns slides eu não sei se estão disponíveis aí, para talvez facilitar um pouquinho essa compreensão nossa a respeito do que aconteceu (eu não sei onde é que tá o computador) então no nosso plano Estadual de Educação já tá lá estabelecido que expandir a oferta da educação profissional técnica ela tem que ser buscada constantemente então triplicamos, o número de matrículas ela responsável hoje por 50% da oferta de matrícula.

Já em 2019 houve uma evolução significativa de matrículas no ensino técnico chegando a a mais de 38.000 alunos já matriculados esse ano no ensino técnico.

Da mesma forma a estrutura física acompanhou também hoje são 161 unidades que ministram cursos técnicos das mais diversas áreas. Aqui vai um agradecimento especial à Fundação Itaú, através do Doutora Ana, que nos dá essa assessoria extraordinária da identificação do que é que deve ser implantado em termos de cursos técnicos por região do estado. Nós identificamos no estado as suas demandas e há uma constante atualização do processo, até porque quando


SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE
PARAÍBA DAS ESCOLAS
CORRENTES TÉCNICAS

SECRETARIA DE ESTADO
DA EDUCAÇÃO


GOVERNO
DA PARAÍBA

PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (2015-2025)

- **Meta 6 – Educação Profissional (Corresponde à Meta 11 do PNE)**
 - **Estratégia 6.2:**

Expandir a oferta da educação profissional técnica de nível médio nos sistemas de ensino da Paraíba, preferencialmente na forma integrada ao ensino médio, por meio de cursos vinculados aos arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, a partir da vigência do PEE.

• AVANÇOS

- i. Triplicamos a quantidade de matrículas em 2018.
- ii. Responsável por pelo menos 50% da oferta (matrícula) em 2019.




Figure 1: Paraíba 1

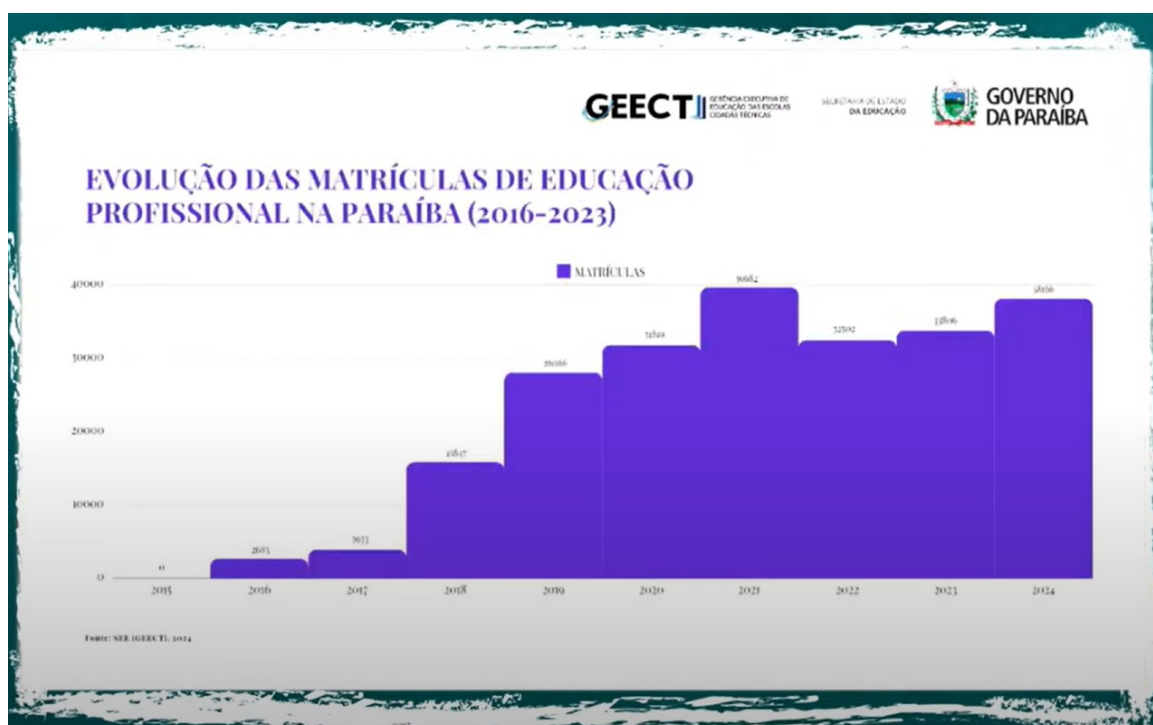


Figure 2: Paraíba 2

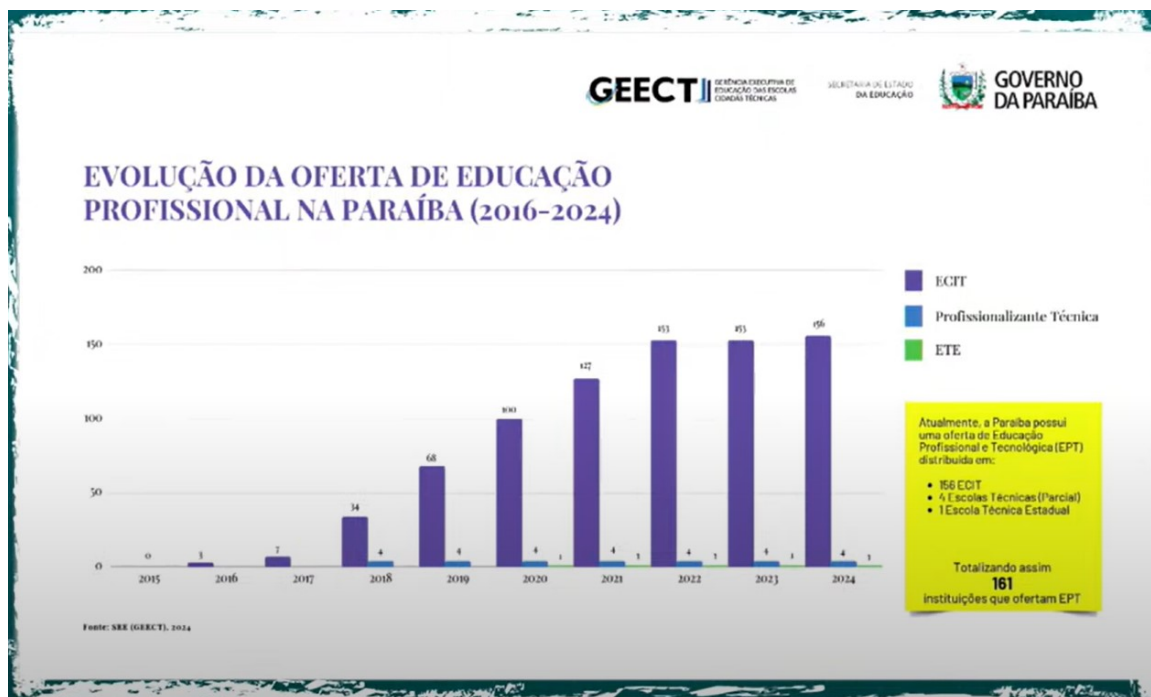


Figure 3: Paraíba 3

you have a segment that starts to grow a lot, the case of renewable energies. Paraíba today has more than 60 solar and wind energy parks installed and this needs to have a hand of work.

Then the people direct this area, they come industries in the area of the pharmaceutical area then you direct, in the automotive area, or there is a constant interaction with the courses that are taught.

Then this structure, it allows this flexibilization, and we are working to expand because in Paraíba we have 65% of the schools of medium education in full time, 65% of our schools of Medium Education they are full time, this made a revolution within this process of medium education.

These are the axes, these are the various courses they made the slide for people not to read even though each line of this is a course that is taught there in each school and the people also have some actions aimed at the technical education the program direct money in the schools in technical schools, it is increasing more than 60% the value that we destined directly for the school. This is a resource that reaches the school that improves the functioning of the schools because you have that small demand, that small need of the school being resolved, and we are now increasing 60% of the value.

Another goal obviously also, within the state education plan is to promote the expansion of the stage. We have in Paraíba created since 2019 a program called *Primeira Chance* this program, the first chance it arose in function of the need to do with the student who finished the technical course when arriving at a company, he responded to a more difficult question that he hears in life - "What is your experience?" As is that you enter a company to work if you do not have experience, you are leaving school and now we created a program *Primeira Chance*, in which the government of the state funds a scholarship, pays the scholarship, he goes to the company to work.

And thanks to God it is a very high percentage, but about 65% of the students they are hired 65-75% are hired in the company that they did this stage. It is a very high number to

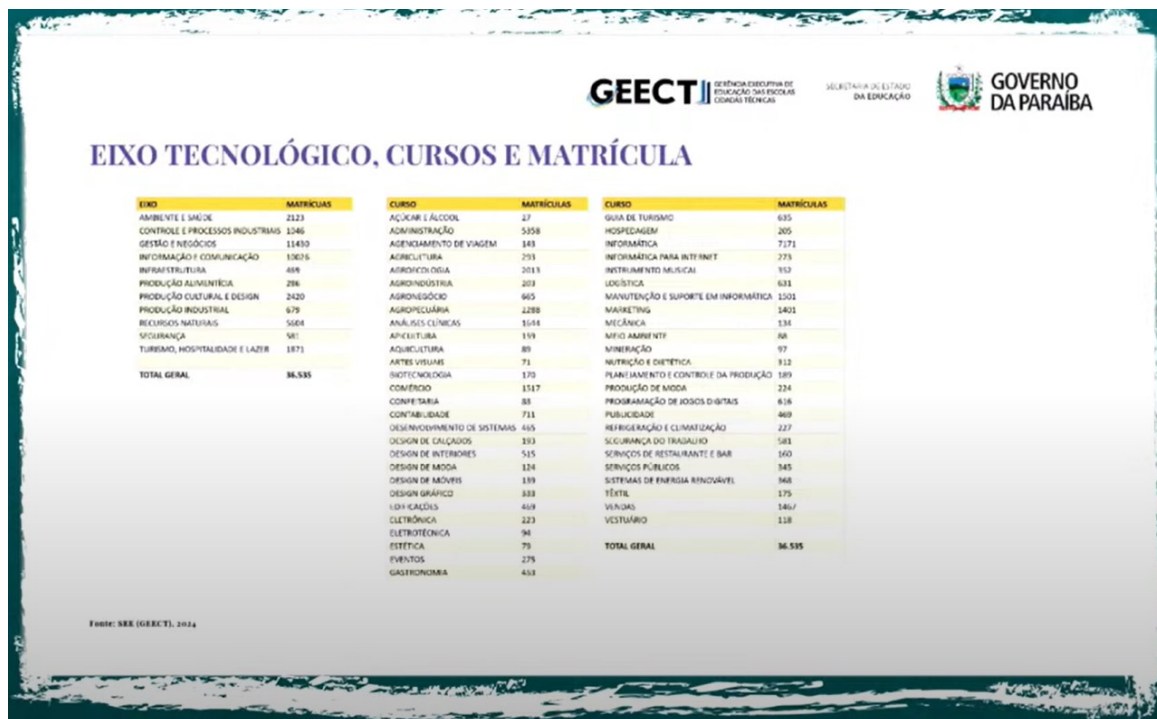


Figure 4: Paraíba 4

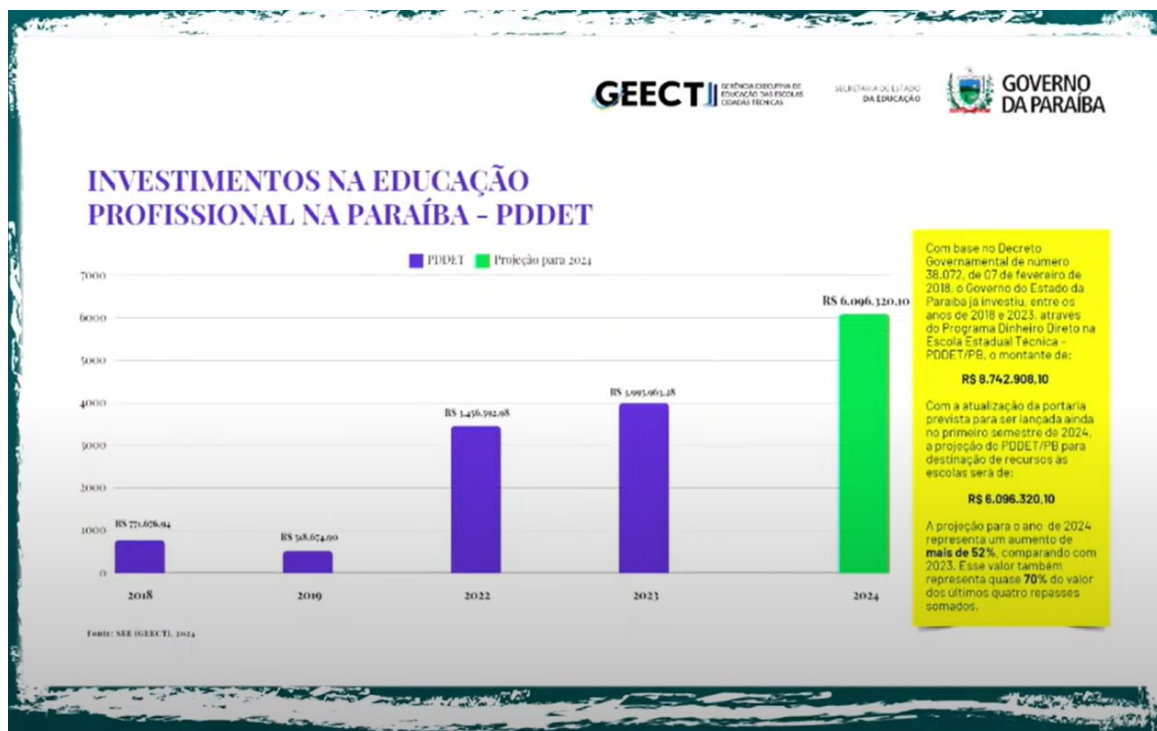





Figure 5: Paraíba 5

PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (2015-2025)

- **Meta 6 – Educação Profissional (Corresponde à Meta 11 do PNE)**
 - **Estratégia 6.6:**

Promover a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio, preservando o caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do (a) estudante, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude.
- **AVANÇOS**
 - i. Criação do Programa Primeira Chance, em 2019.
 - ii. Responsável por pelo menos 50% da oferta (matrícula) em 2019.




Figure 6: Paraíba 6

gente tem esse relatório mas isso atingi um número relativamente pequeno de alunos. A partir desse ano nós fizemos a universalização o que é que significa 100% dos alunos que saem do terceiro ano do ensino técnico eles farão estágio remunerado. Na verdade é importante, porque casa um pouco com o pé de meia é mais um recurso que ele vai receber, e ele pode aproveitar esse recurso então nós estamos investindo aí 28-26 milhões de reais só nesse programa Primeira Chance que tem dado realmente uma oportunidade para muita gente.




Temos, obviamente em parceria com Pronatec o Paraíba Tec. Paraíba Tec e o Pronatec na Paraíba nesse período já formou mais de 6.000 e jovens porque envolvemos inclusive diversas secretarias - Secretaria da Agricultura, da Administração Penitenciária.

Um programa chamado *Porto Cidade* que prepara cursos e administra cursos voltados para atuação, não só no porto, mas na cidade em que o porto está inserido, com as prefeituras - enfim é um avanço importante porque são cursos de curta duração e que tem um resultado importante.

Essas são as ações do Pronatec - 16 editais envolvendo recursos R\$ 18 milhões reais.

Esses são recursos de uma forma geral envolvidos - só em 2024 no ensino técnico na Paraíba mais de R\$50 milhões de reais que eu não tenho dúvida nenhuma permitirão que a gente continue nessa evolução. Como eu disse, nós triplicamos a matrícula. Precisamos, em função das metas que foram estabelecidas até pela CDE que tem uma meta de 37% dos alunos de Ensino Médio estejam na condição de também concomitantemente (ou não), estar fazendo curso técnico.

Essa é uma busca constante e o estado da Paraíba tem feito o seu dever de casa. E com relação à questão do juros por educação eu tenho só uma observação a fazer. Conceitualmente, eu acho que o programa é muito bem pensado, eu acho que ele atende. Agora é preciso um pouco mais para os estados que fizeram seus deveres de casa. Se você faz uma análise do programa, você vê lá, que para os estados que não tenham dívida, ou que tenham pequenas dívidas. Com o estado, será permitido uma agilização dos empréstimos concedidos.

INVESTIMENTOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA PARAÍBA - PARAIBATEC/PRONATEC - 2023-2024




- **ParaíbaTEC**

O ParaíbaTEC foi instituído pela Lei Estadual nº 10.700, de 31 de maio de 2016, e em regime de colaboração com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, da União, objetivando ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica na rede de ensino do Governo do Estado da Paraíba.

Atualmente, são parceiros do programa:

- Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido (ação Agricultura Familiar)
- Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (ação prisional)
- Porto Cidade (iniciativa do Porto que Educa)
- Prefeituras e Secretarias Municipais
- Instituições Requerentes diversas, como associações e cooperativas

Figure 7: Paraíba 7

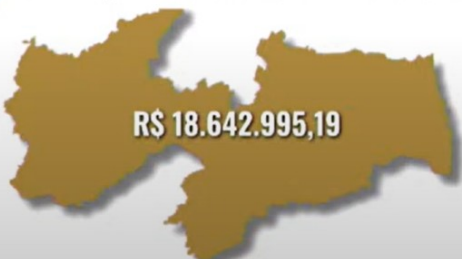
AÇÕES DO PARAIBATEC/PRONATEC - 2023-2024

16 Editais

- Agricultura Familiar
- Porto que Educa
- Prisional - Regime Fechado
- Mulheres H&A
- Summer Job - Professores
- e Suplementares
- Primeira Chance - Expressão
- Mulheres H&A
- Fórum de Atualização Curricular
- SI (Sistema)
- Mediatec

Entre 2023 e 2024, foram lançados 16 editais destinados a estudantes, professores e profissionais técnicos.

PREVISÃO DE INVESTIMENTOS EM EPT EM 2024, ATRAVÉS DO PARAIBATEC/PRONATEC



R\$ 18.642.995,19

Figure 8: Paraíba 8

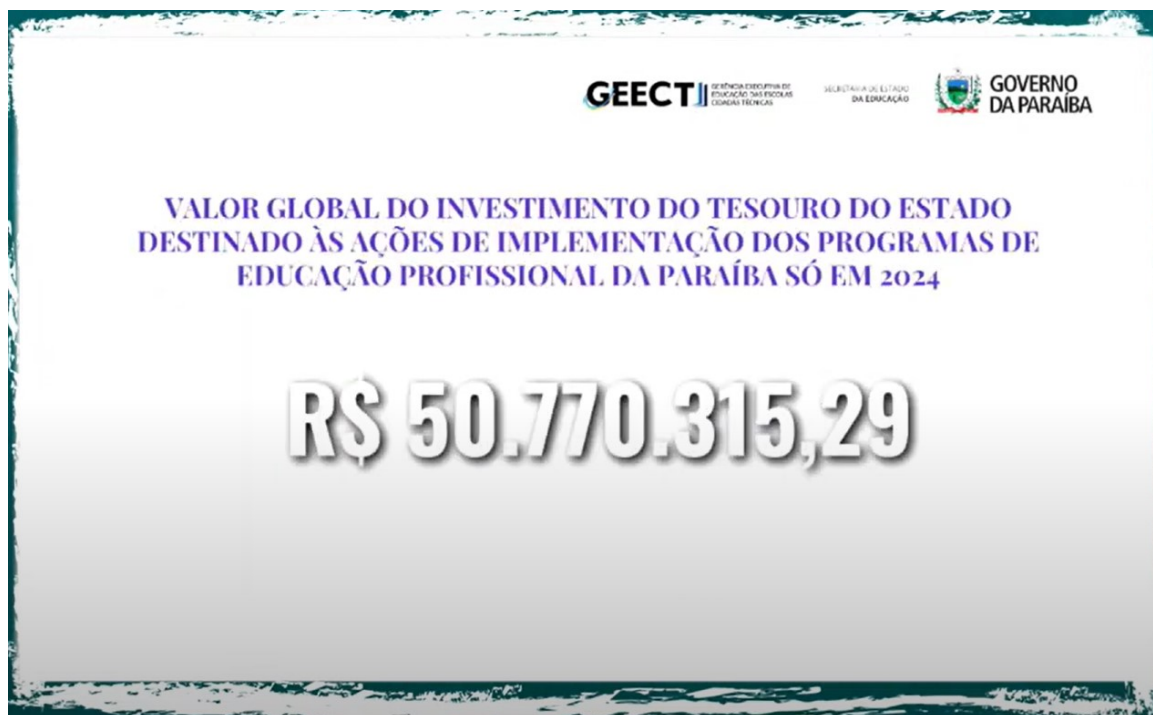


Figure 9: Paraíba 9

Eu acho que isso é muito pouco para quem fez o dever de casa. E por que que eu digo isso porque o Estado da Paraíba é reitinando o Tesouro Nacional por 4 anos consecutivos. Nós temos uma relação dívida com receita líquida que é negativa. Ou seja porque a liquidez Nossa tá lá em cima pela SP Global rates, nós somos triplo A então nós fizemos o dever de casa. Nós estamos avançando muito no ensino técnico então como casar esses interesses eu acho que a gente tem que pensar no juros com educação mas tem que ter o cuidado de fazer uma análise Estado por Estado para que os Estados que fizeram o seu dever de casa estão devidamente organizados.

Ministro possam ter um outro tipo de benefício porque senão não justifica muito parece fazer gestão fiscal correta. Considerando que a dívida de 700 e tantos bilhões de reais aí se concentra em quatro ou cinco estados do Brasil, no restante não. Então dentro dessa lógica, a única coisa que eu gostaria realmente é que a gente pudesse discutir formas de incluir os estados que avançaram. O Ceará é um Estado que avançou muito também no ensino técnico e que tem sua condição fiscal boa. Então é preciso balancear essas duas coisas mas a Paraíba avançou, e fruto dessa leitura que nós temos da importância do curso técnico, a formação técnica é fundamental para nosso jovem, abre verdadeiramente portas que só o ensino médio não consegue abrir.

Fernando Exman Chefe da Sucursal do Valor Econômico em Brasília: Obrigado. muito obrigado Governador. Antes de passar a palavra para o Ministro, queria dizer a Lu, o Governador já facilitou o nosso trabalho porque já fez a primeira provocação para depois a gente seguir no debate pensando exatamente isso. (risos). Ministro por favor.

Tempo: 1:14:51

Camilo Santana Ministro de Educação: Bom dia a todos e a todas, bom dia, bom dia bom dia. Queria cumprimentar aqui o Daril, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, o Secretário Seron aqui presente, cumprimentar também o Luiz e a Lu. Agradecer o convite cumprimentar aqui a Ana e a Priscila e cumprimentar meu colega meu ex-colega governador da Paraíba, João Azevedo e também cumprimentar a secretária Fátima Gavioli e cumprimentar

toda a imprensa e o público aqui presente. Fala além de parabenizar e agradecer também ao Daril, ao Ministério da Fazenda ao Ministro Haddad pelas parcerias que nós temos construído nesse um ano praticamente 1 ano e 4 meses um pouco mais de 4 meses do mandato do Presidente Lula.

Primeiro foi um momento de reconstrução, né sabe o o desmonte que foi feito com o Ministério da Educação nos últimos anos. Eu digo isso porque eu sou testemunho como ex-governador, da dificuldade de relação de diálogo, né portanto reconstruir do ponto de vista orçamentário, do ponto de vista de pessoal. Em tão pouco tempo já fizemos um concurso público, já estamos chamando os novos servidores do Ministério que há 10 anos não tinha concurso público, reativar uma série de políticas públicas que foram desativadas no ministério. Enfim e também uma das coisas mais importantes que eu considera é retomar o diálogo federativo até porque nós estamos tratando de um tema que não que quem tá lá na ponta, quem executa, são os estados e municípios. Eu sempre digo que o MEC tem um papel de coordenar de induzir a política pública né portanto, mas quem executa a educação básica, lá na ponta, são os estados e municípios. Então reestabelecer esse diálogo é fundamental e o olhar que nós temos tido no ministério é um olhar sistêmico de olhar desde a creche a pós-graduação. Eu digo isso porque a gente tá tratando hoje de um tema que é educação profissional mas ha dentro desse tema algo fundamental que hoje é um debate no Brasil, é a questão da que nós queremos primeiro garantir acesso a todos educação pública brasileira, depois garantir qualidade na aprendizagem, depois garantir permanência desse jovem, dessa criança na escola.

Claro com inclusão e com equidade, e nós sabemos a quantidade de jovens e crianças que tem abandonado a escola pública no Brasil, isso tem um impacto direto forte do ponto de vista na economia, do ponto de vista social, pro nosso país. Portanto, quero dizer aqui, fazendo essa análise inicial, de que um dos primeiros compromissos que nós assumimos e construímos, junto com os estados e municípios nesse 1 ano e quatro meses foi o compromisso nacional *Criança Alfabetizada*. Por que isso, porque nenhuma política hoje nós estamos implementando no MEC, ela é feita sem evidências e todas as evidências já mostraram que quando a criança não aprende a leer escrever ao final do segundo ano de ensino fundamental isso compromete todos os anos escolares da Educação Básica, aumenta a distorção idade série, aumenta o abandono, aumenta evasão. E chegamos ao que nós chegamos hoje em perder quase meio milhão de jovem do ensino médio brasileiro que deixam a escola pública em um ano no Brasil. Nós estamos falando de meio milhão de jovens que é a força, né de um país, da juventude de um país. Um país que tá mudando a sua trajetória, começa a envelhecer a sua população. Portanto nós estamos perdendo o momento mais importante do país, né, então esse é um ponto fundamental e todas as evidências já mostraram as mudanças que ocorrem quando essa ação. E eu quero dizer aqui Governador João que todos os estados aderiram a política 99,91% para mim até me surpreendeu dos municípios brasileiros aderiram a essa política.

Nós estamos hoje com mais de 7.000 articuladores alfabetizadores em todos os municípios. Em todos os municípios do Brasil hoje Portanto para mim isso fundamental. Fundamental quando o governo apresenta uma política de escola tempo integral, porque as evidências também já mostraram saiu até agora uma publicação mostrando que aprendizagem de matemática aumenta em 35% no aluno quando está numa escola de tempo integral, além de ter o aspecto social. Para isso portanto é fundamental, eu como fui governador do Ceará, da mesma forma com o João, implementamos uma grande rede de escolas de ensino técnico, aliás eu quero parabenizar as iniciativas individuais dos governadores e prefeitos nesse país. Todas as nossas escolas técnicas estaduais no Ceará, todas são tempo integral em dois turnos inclusive com uma bolsa no final do semestre para o estágio dos alunos. Portanto a escola tempo integral no Brasil hoje, o Ministério da Educação tá investindo 4 bilhões de reais por ano, para induzir, para estimular. A nossa meta esse ano foi 1 milhão de novas matrículas, e conseguimos implementar. Hoje

nós temos 1 milhão de novos jovens e crianças em sala de aula, em 2024 em escola de tempo integral.

E chegar ao ensino médio, numa consulta que nós fizemos recentemente em relação ao tema do novo ensino médio, 80% dos jovens que participaram, mais de 130.000 jovens querem o ensino técnico no ensino médio. A gente precisa evitar a evasão e o abandono escolar no ensino médio brasileiro. O IBGE mostrou 69 milhões de brasileiros não terminaram a educação básica no Brasil. Nós estamos falando de 1/3 da população brasileira. Portanto, quando o governo do Presidente Lula lança o programa *Pé de meia*, ele faz parte de um conjunto de ações, porque não é só isso que vai resolver. Mas nós sabemos que o grande motivo do aluno abandonar a escola é questão financeira. Não é opção dele, não é escolha, é necessidade, portanto faz parte desse esforço, né é ter uma escola com uma boa infraestrutura, é ter uma boa formação de professores é uma cimento o aluno que é um jovem quer ir para uma escola, que tenha conectividade, que tenha esporte, que tenha uma escola de tempo integral. Mas fundamentalmente o jovem brasileiro hoje quer formação técnica. Portanto o programa juros pela educação, ele vem a tomar a essa estratégia porque tem um impacto forte na economia, na produtividade, todo o crescimento de um país tá vinculado diretamente à produtividade a qualificação da mão de obra.

Os estudos já mostraram isso o efeito que tem no PIB brasileiro a gente ampliar a matrícula de tempo de escola técnica no Brasil portanto é um esforço criativo porque nós precisamos de recursos para induzir essa política, precisamos investimento para isso. Portanto, aproveitar a redução dos juros dos estados e buscar levar o país a patamares dos países da OCDE é fundamental. São ganhos sociais e econômicos importantes para o Brasil e para os estados brasileiros. João tem razão, tem Estados que tem grandes dívidas. O que é que o Ministério da Fazenda em parceria com o Ministério da Educação estão fazendo os estudos. Qual é o valor das dívidas dos Estados, qual é a nossa meta chegar a 37% das matrículas, de cursos de regulares do ensino médio concomitantes ou integrados ao ensino técnico ao ensino médio. Essa é a meta, portanto nós temos hoje algo em torno de 1.150.000 matrículas no ensino médio nessa natureza. Nós vamos agora lançar lançamos agora 100 novos Institutos Federais. Estamos considerando já que você vai ampliar em 140.000 novas vagas de ensino técnico do Brasil. Nós queremos chegar a 1000 unidades de ensino técnico institutos federais até o final do governo do Presidente Lula, ele já tem anunciado isso para ampliar a matrícula do ensino técnico.

Mas não é suficiente para garantir, é preciso ter um esforço coletivo dos Estados, do sistema S, para gente garantir um avanço mais rápido do ensino técnico do Brasil. Então é definir a meta de cada estado, a dívida de cada estado, a redução do juro como tá propondo o Ministério da Fazenda e estimular que com esse recurso a gente possa ampliar a curto prazo é a curto médio prazo aí é uma meta usada para aí 6 anos a gente poder chegar ao patamar sair de 11% chegamos a 15% agora em 2023 mas elevar para 37% em 6 anos. O patamar da matrícula de Ensino Médio concomitante ou integrado ao ensino técnico. É claro, João, que é preciso ter olhar para todos os estados. A gente tá discutindo a possibilidade nesses estados haver uma implementação por parte do Ministério da Educação de recursos para que cada Estado possa atingir a meta de 37%. Nós só temos um estado no Brasil hoje, que é o Piauí, que atingiu a meta de 37% de ensino técnico vinculado ao ensino médio. Outros estados estão perto disso, mas tem estados que estão muito longe, portanto é uma estratégia que nós estamos construindo, portanto faz parte repito de um conjunto de ações que nós estamos olhando uma visão sistêmica desde a creche até o ensino superior.

Mas hoje é fundamental darmos um salto. O Brasil precisa dar esse salto rápido e aproveitar é o período jovem do nosso país a força da qualificação da mão de obra e passa pelo ensino técnico nesse país. Muito obrigado.

Fernando Exman Chefe da Sucursal do Valor Econômico em Brasília: Obrigado Ministro

Camilo Santana Ministro de Educação: Só eu só ultrapassei um pouquinho o tempo que eu vi que todo mundo ultrapassou.

Fernando Exman Chefe da Sucursal do Valor Econômico em Brasília: Temos a nossa margem de erro a a má notícia é que depois vai comprimir o tempo para as considerações finais, mas a gente tenta aproveitar agora no debate. Lu por favor.

Lu Aiko, Periodista, Valor Econômico: Bom dia Ministro, Bom dia Governador. Bom dia Secretário Fernando. Bom dia à nossa audiência. Eu queria fazer começar, a fazer uma pergunta pro uma pergunta dois para o Ministro Camilo, e para o Secretário Daril. Volta e meia, a gente vê pressões aqui em Brasília, para repactuar a dívida dos Estados com a união. Mas essa é uma iniciativa inédita de fazer esse bem bolado, aí com investimentos em educação. Eu queria que vocês compartilhassem com a gente, como é que surgiu essa ideia dessa articulação? Como ela foi levada ao Presidente Lula? E aí eu vou aproveitar então, e aí pedir ao Secretário Daril para responder a pergunta que ficou quicando na área, aqui do governador, e também há uma crítica que se faz ao programa, que ele novamente favorece estados muito endividados. E o ministro Camilo se puder falar um pouco de como é que tá a conversa com os estados, a receptividade dos Estados essa proposta, se já tá sendo articulado, contar um pouco para gente sobre como é que tá a implementação. Obrigada.

Tempo: 1:26:10

Dário Durigan, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda: Começo respondendo aqui ao que me cabe, depois peço ao Ministro que me complemente. Veja que nós estamos a 1 ano e 4 meses de uma de uma nova gestão. Nesse período, me permito aqui dar um contexto, que a gente tem trabalhado uma pauta extensa no país, junto ao judiciário, ao Congresso, mas foi feita uma recomposição da perda que teve do ICMS combustível aos Estados. Foi feita uma pactuação no Supremo, foi antecipado o ano passado isso, a todo o conjunto de estados o ano passado o Presidente Lula nos pediu que complementasse o FPE e o FPM para além da do que estava na inércia do que era devido ano passado para que não houvesse perda real então o estados e municípios receberam complementação dos Fundos e a gente vem trabalhando numa linha. E aí chego na ideia do juros por educação que é uma linha de contencioso que estava presente no país.

Enfim o Brasil é um país que tem muito contencioso, a gente tem tratado disso do ponto de vista tributário, as empresas e o fisco e os contribuintes pessoas físicas e as receitas dos Município, Estados e da União, e uma das lógicas do Ministério da Fazenda, e a reforma tributária aponta para isso, é reverter esse padrão de de ineficiência da economia brasileira em que se aposta no conflito, se gasta muito tempo, se gasta muito tempo com pagamento de encargos, e se privilegia pouco a discussão do que é principal.

E a discussão do juros por educação nasce nesse contexto. O que a gente recebe desde o começo, em que os estados se mostravam muito fragilizados pelas decisões eleitoreiras, do governo anterior era de ter uma reposição para os estados. Isso foi feito, houve um atendimento pronto que foi feito pelo governo federal, e a gente vem discutindo isso na esteira dessa primeira ajuda que veio do ano passado, começa a surgir o tema das dívidas dos Estados em especial daqueles estados mais endividados que já estavam judicializado mais uma vez o tema na Suprema Corte e isso movimenta o Congresso Nacional. Então veja, a gente poderia seguir apostando na mesma dinâmica que a gente sempre viu no Brasil, a gente tem as leis aprovadas pelo congresso, os estados entram nos regimes de recuperação, a gente acompanha como executor das políticas os regimes de recuperação, aponta que os estados não cumpriram aquelas diretrizes,

pune o estado, o estado vai ao supremo, o Supremo muitas vezes permite que haja uma uma moratória, ou alguma espécie de suspensão do pagamento, pros Estados. E a gente aposta no conflito, então dado esse diagnóstico, o Ministro Haddad foi Prefeito de São Paulo, e viveu essa situação enquanto prefeito de São Paulo. São Paulo tinha uma das maiores dívidas, era um dos municípios mais endividados do país, e depois graças às boas medidas da gestão dele na prefeitura, eu e o Ceron estávamos lá com ele. Hoje São Paulo é das cidades que mais bem avaliadas em termos de avaliação de risco do país, e passou por uma negociação de juros com a União, então a ideia vem desse contexto.

Num crescendo de complementação pros Estados o que perderam em 2022 complementação dos fundos para além e da reposição do ICMS combustível, e deixar de apostar no conflito, não queremos ficar discutindo no Supremo lá de eterno, qual é a taxa de juros que os estados têm ou não. Ou não pagar até porque muitos estados não vão conseguir pagar. E essa é a mensagem que chega clara, então por que não apostar numa novidade? Essa é a grande questão aqui, por que não apostar no novo? Muito sensível, ao caminho que a gente quer de desenvolvimento, pro país. Então com esse impulso do Ministro Haddad a equipe do Ceron, e o Ceron foi peça fundamental nesse projeto, vamos remodelar. Em vez de insistir no contencioso, insistir na cobrança de juros em cima de juros, juros compostos. Vamos abrir um estímulo pro bem do país, então nasce desse aprendizado que a gente teve tanto na prefeitura, quanto na no primer ano de gestão e estamos desenhando um programa. Apresentamos a proposta, é importante dizer que nenhum estado vai ser deixado para atrás. Não é essa dinâmica que a gente vem trabalhando, não vai ser essa dinâmica que a gente vai trabalhar aqui. Então os estímulos já estão colocados seja do MEC. Na Fazenda a gente está tentando ver linhas de financiamento especial para que os estados consigam, os estados que tenham menos dívidas importante, dizer que todos os estados têm alguma rolagem de dívida com a união é natural que isso exista. Mas claro que um tem menos que outros. Para esses que tem menos, eles vão ter um benefício, proporcionalmente menor porque a dívida é menor, mas vão ser abertas outras frentes de trabalho para que o objetivo final do ensino médio seja alcançado.

Então procurei aqui responder tanto de onde vem a ideia, e é importante dizer que é uma ideia aberta hoje é uma ideia que não é mais nossa do Ministério nem do Governo nem do Ministro Camilo é uma ideia que está aqui aberta, ela vai ter que passar pelo crio do congresso nacional e é importante que a gente enriqueça a primria o debate tendo em vista essa direção que a gente quer alcançar.

Camilo Santana Ministro de Educação: Bom, além da do que o Daril colocou, eu quero cumprimentar, aliás cumprimentar minha Secretária Executiva, Isolda, Secretário Gregório. Ceron foi fundamental nesse processo, nessa discussão. Nós sabemos as limitações orçamentárias que nós temos, né a importância de garantir o equilíbrio fiscal do estado Brasileiro. Mas a importância de se investir na educação, né, é aí é um debate que precisaríamos de mais tempo pra gente fazer. Uma discussão mais profunda. Então eu acho que a ideia do programa é usar um pouco da criatividade, né, para encontrar ferramentas e mecanismos para implementar o orçamento no investimento da educação brasileira.

Repito, diante das limitações orçamentárias que hoje o Ministério da Educação tem. Então, por exemplo, a gente está investindo hoje 4 bilhões de reais num programa de escola de tempo integral. Imagina aí, para atingir a meta do Plano Nacional de Educação, que era meta para ser atingida agora em 2024. Então nós estamos, nós precisaríamos de 3.600.000 novas matrículas na Educação Básica no tempo integral para atingir a meta que foi estabelecida há 10 anos atrás. Portanto nós temos, tínhamos uma a meta do PNE que era triplicar o número de matrícula de ensino técnico Brasileiro, talvez não conseguimos aí chegar a aumentar 20% disso nesses nesses últimos 10 anos. Então a ideia é se você for fazer uma conta, algumas projeções que o

Ministério da Fazenda e o Ministério da Educação estão fazendo, ranqueando estado por estado dívida de cada estado Brasileiro, e o que é o que seria necessário o número de matrículas que a gente tem hoje para ampliar para chegar cada estado a 37%. Então é só coloca fazer a conta, o valor por exemplo, o estado da Paraíba, tem uma dívida praticamente, a dívida pequena, então ele precisaria, para ele chegar a 37%, com apoio da mesma proporção que os estados mais indvidados estão tendo, ele precisaria de um aporte extra, porque a dívida dele não é, não seria pelo valor que está se calculando, a hora aula para estimular o ensino técnico, um percentual que seria feita pela Rede Pública estadual, um percentual que ser feito pelo sistema S, portanto fazendo essa equação, e garantindo aí a ampliação disso então vai ter que ser uma decisão que o governo terá que tomar.

Se nós vamos manter aí, e lhe que se eu reduzir de 4% para 2% os juros eu para eu garantir a ampliação dessas matrículas para chegar a 37% eu só preciso usar algo em torno de 1/4 do valor né da redução desses juros, desse pagamento dessa dívida. Não sei se você estão entendendo. É como se eu tivesse assim 100 bilhões vamos dizer assim em dívida, reduzindo de 4% para 2%, a economia que vou ter dos estados. Eu precisaria de 25 bilhões de 100 bilhões, para ampliar as matrículas dos Estados para chegar a 37% padrão da OCDE. Então é agora tem estado que vai ter recursos para fazer isso por conta da redução, ainda vai sobrar e vai ter estado que não terá. Então essa equação que o João está colocando que nós precisamos avaliar. Há uma receptividade muito positivo por parte dos Estados, dos governadores, mas há um questionamento pros Estados que fizeram o dever de casa que não tem uma dívida ou tem dívida pequena com a união, todos têm, acho que quase todos têm como estados. Mas com o Ministerio da Fazenda, a gente nós estamos vendo de que forma o Ministério da Educação poderá ter recursos extra para ampliar, para proporcionar na na mesma igualdade dos estados que vão receber essa redução para garantir a implementação desse programa.

Então acho que é vamos dizer assim usar um pouco da criatividade do governo para garantir a ampliação dos investimentos na educação pública desse país eu acho que é uma uma parceria importante que eu não tenho dúvida que trará resultados fundamentais para a economia, e para sociedade brasileira.

Fernando Exman **Chefe da Sucursal do Valor Econômico em Brasília:** Perfeito, Lu e eu ia fazer uma pergunta pro Governador mas antes só para não deixar desamarrado uma dúvida, uma curiosidade. O Secretário Durigan comentou dessa necessidade de articulação com o congresso, para que esse programa siga adiante em breve. Em relação ao judiciário, existe também uma expectativa de articulação? Com frequência a gente vê estados recorrendo algumas decisões liminares, suspendendo pagamento de juros, ou seja o incentivo também teria que vir do outro lado da Praça dos Três Poderes, qual que é a perspectiva dessa possível articulação, se é que ela existe como ela se daria?

Dário Durigan, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda: Eu acho que a resposta a isso é a valorização desse diálogo institucional o governo como um todo, mas em especial Ministro Haddad tem tido um diálogo com o judiciário, e aqui eu não vou gastar mas a gente acho que talvez desde o começo da gestão, não teve uma grande decisão que não teve diálogo. A gente preparou material para que o o próprio Ministro muitas vezes fosse ao Supremo fosse, ao STJ mostrar as razões de porque determinada decisão tinha um impacto pro interesse coletivo dessa ou daquela forma.

Então eu acho que modernizar o arcabouço legislativo com programas meritórios, com programas que apontem na direção certa, que inspirem, e essa inspiração ela é de todos nós mas ela também chega e nos outros poderes. Eu acho que isso renova o arcabouço legal e também a gente espera que renove o ciclo de decisões o ciclo de dessa dinâmica de contencioso o que a gente espera é que a gente consiga abrir espaço para um país que tenha menos custos de encargos de litígio e

mais gasto em educação. Então passa por aí e passa por um convencimento que evidentemente passa pelo jogo democrático, por argumentação, por sensibilização, e menos por qualquer tipo de imposição. Mas a sensibilização do Judiciário dentro desse, de todo esse contexto, dessa construção, que começa no legislativo, já tá sendo feita por nós, nas várias frentes de diálogo já abertas.

Lu Aiko, Periodista, Valor Econômico: Queria aproveitar então, mais uma pergunta que ficou aqui, queria saber do Governador Azevedo, se as respostas, se o senhor ficou satisfeito com as respostas que deram, e em segundo lugar queria uma avaliação sua como Governador se essa proposta ela é capaz de mobilizar o todos os estados. O seu estado investe muito, mas o senhor acha que isso cai no agrado dos outros governadores?

Tempo 1:38:41

João Azevedo Governador do Estado da Paraíba: É claro que a a as respostas aqui elas vão na direção daquilo que a gente precisa ouvir, realmente, de que os estados que fizeram o seu dever de casa terão também um tratamento que seja diferenciado em função do trabalho que foi feito. Isso precisa ser feito, a Paraíba tem 28% dos alunos de Ensino Médio, já associados ao ensino técnico, então nós temos ainda uma caminhada grande para fazer. O que o programa prevê, como eu disse, conceitualmente eu acho que todos os governadores concordam, agora importante entender que volumes de recursos, considerando que o que vai ser levado em consideração para aplicação dentro do programa, será a economia gerada pela redução do juro. Você imagina um estado qualquer que tem uma dívida gigantesca se ele reduzir 1% ele vai ter também um volume de recurso gigantesco, para aplicar, diferente de um estado que tem uma dívida pequena que 1% será um valor pequeno e como fazer essa compensação. Essa é a questão precisa ser colocada até porque dentro do próprio programa, na proposta do programa, prevê inclusive que para o estado, caso o estado não consiga aplicar aquele valor no montante maior do que 50% previsto, ele poderá ser utilizado em parcerias com universidades, e outras aplicações fora do ensino técnico. E aí no caso de estados que tem dívidas elevadas em função do montante que é muito elevado, poderá haver, eu não vou chamar desvio, não desvio é uma palavra muito feia, mas poderá haver um direcionamento, muitas vezes desses recurso para um, para outras áreas que não o ensino técnico que nós queremos priorizar aqui.

Então são apenas observações, que eu acho que precisam ser levadas em consideração. É lógico que isso vai passar, ainda por dentro do do, da pela análise, dos principalmente de dos consórcios que representam os estados todos o Brasil. É uma é uma é um local em que se discute de uma forma muito intensa, qualquer projeto que o governo federal apresenta. Secretário Durigan falou aqui das compensações, é claro que as compensações o que nós perdemos com a lei complementar 192 e 194, não foram compensadas. Ainda há uma distância muito grande os municípios mais estados menos, não tiveram suas seus prejuízos corrigidos, como for por caso dos Municípios, mas tudo isso é uma outra é uma outra discussão. Acredito, aposto no programa acho que é importantíssimo a gente precisa só ter esse cuidado para não se criar, mais uma vez, tratamentos diferenciados.

Fernando Exman Chefe da Sucursal do Valor Econômico em Brasília: Ministro, queria saber do Senhor, qual é agenda que o Senhor trabalha, de articulação com com os estados? Enfim, qual que é quais são os próximos passos para tentar engajar os diversos governadores? Se o presidente Lula também pretende de alguma forma encabeçar esse processo, chamando reuniões no Palácio do Planalto, o quê se pode esperar dessa desse processo de articulação para dar tração ao programa ?

Camilo Santana Ministro de Educação: Eu acho que o primeiro passo foi dado com a reunião que o Ministro Haddad teve com os governadores, depois, hoje também houve uma

reunião com os governadores. Também que não porque ele fez a reunião com os estados mais indvidados, teve também a reunião com os governadores que têm dívidas menores. Apesar de todos terem dívidas com a união, e agora um pouco a gente dentro internamente, dentro do governo, definir as regras estabelecidas, de como é que será o tratamento para os estados que tem dívidas. Vou dar um exemplo aqui claro, que isso aqui são estimativas, porque eu tenho hoje estados por exemplo tem 5% de matrículas de ensino técnico concomitante ou integrado com o ensino médio, tem estados que já tem 38%, como o estado do Piauí, por exemplo. Então você tem realidades diferentes, então se você pegar também a realidade do Estado de São Paulo que se eu reduzir aqui, vamos dizer assim de 4% para 2% a o juros da dívida, que ele vai ter aqui um uma redução de 26, em 6 anos de 25 a 2030 a estimativa é que ele tem uma redução de 26 bilhões da dívida, mas para atingir a meta dos 37% ele precisaria apenas de 4 bilhões e 600 milhões de reais.

Então tem estados que tem condições e aliás sobra né recursos para isso tô falando de São Paulo porque ano 2022, 60% dos alunos do ensino médio de São Paulo queria ensino técnico e só conseguiram 5% de vaga. 5% desses alunos conseguiu no ensino técnico em São Paulo. Estou vendo aqui o Secretário Ron do Paraná que tem uma política hoje de estimular o ensino técnico. Aliás, o grande debate da reforma do novo ensino médio foi garantir que pudéssemos estimular ampliação na carga horária ao ensino técnico profissionalizante, no ensino médio brasileiro. Esse foi o grande tema dos secretários e secretárias da educação, eu sempre digo que nenhuma política pública, ela pode ser construída e implementada sem se diálogo com os entes Federados. Diferentemente, por exemplo, como o estado como Distrito Federal, que tá aqui a Secretária que num estimativa tô falando aqui só dados estimativos, não é dados que tem, uma com essa redução dos juros teria uma uma redução no juro da dívida de 100, 100-102 milhões mas para implementar, para chegar a 37% porque o Distrito Federal hoje tem apenas 8% de alunos do ensino médio com comitantes ou integrado ao ensino técnico para ele chegar a 37% ele precisaria de nesses nesses, de 302 milhões de reais então você vê ele não tem hoje com a redução os recursos só tem um terço dos recursos suficiente para implementar isso.

Então é um tratamento nós vamos ter que definir, nesso dentro do governo, de que forma se nós vamos ter condições de de complementar esse recurso, é o que eu defendo, Governador, a gente possa complementar aos Estados. A complementação, claro que tem limitações orçamentárias, e é uma coisa que nós vamos discutir internamente dentro do governo, mas precisa ter algum estímulo pros Estados que não tem as dívidas suficientes para para cumprir essa meta de chegar a cada estado 37% o que nós também podemos fazer é chegar a meta Nacional a 37% se tem estados que vão ter que passar. Por exemplo, São Paulo tem condições de passar muito mais de 37% pelo pela redução dos recursos do juros, então é um tema que nós vamos ter que deixarmos aqui, e o Presidente, Ministro Haddad bateu o martelo, e assim a gente poder convocar todos os governadores, todos os estados conversar com o Congresso Nacional, dialogar com com os presidentes das casas, mas eu não tenho dúvida que é um tema muito bem aceito, muito bem visto, né pela pelo congresso, pelos Estados. Então acho que é um darmos, agora acelerarmos para que a gente possa implementar essa política que nós temos sempre defendido no Ministério, é a necessidade quando a gente fala do tempo integral a gente tem estimulado para os estados que que implementaram a matrícula de tempo integral no ensino médio seja um ensino técnico, a gente estimula isso mas quem define é a rede né é o diálogo com a rede ele que vai definir se quer implementar ou ampliar a matrícula de tempo integral se é no ensino fundamental um ou dois ou Ensino Médio.

Mas quando é no ensino médio, a gente estimula o ensino técnico, mas eu não tenho dúvida ,eu não tenho dúvida, quero dizer aqui pros senhores e para as senhoras aqui presentes, da necessidade do país hoje dar um salto no ensino técnico, na qualificação da mão de obra, pelo efeito que vai ter, do ponto de vista social e econômico do nosso país, é evitar evasão dos

alunos. Eu digo isso, eu fui um ardo defensor da poupança do ensino médio, e aliás quero aqui parabenizar o Presidente, por uma decisão pessoal do Presidente, chegar o patamar que nós chegamos.

E agora anunciar que vai ampliar para todos os alunos, de cada um. Isso significa, a gente procurar garantir que esses jovens permaneçam na escola. Garantam a qualificação técnica ao sair da escola e estimular que no ensino médio, repito a gente possa garantir esse saldo que o Brasil precisa. Está aí os estudos mostrando o efeito que tem no PIB a cada 1% que aumento, estudo da Fazenda, cada 1% que é o aumento do ensino da qualificação técnica, né eu posso ter um potencial de aumentar 0.32% do PIB brasileiro - para se aumentar 10%, são 3.2% do PIB brasileiro. Aumentado isso, tem um efeito no emprego, tem efeito na exportação, tem emprego na renda. En fim, uma série de fator aumente 20% a remuneração de quem tem qualificação profissional de quem não tem, isso aumenta também a qualidade da produtividade de um país. Portanto tem um efeito gigantesco, que o Brasil precisa, rapidamente, dar esse salto de qualidade, esses próximos anos, no nosso país. Obrigado.

Lu Aiko, Periodista, Valor Econômico: Eu tenho uma pergunta aqui, eu não sei quem poderia responder. Vou jogar aqui para para ficar a critério. Eu queria saber, como é que vai ser a articulação do programa com o setor privado? O tá uma das linhas do programa é justamente ou fazer uma articulação com empresas, com setores, para ver qual é o curso mais adequado? Então, eu queria entender, como é que vai ser essa articulação? Obrigada.

Camilo Santana Ministro de Educação: Primeiro, é fundamental, e essa é uma discussão que tem feito no Ministério, é focar os cursos né a oferta de cursos dentro da necessidade hoje do mercado de trabalho. Nós temos hoje, por exemplo, uma demanda enorme na área de Tecnologia da Informação, hoje falta mão de obra para essa área. Nós precisamos olhar para as novas matriz energética do Brasil, para energias renováveis, né enfim, então cada região tem o seu, tem suas potencialidades. Então, esse é um debate cada estado hoje tem feito, essa discussão é fundamental, envolver o sistema S nesse processo, né envolver a indústria, envolver o setor de serviços, envolver o setor de comércio. É importante para gente não ofertar cursos que não vão ser muitas vezes absorvidos pelo mercado de trabalho, dentro do do novo mundo do trabalho, que nós estamos vivendo hoje das mudanças que são rápidas, que estão acontecendo no mundo inteiro.

Então é fundamental nesse processo, de definição das áreas que serão ofertadas, para os jovens do ensino médio técnico, definir potencialidades regionais, uma região norte é diferente da região sul, é diferente da região Nordeste, que hoje tem uma vocação enorme para energias renováveis. Então isso é fundamental para o êxito e o sucesso do resultado efetivo. Nós vamos ter lá, na ponta, né, com essa ampliação da mão de obra qualificada do ensino técnico, portanto Lu é fundamental que haja esse processo, né, portanto é um conjunto de ações, e vai precisar muito, repito, da participação dos setores não governamentais, nesse programa da participação dos Estados, dos governadores, dos secretários e secretárias estaduais de educação, né, nesse esforço coletivo. Do setor empresarial, né, das federações das indústrias, do comércio, né, para que a gente possa fortalecer essa política que eu considero inovadora, que é esse juro por educação.

Fernando Exman Chefe da Sucursal do Valor Econômico em Brasília: Nesse contexto, acho que é importante a gente ouvir o governador, até enfim resguardando o nosso cuidado com o tempo, para que todo mundo possa fazer suas considerações finais, mas Governador, o senhor citou essa ponte com o setor privado na Paraíba, né, acho que é importante a gente compreender um pouco como é que isso se dá na prática, o senhor chama as entidades setoriais? O senhor, ouve as grandes empresas? O senhor já tem algum indicador de como isso pode gerar mais produtividade, ou enfim, além do acolhimento dos dos jovens profissionais

que chegam ao mercado de trabalho, isso se dá já como é possível medir, do ponto de vista econômico?

João Azevedo Governador do Estado da Paraíba: É primeiro é entender que nós temos a partir, inclusive da relação com a Fundação Itaú, a identificação das necessidades, e para onde nós devemos direcionar os cursos, que tipo de curso por região do estado, porque você terá um envolvimento do jovem muito mais fácil a inserção no mercado de trabalho. O outro, ele é voltado muito mais para o aluno que conclui esse curso técnico, e precisa ter um estágio, e esse estágio nós fazemos um estágio remunerado. O governo do estado paga esses recursos a empresa, então a empresa tem uma mão de obra que não custa nada, que não lhe custa absolutamente nada, e que normalmente é uma boa mão de obra, sai de cursos técnicos, e a partir daí o que nós esperamos, é que essa mão de obra seja incorporada a mão de obra da própria empresa. Então em função, de cada curso, na área da Agricultura, nós procuramos as empresas que possam absolver aqueles alunos. Na área de tecnologia, nós temos ampliado muito essa questão de formação. Fechamos recentemente um protocolo com a Huawei, para treinar 30.000 jovens na área de TI na Paraíba, isso abre uma possibilidade extraordinária. Mas nós fazemos isso em função, volto a dizer: do estudo que é feito que identifica quais são os eixos, e o contato com as empresas.

Não foi me perguntado, mas voltando um pouco ainda o programa juros da educação. Eu acho que o Brasil tem, com esse programa, uma possibilidade gigantesca para para o enfrentamento dessa questão do ensino técnico, até porque do próprio programa é proposto que caso se obtenha o resultado, e se atinja a meta aquela, redução de juro, ela passa a ser permanente. Daí para frente, se ela vai passar a ser permanente, daí para frente, você tem que imaginar que, cada estado, em função da sua dívida, terá um volume de recursos muito grande, e era importante que no programa desse, uma indicação pelo menos de como deveria ser investido esse recurso, que parte já que você atingiu a meta, mas depois depois, eu vou só o eu como eu ainda bem que só tenho eu Governador aqui. Que teria se não, 26 governadores, dizendo assim, essa cara está jogando contra, os governos, não eu não tô dizendo isso, que eu tô dizendo é o seguinte - se tem um programa, que tá dizendo assim, você vai ter uma economia de juro para aplicar na educação, se você atingir a meta, depois você fica só com o bônus, não amigo, você tem que continuar investindo na educação. Então, eu acho que a gente tem que pensar nisso, porque senão você vai ter um uma receita gigante, depois para os estados, que tem grandes dívidas e a educação pode ser que não tenha esse recurso chegando.

Lu Aiko, Periodista, Valor Econômico: Então vamos perguntar aqui pro Secretário Dario, Como é que vai ser feito esse acompanhamento? A pergunta aqui, o governador fez as melhores perguntas aqui do painel.

Fernando Exman Chefe da Sucursal do Valor Econômico em Brasília: Já conseguiu engatar o próximo próximo painel ele já esquentou as os motores pro próximo também.

Lu Aiko, Periodista, Valor Econômico: Então para o Secretário falar, como é que vai ser esse acompanhamento, de como é que vai ser o investimento no ensino profissionalizante e o que acontece depois de atingir a meta? Obrigada.

Dário Durigan, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda: Eu acho que é importante ponderar aqui, as duas frentes, né que é o estímulo à educação, o estímulo ao ensino médio profissional, e a autonomia federativa. Evidentemente, que aqui como você tá tratando de um de um auxílio da União, né, de um de um gesto da União, num esforço nacional, é preciso condicionar, estimular, para que a gente atinja o objetivo, e é importante ponderar que no futuro, atingindo esses objetivos, é preciso manter o patamar, então a manutenção é é preciso não ter retrocessos, do ponto de vista da manutenção do ensino médio profissionalizante. E

com isso, não tendo retrocesso o estado ganha em autonomia, para desenvolver outras políticas do próprio Estado, mas sem dúvida que o acompanhamento vai ser feito pelo governo como um todo. O Ministério da Educação, Ministério da Fazenda, em especial o Tesouro Nacional, como a gente já tem essa expertise em acompanhar outros planos, né.

Alguns estados tem planos de recuperação fiscal conosco, a gente tem, já um padrão de acompanhamento, no que se gasta, se o estado tá gastando algo para além do plano aprovado de recuperação fiscal, e essa articulação que muitas vezes se se perdeu, nos últimos anos ela é feita de maneira tripartite. Na recuperação fiscal, você tem um representante da União, um representante do próprio Estado, e um representante do Tribunal de Contas da União, em que os três tomam a decisão de encaminhar, de propor, quais os caminhos para pros pro futuro da recuperação fiscal do Estado, então a gente já sabe fazer esse tipo de avaliação, vai seguir acompanhando e com a expertise que temos, e é importante dizer que não pode ter retrocesso e o prêmio pro estado que mantiver o nível de Educação no patamar alto, é eventualmente também abrir espaço para para outros investimentos, e que o próprio estado demande.

Tempo 1:57:23

Fernando Exman **Chefe da Sucursal do Valor Econômico em Brasília:** Secretário O senhor já não quer iniciar a rodada de considerações finais a gente tá com já com o tempo correndo aí a gente faz uma uma última rodada.

Dário Durigan, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda: Já que, acho que vale agradecer mais uma vez, a oportunidade de estar, aqui agradecer o Ministro, agradecer o Governador, Lu e Exman. O que eu o que eu gostaria de dizer no fim é o seguinte- A gente tem agora, olhando pro pra situação do Rio Grande do Sul, de novo a dívida dos Estados aparece agora com a outra vertente, a vertente de eventualmente pensar em saídas para dívida quando a gente passa a ter, o Rio Grande do Sul é o exemplo que a gente tá vivendo agora, mas a gente passa a ter um outro modelo, e um uma outra demanda de resposta a emergência climática. Então a gente também tá estudando, alguma possibilidade de ter um arcabouço mais sofisticado, para todos os estados do ponto de vista nacional, em respostas mudanças climáticas, que venham de uma mesma lógica, de pensar um Brasil, e do amanhã um Brasil, que já tenha os e as as previsões, os arcabouços, os gatilhos colocados, eu reforço aqui a o compromisso com o diálogo federativo.

A gente tem tratado, por exemplo para dar o exemplo, de novo, da reforma tributária, que necessariamente tem que ter um diálogo, tem que ter consensos construídos com os governos dos Estados, com as prefeituras, então o compromisso de diálogo federativo, e de tentar fazer esses grandes pactos, seja na tributária, seja no juros pela educação, seja na recomposição, ao que foi tirado dos estados e municípios no governo anterior, que evidentemente o governador mencionou, a gente tem feito isso na medida das forças do orçamento, de tudo que é que é possível do governo federal, mas o diálogo federativo tem sido reforçado. O Presidente Lula tem chamado governadores os mais diversos matizes ideológicos, para a composição, para pensar no estado que é importante, pro estado, e esse é o caminho que a gente vai seguir adotando até o fim do governo. Obrigado.

Fernando Exman **Chefe da Sucursal do Valor Econômico em Brasília:** Nós que agradecemos. Governador por favor as suas considerações finais.

João Azevedo **Governador do Estado da Paraíba:** Não só agradecer a oportunidade de estar aqui participando, contribuindo minimamente com o debate, de um tema tão importante. Eu não tenho dúvida nenhuma, que a educação é o caminho para qualquer país se desenvolver. Então, eu tenho apenas esse fim, não é para mim, não, né tá aparecendo aqui, eu fico pensando aqui, que isso aqui é um debate aquela coisa do debate, que fica lá pra gente ter responder, ainda

falta tempo, debate mas o trauma é o mesmo. Mas só agradecer realmente a oportunidade, de conversar um pouco aqui a respeito dessa pauta que para mim é importante. Eu sou ex-professor, sou professor aposentado do Instituto Federal da Educação, eu sei o que é a importância da educação, eu sei o que é tá dentro de uma sala de aula, e isso para mim me motiva cada dia, a gente buscar com todas as dificuldades, que nós vamos ter, uma ampliação do de de de um ensino técnico, isso gera uma demanda de professores, da base técnica enorme, isso todo mundo aqui, que que passa na secretaria, sabe como é difícil você ter professores de base técnica, para atender a uma demanda dessa. Então nós vamos ter que pensar conjuntamente, numa formação de professores, para atender a essa demanda também. Enfim, são vários vários temas que poderiam ser discutidos aqui, mas agradecer pelo convite, senti extremamente honrado de participar aqui, com todos vocês.

Fernando Exman **Chefe da Sucursal do Valor Econômico em Brasília:** Muito obrigado, obrigado Governador, senhor sempre bem-vindo. Ministro por favor.

Camilo Santana **Ministro de Educação:** Eu queria só agradecer o convite do Valor, agradecer a Priscila, Ana, a Lu, e agradecer também aqui, a Dario em nome do Ministério da Fazenda que tem sido um grande parceiro, e dizer que a ideia dessa política ela faz parte, lembrando, que ela faz parte, de uma estratégia maior, de um olhar mais sistêmico da educação brasileira, principalmente o olhar do ensino médio brasileiro, porque o que motiva um aluno a permanecer na escola, né, é se a escola o atrai, se a escola gera expectativa para ele, né, sonhos, e repito - a grande maioria dos alunos do ensino médio Brasileiro, hoje desejam ensino técnico profissionalizante, então além do efeito econômico, além do efeito social, nós vamos garantir somado repito a outras políticas que nós estamos desenvolvendo, como Pé de meia, como a poupança, como parque para as escolas, para melhorar suas infraestruturas, como o programa de conectividade nas escolas.

Qual é o jovem hoje que não quer ir para uma escola conectado, né, então qual o jovem hoje que não quer ir para uma escola que tenha atividade esportiva, que tenha atividades culturais, que complemente o seu projeto de vida, então o jovem precisa acordar de manhã e ter vontade ir pra aula, ter vontade pra escola, né, então esse programa vem se somar a um conjunto de estratégias, de forma criativa, que amplie os recursos de investimento dos estados, e da educação brasileira. Mas repito, quero aqui finalizar dizendo, a importância da relação Federativa para qualquer política pública educacional brasileira é decisão política, né, quando o governador, quando o prefeito, quando o Presidente, decide investir, priorizar, porque a gente precisa às vezes. Sair daquela retórica, “educação é importante o Brasil, se transforma é o caminho”, mas a gente precisa ir na prática, para garantir que essa essa e vamos dizer esse discurso, possa se efetivar na prática, né, em cada estado, em cada município brasileiro, de forma inteligente, sempre focado em resultados, medir os resultados, nenhuma política pública ela tem efetividade se nós não medirmos os resultados, e avaliarmos constantemente as políticas.

A gente precisa melhorar, corrigir isso, só se faz com diálogo com relação federativa. E esse tem sido a nossa orientação, dentro do Ministério da Educação, com todos os estados e municípios brasileiros. Independente de questão política partidária, a educação precisa tá acima disso, né, é olhar para a qualidade da aprendizagem, da melhoria, e do acesso ao povo brasileiro, ao que é dever do estado, é garantir o mínimo que nós precisamos garantir pro povo brasileiro, é uma formação de uma escola pública de qualidade para todos os jovens e crianças, e jovens desse país. Eu não tenho dúvida que a gente precisa investir mais em educação, eu tenho feito essa defesa até porque se a gente for pegar os dados divulgados recentemente pelos países pela OCDE, mostra que o Brasil já investe per capita no ensino superior a média dos países da OCDE que é algo em torno de 11.000 e poucos dólares, mas no ensino básico, nós investimos 1/3 disso. Mudança evidência já mostra a necessidade de investirmos mais na educação básica, por isso esse olhar

hoje do Ministério da Educação, para Educação Básica, né de olhar necessidade, porque esse jovem, essa criança, que vai pro ensino superior, que vai abrir as portas para universidade pro ensino superior. Então quero só encerrar, agradecer o convite, parabenizar aos organizadores, que a gente possa fazer esse grande movimento né no país com a sociedade civil, com o setor Empresarial com setor público com o congresso nacional, com poder legislativo, com poder judiciário, liderado aí nessa nesse compromisso do Presidente Lula para que a gente possa dar avanços importantes. Um país que não investe em educação está afado, ao insucesso a história já tem mostrado isso. Portanto, é fundamental a gente correr andarnos mais rápido, o Brasil é hoje para que a gente possa ampliar a qualidade, o acesso e o ensino técnico é fundamental é um passo importantíssimo nos próximos anos, a meta aí até 2030 a gente possa alcançar. Olha que é um prazo ousado, para que a gente mas, isso vai depender muito da liderança de cada governador, da liderança de cada secretário e secretária, da decisão política de cada um de querer olhar e garantir esses indicadores, esses avanços da educação pública, do nosso país e do nosso Estado. Então parabéns, viva a educação e vamos ao trabalho, obrigado, gente. [Aplausos]

Débora Freitas Âncora da Rádio CBN: Muito obrigada pela contribuição. Obrigada Lu, Governador, Ministro, Secretário, Fernando, que continua conosco aqui pro próximo painel próximo debate muito obrigada por favor uma pose para foto por gentileza.



Figure 10: Painel 1 - Lu, Exman, Durigan, Santana, Azevedo

Painel 2: O que é a proposta “Juros por Educação”: Ajustes já realizados nas últimas semanas e seus detalhes técnicos

Débora Freitas Âncora da Rádio CBN: Vamos dar início ao segundo painel. Muito obrigada, mais uma vez. Bom dia a todos. Continuando vamos ao segundo painel de hoje, e nós vamos tratar, vamos saber, “O que é a proposta juros por educação, ajustes já realizados nas últimas semanas e seus detalhes técnicos.” Murilo Camaroto, repórter do Valor, estará ao lado de Fernando desta vez, fazendo a mediação do painel. Murilo por gentileza. Bom dia, obrigada. Como palestrantes teremos Gregório Grisa, Secretário Executivo-Adjunto do Ministério da Educação. Secretário Gregório, por gentileza. Obrigada também vai fazer parte desta mesa, Rogério Ceron, Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda. Por gentileza, Secretário, sejam bem-vindos o palco de vocês. Bom debate.

Fernando Exman Chefe da Sucursal do Valor Econômico em Brasília: Muito obrigado acho que no primeiro painel a gente teve um um panorama bem amplo, embora profundo também, a gente tem a oportunidade aqui de detalhar ainda mais esse programa. Queria agradecer a presença do Murilo. A ideia aqui então a gente ter também tempo para considerações iniciais, para gente poder detalhar o programa, e depois a gente passa para um para um bate-papo, né Secretário Gregório, o Senhor pode começar por favor.

Gregório Grisa Secretário Executivo Adjunto do Ministerio de Educação: Bom dia a todos, bom dia todas. Iniciar agradecendo o convite, Luiz Murilo, cumprimentando colega Ceron. Nessas palavras iniciais e o objetivo parece ser aqui tentar alcançar um grau de detalhamento maior do que vem sendo construído, e concebido em relação ao programa dentro do governo. Falando em relação ao Ministério da Educação, a gente, a partir das primeiras conversas ainda ano passado, com o Ministério da Fazenda, a gente costurou, vamos dizer assim, o esqueleto do que seria a proposta que foi levada ao Presidente da república. Foi apresentada aos governadores pelo Ministro Fernando Haddad, e a partir daí no que cabe mais a nosso trabalho, da parte mais técnica, começaram um conjunto de reuniões, de atividades, um plano de trabalho mesmo em especial no caso do MEC, com as secretarias estaduais de educação, iniciando com aqueles estados com o volume de dívida mais elevado do Sudeste e Rio Grande do Sul. E alcançando agora, outras regiões do Estado, tivemos encontros também com o Secretário Ceron, com secretários Estaduais de Finanças, né E de fazenda e de educação juntos, pra gente dar o start nessas atividades. E a gente tá nesse processo ainda, de ouvir as redes estaduais sobre aquilo que melhor as atende, em relação à implementação dessa proposta cuja idealização eu acho que ficou muito clara no primeiro painel, que tem como prioridade total expansão das matrículas de ensino técnico articulado ao ensino médio. Articulado é a palavra da legislação, né da Lei diretrizes e bases, e por isso que o ministro repete bastante a ideia de concomitante ou integrado ao ensino técnico.

Aqui já dou um primeiro informe do ponto de vista educacional. Portanto a gente tá priorizando matrículas concomitantes integrados, e não a matrícula subsequente que é um curso de natureza média, mas ele requer a formação média para quem vai ingressar isso. Está em debate ainda, mas a princípio, esses cursos hoje atendem no Brasil um perfil de estudante acima de 28 anos em média, né ingressantes com 28 anos, e não é o perfil do estudante do ensino médio e quando a gente fala da meta da OCDE de 37% a gente tá dando, um dado que tem um recorte etário de 15 a 19 anos, ou seja a média do OCDE de 37% é justamente da faixa etária do ensino médio, tanto que se a gente olhar a média da OCDE, expandida para 24 anos ela é uma média maior, acima de 40%.

Então essas reuniões estão acontecendo, a ideia portanto já explicando um pouco da natureza das matrículas, nós estamos falando daqueles cursos que têm planejamento curricular único,

conhecido como *integrado*, né e os cursos *concomitantes* que podem ser feito por meio de parcerias, ainda tá no nosso cálculo as matrículas de curso normal, o magistério, né que são residuais, mas ainda existem no Brasil e inclusive por muitos concebidos como um curso técnico de educação, também, né então elas estão no nosso nosso computo. A ideia também, na conversa com os estados é a gente na medida em que caminha a idealização, como bem dito também no primeiro painel de um projeto de lei complementar, que precisa ser apreciado pelo congresso como que a gente endereça enquanto governo esses dois grandes momentos, o primeiro da elaboração de um plano de trabalho por parte das redes estaduais.

Vocês devem imaginar. E aqui tem secretários e pessoas que conhecem muito a dinâmica de cada estado e região, a realidade é absolutamente heterogênea. Você tem estados com capacidade instalada, para conseguir ampliar suas matrículas no curto prazo, se tem estados que terão mais dificuldades, se tem estado que já têm rodando diferentes naturezas de parcerias, outros não tem uma escala em relação a isso. É também a diferença em relação à meta é muito grande, então como como bem dito, então os planos de trabalhos eles necessariamente eles terão de ter a peculiaridade da natureza de cada realidade estadual, e o outro momento é a ideia que também foi objeto de algumas perguntas de como você monitora isso do ponto de vista educacional, sei que o que o que o Rogério vai entrar no debate do monitoramento, vamos dizer assim fiscal, né, mas a gente tem que construir um conjunto de mecanismos para monitorar a política, e avaliar a política pública. Dando um exemplo de uma ação que tá que tá começando agora no Brasil que é o Pé de meia, a gente tá num esforço de musculatura institucional dentro do MEC, para construir base de dados administrativos, aferição de frequência, aferição de matrícula e muito provavelmente nós vamos ou se utilizar dessas ferramentas, ou criar, ter que criar outras, para ter um monitoramento a contento, para não ser um monitoramento que que passe uma imagem de que ele não, é vamos dizer assim, rigoroso em relação às às metas elencadas no nos planos.

Outro ponto que, por obvio é objeto e tá muito presente na fala do governador é a ideia do que acontecerá com aqueles estados cuja dívida é tão elevada que provavelmente ele vai atingir aquela meta com recurso e e e teria vamos dizer assim disponibilidade para outros investimentos. Estamos conversando com com os estados sobre isso também, eu tô chamando isso de gatilhos ou seja aqueles gatilhos que podem ser acionados em relação aos Estados que já cumpriram sua meta, e a gente tá focando muito especialmente, mantendo a EPT como grande EPT, educação profissional, né como grande foco, na ideia de você ampliar, por exemplo, a infraestrutura de oferta de tempo integral em EPT.

Esse é um detalhe importante, também que foi muito cobrado pelos secretários estaduais. Inicialmente o programa tava sendo concebido para que essas matrículas novas fossem em curso técnico e tempo integral, mas como a realidade dos Estados é muito diferentes, e alguns conseguiram expandir o ensino técnico em tempo parcial, ou no meio do caminho, eu brinco que é e ele não é nem parcial, ou seja manhãs apenas manhãs, mas ele também não é integral, dois turnos inteiros, né, tem uma mediação de carga horária que é possível chegar. Então, a ideia é a gente iniciar, não condicionando ao tempo integral necessariamente, mas sempre o fomentando, sempre ou induzindo, como o ministro já disse, o próprio programa de de indução de matrícula de tempo integral, já foca em EPT no ensino médio como como fomento da drenagem de recursos para as redes estaduais, no caso do programa do tempo integral.

E finalizando um pouco essa minha introdução, na agenda, de plano de trabalho, e na agenda de monitoramento, a gente já tem construído e tá palto do debate com os estados também, um conjunto de ferramentas de alinhamento desses cursos com o mundo do trabalho, de alinhamento desses cursos com os projetos, inclusive que que estão sendo lançados pelo governo, por outros Ministérios, e pelo governo como um todo, ou seja a coerência em relação ao tipo de curso que

é ofertado e a demanda do mundo do trabalho, a demanda do projeto nacional que eu acho que o ministro Camilo e o secretário Daril deram, do ponto de vista conceitual o horizonte assim, né, a de ter coerência do perfil de curso que a gente abre com o perfil de país que a gente quer pros próximos 20-30-40-50 anos, né, então todos os temas ligados a a transição ecológica, todos os temas ligados à à sofisticação de serviços, precisa tá no horizonte dessas ferramentas que o governo federal já tá produzindo, para ofertar aos Estados o que a gente tá chamando de *ferramentas de alinhamento* para gente assessorar as redes Estaduais na expansão da da matrícula EPT nós temos a uma lei relacionada à educação profissional que foi aprovada recentemente a mais recentemente ainda foi criado um grupo de trabalho interministerial para elaborar a *política nacional de educação profissional*.

E esse espaço, né esse grupo de trabalho, ele também vai ser importante, para gente pensar a implementação do juro pela educação, que como bem disse o Ministro, a gente deseja ser breve, resguardado e ressalvado. Por óbvio todo debate com as redes, e com o Congresso Nacional em relação a como o projeto de lei se se materializa, e uma última frente que aí é um é um “advocacy” muito da educação é a ideia de que se a gente conseguir dentre os gatilhos que a gente tá propondo, infraestrutura, expansão de tempo integral, a ideia de você talvez nesses casos que já atingiram a meta conseguir fazer, um programa de elevação da escolaridade do brasileiro, ligado a educação de jovens e adultos, integrada educação profissional não sei se não sei se é da informação de todos, mas eu reforço que o Ministro disse. Nós temos uma França inteira que não concluiu o ensino médio, né, são 70 milhões de pessoas no Brasil, nós temos um passivo. Se você olhar um recorte muito curto entre 15 e 16 anos até 29, né que tá no Estatuto da Juventude, é mais de 1 milhão de pessoas gente que não sabe leer. Então assim quando a gente olha estados como Minas, São Paulo que são densamente povoados, se um gatilho permitir um processo de elevação da escolaridade desses jovens e adultos, combinado educação técnica, que é uma meta do Plano Nacional de Educação, que não foi atendida, a gente interessaria muito bem.

E o outro tema foi abordado também é a formação de de professores. É tá muito claro para nós hoje, que não há como expandir a educação profissional na escala, e o desejo que a gente quer, se a gente não formar professores para educação profissional o Brasil. Não tem professores para educação profissional suficiente hoje, quem tá à frente das redes estaduais sabe disso, dificuldade querer contratar diretamente pessoas, e aí a gente vai ter que provavelmente olhar para um gatilho ligado à formação de professor como um todo que é um gargalo nacional. Eu acho que o apagão docente é objeto de estudo de de todo mundo que que tá na educação, mas a formação para a educação profissional de professores é uma necessidade premenente de um país que quer expandir suas vagas. Então a gente tem esse esse tema como gatilho também no horizonte para pensar aí não necessariamente em projeto de lei aí, a ver né ou em em regulamentação em infra legal.

A ideia é que a gente mantenha a parceria Ministério da Educação e Fazenda do começo ao fim em portarias interministeriais sempre entre os dois Ministérios, tem sido fecundo a parceria em outros temas e acho que essa aqui é um é um tema chave que endereça projeto de país, que endereça, vamos dizer assim, visão de gestão pública, e e essa consonância precisa ser objeto de conhecimento da opinião pública, precisa conhecer isso né então inicialmente seria isso. Sobre os estados não endividados e outros temas eu entro depois, muito obrigado.

[Aplausos]

Tempo 2:21:57

Fernando Exman **Chefe da Sucursal do Valor Econômico em Brasília:** Obrigado, temos também vários insights para aprofundar durante a nossa conversa. Secretário Ceron

palavra tá com o senhor por favor.

Rogério Ceron Secretário Executivo. Tesoro Nacional, Ministerio da Fazenda: Obrigado Fernando. Primeiro parabenizar o valor pelo evento, cumprimentar aí na figura do Fernando todos os jornalistas do do do Valor, profissionais que são que nos acompanham aqui, sempre estão envolvidos com as nossas discussões, profissionais sérios que tem o meu respeito e admiração, cumprimentar a Fundação Itaú e Todos Pela Educação na figura da Anne e da Priscila pelo trabalho que fazem em relação à educação, o Ministério da Educação, o Ministro Camilo, já não está mais presente, mas também registro aqui a parceria e a admiração pelo trabalho que ele vem conduzindo aqui, o Gregório grande parceiro em várias iniciativas como ele bem comentou, e eu vou falar um pouquinho sobre elas.

Isso tem sido uma uma prática comum da gente na Fazenda. Fazer, ter a educação de fato, o Ministério da Educação como um grande parceiro, e como uma grande prioridade do governo. Nós estamos conseguindo acho que avançar nessa nessa area, então aqui eu queria destacar, desde o começo, né, do do governo, algumas ações nós ajudamos e apoiamos o Ministério da Educação no desenho do *Pé de meia* que é algo fundamental e fantástico. Para além dele, nós lançamos algo que tem uma menor dimensão, mas tem uma importância relevante, que é o título, *Educa mais*. No âmbito do Tesouro, direto que é uma iniciativa para valorizar, e para trazer a luz do sol a discussão sobre a poupança voltada ao financiamento do ciclo educacional, é algo muito relevante para as famílias. Isso tem tido um sucesso muito importante, e ele tem até um casamento com o programa Pé de meia - os alunos, os jovens que estiverem beneficiados pelo programa também poderão uma parte da poupança aplicarem nesses títulos, isso gera um ciclo virtuoso muito interessante.

Nós temos fomentado, é um trabalho em conjunto com o PPI, a geração, né, a difusão de conhecimento boas práticas e projetos de parcerias público-privadas para infraestrutura educacional que é algo que não no Brasil. É um setor que avançou muito, as PPPs e as concessões em várias outras áreas. No setor educacional tem um potencial incrível de prover infraestrutura, e serviços de suporte, a parte pedagógica, e nós estamos avançando. Provavelmente nós vamos chegar aí ao ao fim do do ciclo de governo aí tendo mudado de fato a realidade com dezenas de projetos, tendo saído do papel. E agora estamos nesse debate em transformar uma parte dos juros relacionados às dívidas dos Estados em incentivos para gerar um um objetivo nobre, né, que é as a expansão das matrículas no ensino técnico. O Daril comentou um pouquinho, eu não vou repasar todos os pontos, do ponto de vista de política econômica, mas fazendo, corroborando tudo que ele disse, nós temos claro, desafios de curto prazo, que estão sendo enfrentados do ponto de vista de política econômica, mas sem perder de vista o que importa que para nós, o que importa é o médio longo prazo, criar condições para que o país tenha um incremento de produtividade, condições de um ambiente econômico saudável e sustentável. Então a essa ação é mais uma, entre várias outras, né, reforma tributária, avanços institucionais em várias outros setores, e reformas regulatórias, que criam esse ambiente favorável, ao retorno do investimento produtivo, a uma economia saudável e com crescimento sustentado, e com equilíbrio social.

Mas essa ação efetivamente, ela gera um ganho fantástico, do ponto de vista de incremento da produtividade do trabalho, a médio longo prazo, além de todos os outros benefícios, que o o próprio Ministro Camilo comentou. De abrir a oportunidade de incremento, para ter uma profissão, incremento de renda, etc.. Ou como mesmo Daril comentou, ser um processo de emancipação desses jovens, né, dar condições a ele, por meio da educação, a ter um futuro melhor. Então nós estamos completamente alinhados, em torno desse objetivo. Para descer um pouco, e falar um pouquinho da estrutura, do que foi pensado, Claro o Governador fez ponderações, muito importantes e legítimas, em relação a quem fez o seu dever de casa, e aqui Governador aproveitar para registrar meus cumprimentos, e parabéns pelos resultados alcança-

dos, e pela dedicação, foco no ensino profissionalizante do seu estado. Isso é muito relevante, realmente transforma vidas, assim como o senhor comentou, da sua formação técnica também passei por um processo semelhante. Valorizo muito o ensino o ensino técnico profissional, e o ensino público. Isso transforma vidas de fato. Então, parabéns pelo trabalho.

Mas nessa linha de criarmos esses incentivos, o que nós pensamos primeiro, claro os estados que estão muito endividados, de fato eles têm um benefício maior. Por outro lado, eles estão numa situação, como o Daril comentou, e como até a Lu provocou um pouco, sempre isso vai volta nessa discussão, que acaba envolvendo muitas vezes o judiciário, e nós precisamos encontrar um caminho de saída para esse recorrente conflito. Claro que sempre vai haver a discussão, de uma desigualdade, em relação a quem legitimamente fez um bom trabalho, reestruturou suas Finanças, e acaba tendo um benefício proporcionalmente menor do que aquele que está endividado, e tá com uma gestão financeira um pouco mais fragilizada. Mas, de fato, nós precisamos encontrar equilibrar esse processo de equilíbrio federativo, é muito importante e por um lado nós precisamos compreensão mas claro, também de forma legítima, encontrar os caminhos para poder tornar esse objetivo, e essa meta alcançável por todos os estados. Acho que o Gregório, o Ministro já sinalizou isso aqui, o Gregório vai poder comentar um pouco mais, essa preocupação do próprio Ministério em atender, nós estamos levando isso com muito cuidado, e com muita atenção, todos os subsídios para de fato ser algo que mobilize o país. Falando em mobilização do país, eu entendo, sempre falo sobre isso, não adianta fazermos as mesmas coisas, esperando resultados diferentes. Então, o que eu vejo, de muito diferente nesse processo de renegociação, vamos dizer assim, desses passivos, com esses estados, é criar o que nunca foi feito, um objetivo nobre a ser alcançado pelo conjunto da sociedade.

E ele só vai funcionar se a sociedade, se houver o controle social, se houver o engajamento da sociedade, de todas as instituições em relação a esse objetivo. Então não adianta, só Ministério da Fazenda, só o Ministério da Educação juntos tentar cobrar e fazer, com que isso funcione com os estados. Tem um papel nosso a cumprir, e ele será feito. Mas de fato, precisa haver esse engajamento, e essa cobrança, porque aí sim, todos os entes vão ter que, vão ser obrigados, vão ser induzidos, a atingir esse objetivo. Então considero essa questão, do controle social, um relevantíssima de engajamento para poder efetivamente ter o esforço de todos entes para cumprir esse objetivo.

Acho que falar um pouquinho sobre a governança, acho que um aspecto importante, Gregório também pincelou, algumas palavras sobre isso. Nós estamos tomando muito cuidado para que isso não seja uma ação que nós só colocamos em prol dos estados, e vamos fazer um acompanhamento apenas do ponto de vista fiscal, se cumpriu ou não, se gastou ou não, mas de fato, fazer disso um engajamento e um programa para que isso dê certo, e para que isso dê certo, a governança importa. Importa muito, então **ontem mesmo, estava reunido com o BID, né, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que se colocou completamente à disposição da Fazenda, de Educação, para não só reunir fundos, mas dar suporte técnico, por meio de especialistas. Enfim, já conseguiram formatar aí uma rede de suporte internacional de especialistas, que poderiam apoiar o programa e apoiar os estados tecnicamente para poder atingir seus objetivos da melhor forma, de forma articulada, com o setor produtivo, com o setor empresarial, com a sociedade civil.**

Então criar um de fato, uma governança profissional, uma governança de fato, que tem um ciclo mais longo, e há um ganho importante de trazer um multilateral, para uma discussão como essa, que ele evita que isso acabe sendo uma relação muitas vezes política, né, que se eventualmente divergências políticas acabem afetando um objetivo que não deveria, que ele deveria ser uma olhar de estado, e não de governo. Então, eu acho que traz um ganho de governança e pro programa de forma muito expressiva, nós pactuamos que vamos fazer aí, uma

agenda de trabalho junto com o Ministerio da Educação, para fazer o desenho desse processo. Acho que aí tem um ganho importante, para todos. Eu não vou me alogar para deixar aqui, ter chance de responder as perguntas. Há vários detalhes técnicos que nós acho que podemos esclarecer aqui, nós temos ouvido muito o feedback dos Secretários de Fazenda, do Secretários de educação. Acho que cada realidade, né, o Brasil é um país muito heterogêneo, então, há realidades muito distintas. O Gregório falou um pouco sobre isso, né, alguns têm condições de avançar no ensino integral, outros não querem, então, estamos nesse trabalho, de ouvir e aí ouvir, construir e encontrar um equilíbrio, claro que sempre há uma ansiedade, sempre aqueles que já acham que isso é uma proposta pronta, e acabada, e não há um espaço para diálogo. Mas, não é assim que nós temos conduzido, não foi assim que nós conduzimos o ano passado, e não vai ser assim como que nós vamos conduzir. Dessa vez vamos fazer isso com diálogo, para que tenhamos, sim um projeto o melhor possível, ne que equilibre os diferentes anseios, as diferentes necessidades, aí ao longo de todo de todos, os estados e atender o nosso Brasil, e nossos jovens, que é o que importa. Então, para encerrar a fala inicial, só parabenizar pelo evento, e tô aqui completamente à disposição, para contribuir.

Murilo Camarotto, repórter do Valor Econômico em Brasília: Obrigado Secretário. Bom dia a todos, bom dia obrigado, Secretário Gris, obrigado Secretário Ceron, Fernando. Eu gostaria de insistir um pouco mais em um tema que foi falado um pouco no, painel anterior um pouco introduzido pelo Secretário Gregório Gris, que ainda é a questão dos mecanismos aí de acompanhamento. No caso específico de uma pergunta pros dois, no caso específico do MEC, uma dúvida se essa questão da integração com o ensino médio vai ser um critério ou se não. Se pode ser investido em cursos técnicos não integrados, que também vai contar para essa meta, e no caso aqui do secretário Ceron, como é que fica a possibilidade dos Estados por exemplo, trocar dinheiros né ou seja tirar um dinheiro, de um de um outra rubrica para investir nisso e sem que seja um investimento novo como é que que isso vai entrar no monitoramento aí do governo, obrigado.

Gregório Grisa Secretário Executivo Adjunto do Ministerio de Educação: Bom, sobre o monitoramento, da natureza da matrícula. Assim, a gente tem duas grandes naturezas de cursos técnicos no Brasil, o curso técnico, ambos de nível médio a gente chama nível médio: o curso técnico *integrado* ao ensino médio, com currículo único; e o curso técnico *concomitante* ao ensino médio, onde o aluno tem uma matrícula por exemplo na rede estadual, e faz um curso técnico paralelamente num outro turno, por meio de parceria, o parceria com Instituto Federal, parceria com sistema S, ou numa outra escola técnica, eventualmente do próprio Estado. Esses dois tipos de matrícula, na nossa proposta contarão na expansão. O outro tipo de curso técnico é o curso *subsequente* onde o estudante tem que ter concluído o ensino médio, para entrar no curso subsequente. É a princípio, como eu antecipei e ao olhar os dados, e as evidências sobre esses cursos no Brasil, primeiro eles já constituem a imensa maioria das matrículas de cursos técnicos chegando a quase 1 milhão de matrículas no Brasil. O subsequente - ele tem sido utilizado por pessoas que ingressam entre 27 a 28 anos, não mais um perfil de pessoas que estão no ensino médio, que do ponto de vista da proposta é o foco o ensino médio. A outra distinção que pode suscitar dúvidas é a seguinte - a gente tem no catálogo nacional de cursos técnicos, outras tipologias que são os cursos de qualificação profissional, ou cursos fix, a princípio que são cursos mais curtos bem menores do que 800 horas ou 1000 horas ou 1200 horas, que são as três formatações de cursos técnicos.

A princípio, esses cursos, eles não estariam computando a menos, que aí é uma construção que alguns estados tem trazido pro debate que a gente tenha, uma soma né de um conjunto de cursos de qualificação, chegando a uma um patamar de carga horário de um curso técnico inteiro, diplomandp o menino como curso técnico, aí essa matrícula contaria. E aí a a ferramenta pra gente monitorar ela como eu disse antes ela vai passar pela ideia de de uma base de dados

administrativos que é possível ser feito porque, no Pé de meia, nós estamos construindo isso, com os 27 os 26 estados e Distrito Federal, né, os entes, e também pelo Censo, né, a captura do Censo, no caso do tempo integral, quando a gente fomenta 50% para as redes de ensino em relação, ao que elas propuseram de expansão, a gente vai conferir no Censo, no ano seguinte, né, ou no dado administrativo, que foi enviado para apagar a outra parcela. Então o monitoramento vai se nesses termos, não sei se te respondi.

Murilo Camarotto, repórter do Valor Econômico em Brasília: Obrigado Secretário.

Rogério Ceron Secretário Executivo. Tesoro Nacional, Ministerio da Fazenda: Bom, quanto ao uso dos recursos e o famoso troca de fontes né, o risco de eventualmente se utilizar o recurso que já seria utilizado para alguma outra função da educação nossa ideia tá há um diálogo, há pleitos dos secretários de alguns Estados, para ter alguma flexibilização, mas nós temos insistido dialogar, temos uma posição aqui fechada, e educação e Fazenda, no sentido de que esses recursos como são recursos adicionais, eles vão ser aplicados na educação na expansão do ensino profissionalizante, mas ele não entraria pro computo dos percentuais de aplicação na educação, então portanto você realmente adicionaria recursos ao cumprimento desse objetivo, sem precarizar outras políticas relacionadas à educação. A há um debate em torno disso, tá, por ponderações sempre são válidas, tem que ser discutidas de alguns estados que fal posso fazer isso de uma forma um pouco mais eficiente ao menos uma parte, eu poderia eventualmente utilizar, para poder ter algum ganho e poder utilizar, esse ter um estímulo para ser mais eficiente, e poder direcionar recursos para algum outro objetivo, para alguma outra política pública, que seja válida. Por enquanto, não é essa, o nosso caminho, tá a gente tem insistido, da necessidade de que de f ele seja completamente um recurso adicional.

Há casos de estados, que tem o volume de recursos, como foi comentado aqui, que vai ser tão brutal, que nós por mais que nós tenhamos, lá outras aplicações, por exemplo, caso ele consiga comprovar que ele vá atingir aqueles resultados as metas pactuadas, pode uma parte dos recursos ser direcionadas para expansão de infraestrutura para ensino integral, para centros de pesquisa e desenvolvimento, enfim, questões que perpassam a questão do Ensino Médio. Mas é um pleito para que se estenda para essa possibilidade, para alguns casos, para outras áreas, para infraestrutura de saneamento, etc.. Então aí, se caso uma proposta dessa avance para que alguma parte desse recurso possa ser utilizado, para algum outro objetivo, aí teria que se pensar em algum também outra regra trava para que garanta que isso seja um adicional de investimento.

Tá mas voltando à proposta original, nós estamos mantendo ele completamente, esse excepcional, ele não entra pro computo dos percentuais da educação, mínimos da educação, e portanto na nosso entender, a gente nós garantimos assim que ele não vai ter uma utilização, uma troca de fonte uma precarização da política de educação.

Fernando Exman Chefe da Sucursal do Valor Econômico em Brasília: Secretário Ceron, aproveitando, a importância do planejamento, né, dos governos estaduais depois para que haja uma manutenção de recursos a médio longo prazo, enfim, para que essas políticas não se dissolvam, como é que isso vai ser estruturado no programa, e do ponto de vista do governo federal, se e essa negociação, enfim, se essa jogo pode de alguma forma, refletir nos mínimos que o governo federal tem que investir e direcionar para educação? Ou são recursos totalmente distintos e não entrariam em contas, como mínimo constitucional, por exemplo ?

Rogério Ceron Secretário Executivo. Tesoro Nacional, Ministerio da Fazenda: Olha, pensando a médio e longo prazo, acho que tem um claro então, deixa eu tentar compartilhar o macro arranjo, que eu acho que isso é importante, a escolha do do ensino ensino técnico articulado, aí ao ensino médio, ele tem algumas vantagens. Claro, do ponto de vista econômico

como nós já mencionamos. Tem todo um ganho de produtividade a médio e longo prazo, enfim é muito importante. Mas, ele também, ele se casa perfeitamente com a própria estrutura do Fundeb, nós estamos incentivando que a abertura dessas vagas ocorra por meio de parcerias, essas parcerias no primeiro momento, no ano de zero, né - há o investimento por parte do ente, para abertura daquelas vagas, então tem de fato e eles vão ser custeados com a economia desse de juros, da dívida. Mas, a partir do segundo ano, ele gera um duplo cômputo do Fundeb, para essa matrícula que mantém esse custeio sob controle. Então isso é uma questão muito importante, porque nós nos preocupamos muito com a sustentabilidade do programa, também não adianta nós investirmos ampliarmos as vagas até 2030, chegando lá, não há condições de suportar, e felizmente também uma feliz coincidência do destino.

Nós aproveitamos esse arranjo também para que permitir isso. Nós estamos num processo de expansão dos recursos do Fundeb, dos aportes do governo federal no Fundeb. Então também ele permite, que essa expansão, esse duplo compute, seja suportado, sem ser, sem gerar um prejuízo aos demais. Então do ponto de vista financeiro, e olhando a sustentabilidade do modelo, ele ao nosso ver, ele tá bem desenhado, ele tem condições de prosperar. Então você não vai criar, o que é uma nossa preocupação como Ministério da Fazenda, e responsável de alguma maneira por zelar pela saúde fiscal dos entes, né, não fomentar uma fragilização dos entes subnacionais. Tem uma preocupação em não fragilizar isso a médio longo prazo, isso não vai ocorrer, então nós não vamos impulsionar despesas correntes que depois não vão poder ser suportadas, isso é muito relevante que se diga.

Então ele foi pensado, justamente para permitir um o atingimento do objetivo nobre, ao mesmo tempo que, essa redução de juros ela afeta todo o estoque, uma parte ela é uma economia de fluxo, uma parte ela gera uma economia na dinâmica de crescimento desse estoque, da dívida. Então ao longo do tempo, a dívida vai caindo, como proporção das suas receitas, e permitindo cumprir esse objetivo, que é tão nobre. Então o arranjo financeiro, ele foi feito para garantir uma sustentabilidade a médio e longo prazo, sim.

Murilo Camarotto, repórter do Valor Econômico em Brasília: O Secretário Grisa, eu tenho mais uma para você, o Senhor mencionou aqui, nessa questão, essa importância do alinhamento com o mundo do trabalho, né, e também falou um pouquinho na sua fala inicial, sobre a questão das diferenças regionais. E eu queria que o senhor falasse um pouquinho, sobre como que também é encarado, encaradas, essas diferenças regionais na questão do ensino técnico. Por exemplo a diferença de um ABC Paulista para a vocação rural de alguma região como é que isso pode ser trabalhado para que as diferenças regionais sejam contempladas aí com essa expansão de vagas por favor?

Gregório Grisa Secretário Executivo Adjunto do Ministerio de Educação: Durante as conversas com as redes, inclusive, a gente foi sentindo a necessidade, e aí você tem redes assessoradas por diferentes atores, que conseguem ter um grau, vamos dizer mais elaborado, de estudo de demanda, de alinhamento com o mundo do trabalho, outras menos. E aí a ideia de criar ferramentas nacionais ou que possam dar esse assessoramento, é justamente para atender a essa diversidade e as peculiaridades das redes. Hoje a gente tem no Brasil, um leque vamos dizer, um portfólio de cursos técnicos muito mais vasto do que no passado. E a ideia de você contemplar a as regiões ela passa muito pela as vocações regionais, os arranjos produtivos, que são, que hoje, inclusive gente, mudam numa velocidade diferente, do passado. Você tem regiões que têm vocações hoje ligadas ao meio ambiente, que não estavam identificadas, há 10 15 anos atrás. Então, você ter ferramentas, que consigam identificar os arranjos locais, para abrir cursos coerentes, parece que é uma questão de política de estado mesmo. O governo federal tem que construir essas ferramentas, não é obrigado que a rede tenha que usá-las, porque a rede tem as suas. Mas, elas, as nossas, devem servir de complemento, para esse estudo de

em alinhamento, e outra questão que tá ligado a isso - eu posso querer fazer um curso muito interessante, muito inovador, com ótimas intenções, mas se não há Professor, o curso não vai sair, então daí a preocupação de que o leque de ferramentas de alinhamento também contemple a ideia de formação de profissionais, para dar esses cursos.

Quando a gente fala da experiência bem-sucedida dos Institutos Federais, a gente tá falando entre outras coisas disso - não é só carreira, não é só infraestrutura, é a ideia de para além da cabeça das pessoas que fazem o Instituto Federal quando se concebe novos cursos, você tem um grau orgânico de consulta à comunidade, um grau orgânico de estudo de demanda, que faz com que a atratividade, que já por natureza, já é muito boa, seja ainda maior, dos institutos Federais. E aí você tem um perfil de trabalho docente, por exemplo, de pesquisa, que a gente ainda não encontra em escala nos estados. Há experiências positivas, mas a gente não encontra com essa expansão do ensino técnico. E aí é combinada com a expansão dos próprios Institutos, já anunciada pelo Presidente, pelo Ministro, aqui você tem potencial de parceria, aí, que talvez você não tivesse antes. Se vocês olharem as cidades, as 100 cidades anunciadas de Institutos, nós estamos chegando em cidades de 45-50.000 habitantes, 35.000 habitantes, 60.000 habitantes, que provavelmente tem uma rede Estadual de Educação, que não é tão gigante que potencializa a parceria com os Institutos que antes estavam ou ainda estão concentrados em cidades médias, grandes, de 150-250-300.000 habitantes. Então, acho que o esse processo de alinhamento, dialoga com a formação, e com a dinâmica menos burocrática, acho que isso é um elemento importante das redes terem no horizonte.

A gente não pode mais pensar cursos técnicos no ensino médio para durarem 30 anos, entende, eles não vão durar 30 anos. É muito mais dinâmico, a mutação econômica dos arranjos locais, nós temos que pensar cursos que atendam ali a duas turmas, três turmas, que vão se formar e precisam sem, nenhum, digamos assim receio, passar por uma avaliação de transição, e troca de curso, se for o caso.

A gente tem “cases” no Brasil, você mencionou o ABC, enfim que tem potencial Industrial, mas a gente tem cases no Brasil, em que há necessidade constante, de troca do perfil, ou do eixo tecnológico, como mostrou o Governador, a troca do eixo tecnológico daquelas áreas. Então por vezes, você tem uma gestão de 4 anos, que pode dentro dela mesmo, fazer essas essas transformações, tem que ter mais flexibilidade, nesse olhar porque a dinâmica é diferente. Mas a inovação do programa é termos ferramentas federais para assessorar os estados nesse alinhamento com mundo do trabalho.

Tempo 2:47:38

Fernando Exman **Chefe da Sucursal do Valor Econômico em Brasília:** A gente tem um um desafio aqui, de tempo, de tentar amarrar com considerações finais, e de alguma forma dar uma luz para a frente sobre o que a gente pode esperar, enfim, Secretário Gregório se puder fazer uma razão final, faça uma provocação também em relação, o Senhor falou muito questão formação de professores. Como, enfim, o que tá de fato no pipeline, né no radar, ou seja em relação a isso, o que pode se esperar, quantos, em que tempo, qual a distribuição pelo país, enfim que isso pode que podemos esperar ?

Gregório Grisa **Secretário Executivo Adjunto do Ministerio de Educação:** Eu mencionei a formação de professores como um potencial gatilho, para aqueles casos em que os estados já atingiram a meta e é uma informação pública, né, serão que quatro Estados concentram cerca de 90% da dívida, nós estamos falando de quatro Estados muito populosos, muito endividados, e que qualquer inserção de escala de política pública nesses estados tem um impacto nacional muito grande. São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, e Rio Grande do Sul. Então assim, falar como gatilho, é a ideia de que se se prosperar essa ideia, incluímos ou no

projeto de lei ou na norma infralegal, para fomentar desde já, o planejamento desses estados, para essa oferta de formação. No caso da EPT, nós não estamos falando necessariamente de uma licenciatura inteira de 4 anos, mas de complementação pedagógica, para profissionais que já são da área técnica, mas para titulável pedagogicamente, para dar aula na educação profissional, a expansão dos Institutos Federais dialoga com isso. A lei de criação dos Institutos prevê que obrigatoriamente, 20% de todas as matrículas dos Institutos, tenham que ser em formação de professores.

Então, essa é outra iniciativa, bastante concreta, que já endereça nesse sentido, e por meio das universidades federais, que é o que tá mais ligado, à gente tem desenhado, e aí tem um debate de orçamento. Por óbvio que a situação das universidades federais mas tem desenhado um edital de fomento de ampliação de formação dos professores, com vocacionadas para a educação profissional também nas federais. Isso pode ser, e já é objeto de fomento, tanto do *ProUni*, quanto do *Fies* também o Fies agora nessa nova edição do Fies social, já priorizou matrículas de licenciatura, que era um cenário muito ruim, para nos da educação. Não sei se vocês sabem, o Fies não alcançava nem 2% das suas matrículas em licenciatura.

Isso é muito ruim, isso é muito ruim encaminho para as minhas considerações pegando o exemplo do ProUni, fazer um breve comentário em relação a essa crítica eventual que eu tenho ouvido de que o programa seria uma ultra premiação para os os estados indvidados que não fizeram o seu dever de casa. Eu lembro, na época do debate do ProUni, em que isso era muito forte, e o ProUni, para quem não conhece, é isenção fiscal para instituições em troca de bolsas de estudos. Os relatos de quem estava no MEC, na época, era muito singelo, o raciocínio é muito simples. Nós já tínhamos um não pagamento de impostos muito volumoso, já não era não era pago aquele volume de recurso, e a ideia dentro da lógica, da criatividade que o Ministro aqui mencionou, é justamente já que não é pago o recurso pelas aquelas instituições, trocar por vagas no ensino superior para alunos da escola pública, que é o esforço de expansão. O ProUni, hoje é muito bem avaliado, é um programa regular que tem uma maturidade bem importante, chegando na quase 400.000 matrículas anuais. E você tem - não quebrou o ecossistema privado de educação superior, pelo contrário, fomentou a recuperação e a maturação das instituições.

Então, eu faço um paralelo, eu faço um paralelo em relação a às dívidas muito grandes como bem comentou o Secretário Daril. Periodicamente a lógica do litígio, é uma lógica que não tem dado certo, a lógica do conflito. Porque os estados, e aí é super legítimo, né, eles encontram alternativas políticas, dentro do congresso, e dentro do supremo, para de alguma forma, ou se isentar, ou suspender, ou ter uma alternativa de não pagamento. E se a lógica tem sido essa, olhando progressivamente pros últimos 10-15-20 anos, se trata de um recurso, que a grosso modo, simplificando aqui, não vira um recurso, que não virá. Faz todo o sentido, e aí o Secretário Ceron uso a palavra corretíssima, né, você *endereçar* para uma pauta nobre, que inclusive, no médio e longo prazo, vai potencializar a saúde financeira daquele Estado. Então é essa a lógica, é substituir a postura punitiva do ponto de vista, vamos dizer assim, até do campo moral, simbólico, por uma lógica produtiva, e de otimização por uma lógica pragmática. De um recurso que se virar, virar os pingos e pro próprio tesouro, até sem potencial de planejamento de médio prazo de receita, quase nenhum, porque suspender... eu lembro, eu sou de um estado até encerro dizendo isso, que é o Rio Grande do Sul, que conseguiu a suspensão da dívida por um período. E minha mãe é professora, minha irmã é professora, meu pai é professor, só que a minha mãe e minha irmã são do Estado, ficaram 5 anos sem receber o pagamento do servidor estadual. Em dia são cinco anos em governos anteriores e com a dívida suspensa, com a dívida, então assim o servidores não recebendo, graves problemas fiscais no estado, e o tesouro não recebendo e se aquele recurso, tivesse sido endereçado para um fim nobre. A gente poderia ter alavancado, no caso do Rio Grande do Sul, eu eu agradeço novamente ao convite.

Deixo aqui o registro também público da minha solidariedade a população do Rio Grande do Sul, meus filhos estão lá, meus pais estão lá, situação de Porto Alegre é muito grave nesse momento. Deve a princípio as notícias são de que as chuvas vão se intensificar bastante, agora de terça, sexta-feira vai voltar a chover bastante e para quem conhece o Rio Grande do Sul ali o Guaíba ele desemboca na Lagoa dos Patos que é gigante, então a gente tem que olhar com muito alerta para a região sul, Pelotas, Rio Grande que vai receber um volume de água muito grande agora nos próximos dias. E dizer que eu faço parte do do comitê dentro do governo federal por representando do MEC, do grupo emergencial criado da sala de situação, a gente tá tentando organizar do ponto de vista normativo, inclusive financeiro, serão as ações emergenciais para essa semana, já ligadas ao ao PDDE, né, Programa de Dinheiro Direto na Escola, e outras ações. E agradecer também toda a solidariedade que a gente tem, a gente Gaúcho tem recebido, e dizer que o MEC tá de portas abertas.

Gente por óbvio, o diálogo travado com os secretários estaduais, ele é o que tem que ser mais orgânico nesse momento mas para as entidades, para os jornalistas, para todos que tem interesse em contribuir, com essa pauta, a gente tá em construção desse projeto. Eu acho que, como bem disse o Ceron, se a gente conseguir criar, no imaginário social, mesmo que seja imaginário restrito, daqueles atores que têm influência política, e convencê-los da potencialidade, de reter na educação o destino desses recursos, a gente tem uma janela de oportunidade histórica, para fazer em 5-6 anos. Ministro disse que é audacioso, mas por que que é audacioso, porque não foi feito em, 130 fazia em 6 anos, o que não foi feito em 100 né quer passar esse patamar de 15-16% para um outro patamar de oferta técnica. No Brasil há um um estudo do Ricardo Paes de Barros que ficou conhecido, em que ele diz, que se a gente reduzisse a evasão do ensino médio que hoje até 24 anos, só 60% se forma no ensino médio. Nós deixaríamos de gastar 135 bilhões por ano, não é recorte de 6 anos, o Pé de Meia, por exemplo, que envolve 7-8 bilhões, faz o paralelo, para tentar reduzir, Pé de Meia quer reduzir evasão, um dos programas que quer reduzir esse aqui.

E outro gente esse aqui é outro. Se os meninos querem educação técnica, se a gente conseguir ofertar, vamos dizer assim uma educação técnica, é um diálogo com o sistema S também muito importante, tá a gente tá à disposição. Tenho recebido vários atores do sistema S, para que a gente troque, vamos dizer, ideias para que nas parcerias seja ofertado para esse menino de periferias, que tá na rede estadual, o filé do sistema S, o curso grande, o curso de 1200 o curso de 1000 horas, aquele curso que realmente vai alavancar a capacidade pessoal dele, e a capacidade do seu entorno, da sua família. Então agradeço muito, e estamos à disposição.

Fernando Exman Chefe da Sucursal do Valor Econômico em Brasília: Nós que agradecemos.

Murilo Camarotto, repórter do Valor Econômico em Brasília: Sim eu só eu ia deixar passar a palavra pro Ceron, e aproveitar não perder a chance de também fazer uma provocação, e pedir para encaminhar para as considerações finais, com olhar para a frente mas inspirado, no que disse o secretário Gris, é sobre duas coisas, né sobre o dinheiro que não virá. E sobre pautas nobres, quando esse programa foi anunciado, eu vi como uma saída criativa para um problema inexorável, talvez de um dinheiro que não viria, e eu queria que o senhor falasse um pouco sobre a possibilidade de que outras pautas nobres apareçam para que sejam usadas, em relação a essa dívida, de futuramente os estados usarem argumentos para investimentos, por exemplo em infraestrutura, ou em preservação ambiental, que possa ser usado. E aí qual que seria uma posição do Tesouro, também olhando para a frente, e já agradecendo

Fernando Exman Chefe da Sucursal do Valor Econômico em Brasília: Com um detalhe, né Secretário, que desses quatro Estados, eles que concentram o grande volume de dívida, são administrados por políticos ligados à oposição, e que muitos têm pretensão eleitoral

que diverge com o projeto do Governo Federal em 2026. Então assim, também quando se diz que vai oficiar quem não fez o a lição de casa, isso de alguma forma é um paradoxo, porque são governadores da oposição.

Rogério Ceron Secretário Executivo. Tesoro Nacional, Ministerio da Fazenda:

Também, bom, as provocações são boas, mas vamos lá, dentro do que eu posso, tenho liberdade e condições de responder. Primeiro eu acho que tem um esse macrocontexto, Gregório comentou, sobre isso, Daril comentou sobre isso, desse processo histórico brasileiro, quem conhece a história fiscal brasileira, sabe desse processo cíclico, que vem lá da década de 90, dessas da renegociação de dívida, desses passivos e dessa dificuldade dos entes subnacionais, em especial os estados, terem um caminho de saída.

Alguns, a maior parte deles, conseguiu ao longo do tempo, se você olhar os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, é notório que o endividamento agregado dos estados e municípios vem caindo, ao longo do tempo, então foi muito bem sucedido. Mas, nós temos problemas, principalmente, no estado de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, e Rio de Janeiro, tem problemas muito relevantes, do ponto de vista fiscal que ainda precisam ser endereçados. Claro, vou ter a delicadeza, de não entrar no mérito da parte, que compete as próprias decisões de cada um desses estados, e aquilo que foi questões mais estruturais, que levaram a esse resultado. Mas, de fato, são três estados mais fragilizados, e tem São Paulo, que tem a maior dívida. Embora, tenha ao longo das últimas décadas, tem feito um trabalho fiscal, na minha opinião consistente, tem conseguido, apesar da dívida elevada, honrar seus pagamentos em dia. Esses estados vão ser muito beneficiados, então quando a gente olha pro o volume dos recursos numa discussão como essa, de redução de juros, é claro que ele vai gerar um suporte financeiro relevante. Então eu acho que para nós, o que nós estamos abrindo de juros, vai somar algo em torno de R\$8 bilhões reais por ano claro todo recurso importa, é óbvio, mas ele tem um impacto de minuto, e pensando que é maior parte desse desse processo, ao longo das últimas décadas fica em Idas e Vindas no judiciário.

Então não é um recurso que tão simples de contar com ele, embora nós fizemos com a serenidade, com a inteligência de olhar isso para frente nos juros para que não tenha um impacto fiscal relevante se nós tivéssemos que discutir estoque, coisas como o tipo. Então acho que tem esse caminho aqui, de saída, que precisa ser enfrentado. Não tem como eu acho, que é legítimo a gente, tentar pensar uma forma de sair, e tentar dar condições, para que esses entes, dado que estão nessa situação, tem um caminho de saída, não dá para simplesmente é optar não, é pelo menos a nossa postura, optar por deixar a própria sorte, ou num processo de conflito judicial, que eu acho que ninguém ganha. Como o Gregório comentou, o Rio Grande do Sul passou no passado anos e anos em discussão judicial, suspensão da dívida, que não era bom para a união e com certeza também fragilizou ainda mais as finanças do Estado, gerando impacto para população. Então, fazendo gancho com com a sua colocação sobre sobre o serem de oposição ou não, eu acho que nós como política econômica, a gente tem que olhar para a população. Olhar a política de estado, a gente isso acho que é inegável, todas as ações que nós estamos conduzindo, toda vez que a gente si eu sempre falo isso, assim tenho sempre, vou ter tranquilidade de vir à luz do sol, debater e discutir e mostrar que aquilo é bom para o estado brasileiro, e não para um determinado governo, ou para um determinado partido político. Isso é muito importante, a gente tá olhando isso, nada mais emblemático do que esse ponto nós estamos reconhecendo, que há um uma situação muito grave, e fragilizada nas finanças de alguns estados, que são estados popular, importantes para a Federação, e que precisam de um olhar, ali de um cuidado especial.

Mas, também nós não queremos que fazer isso de qualquer jeito, para que nós tenhamos, de novo, os mesmos resultados do passado. Então, eu acho que toda construção e trazer o controle

social. Eu falo muito sobre isso, porque para mim essa é a grande diferença em relação ao passado, nós estamos tentando trazer sociedade para dentro do debate, para se engajar com isso. Porque se o estado estou fazendo a conceição desses recursos, 100% dos recursos, para poder cumprir o objetivo de dar profissão para os jovens. Não vai ser cumprido então, assim, como qual o grau de compromisso, que a sociedade vai ter em cobrar esses governos, para cumprir esse objetivo, e cumprindo esses objetivos, com a solução, como ela foi montada, do ponto de vista de sustentabilidade fiscal, de médio e longo prazo. Por um lado, o estado vai seguir seu processo de recuperação fiscal, e por outro, nós vamos ter um outro patamar, de formação de mão de obra do país, então isso para mim cria ali um cenário único, em relação ao nosso histórico passado. Claro que ha desafios, claro que há riscos, de muitos tentarem, novamente não cumprirem suas obrigações. Mas, cabe a nós, como sociedade, de fato tem o engajamento dos atores, para fazer esse processo ser diferente dessa vez, eu realmente acredito nisso, acredito que ele é diferente e que ele tem tudo para dar certo. Se houver o engajamento, como tá acontecendo num espaço como esse, então eu agradeço a todos aqui, e vou continuar à disposição, e fazendo um embate público em defesa de uma saída adequada para a situação fiscal dos Estados, mas cumprindo um objetivo nobre, que é a formação dos nossos jovens. Obrigado.

Fernando Exman Chefe da Sucursal do Valor Econômico em Brasília: Muito obrigado secretários.

Débora Freitas Âncora da Rádio CBN: Muito obrigada senhores, pelo debate, pelas contribuições foi um prazer tê-los aqui. Muito obrigada então vamos aqui ao nosso próximo painel. Antes um momento para a foto por gentileza. Muito obrigada senhores, mais uma vez, e antes de dar início ao nosso terceiro painel gostaria de lembrar que também estamos ao vivo pelo YouTube, LinkedIn, e Facebook do Valor Econômico na transmissão do nosso evento.



Figure 11: Painel 2 - Exman, Grisa, Ceron, Camarotto

Painel 3: A proposta sobre a ótica da educação profissional nos Estados

Débora Freitas Âncora da Rádio CBN: Vamos ao terceiro painel do dia, desta vez o tema será “A proposta sobre a ótica da educação profissional nos Estados.” Na mediação, continuamos com os jornalistas Fernando Exman e Murilo Camarotto. Respondendo às perguntas teremos os convidados aqui presentes Roni Miranda, Secretário de de Educação do Estado do Paraná e também representante do CONSED. Por gentileza, Secretário, obrigada, e Fátima Gavioli Secretária de Educação do Estado de Goiás, por gentileza, Secretária obrigada. E falando com a gente à distância participará deste painel também Guilherme Lichand, que é professor da Universidade de Stanford, seja bem-vindo Professor. Muito obrigada a todos presença, já vamos dar início então, bom debate.

Fernando Exman Chefe da Sucursal do Valor Econômico em Brasília: Olá, Bom dia pros senhores que chegam para nos acompanhar agora. Murilo, teremos o grande desafio de tentar nos conter em relação ao tempo, né, temos aqui, um enfim, ainda mais um painel, e esse certamente vai agregar muito em relação ao que a gente já teve, então assim pra gente ter as considerações iniciais, se a gente puder enxugar quanto mais curto e sucinto, a gente pode aprofundar depois no nosso debate. Então, Secretária, se a senhora puder começar, enfim, do ponto de vista do estado da senhora, quais são os pontos fortes e os pontos fracos? O que a senhora tem trazido dessa interlocução com o governo federal, que a senhora pode nos contar, e que pode iluminar a nossa conversa?

Fátima Gavioli Secretária de Educação do Estado de Goiás: Bom bom dia a todos Obrigada Priscila, Obrigada Olavo pelo convite. Eu quero cumprimentar todos que nos assistem. Mas, antes de qualquer coisa, eu quero fazer menção à Professora Raquel Teixeira, na verdade ela é uma das convidadas, deveria estar aqui. Agora e todos nós sabemos, a luta que ela tá enfrentando, lá no Rio Grande do Sul, então aproveito também esse momento para mandar aí para a Raquel, energia positiva, pensamento positivo, além de tudo aquilo que nós estamos fazendo no Estado de Goiás para poder ajudar com a nossa força, né, militar todos nossos bombeiros estão hoje lá. Mas assim, a Raquel realmente fez falta aqui, hoje para todos nós, tá. Eu quero falar sobre essa questão dos desafios. Alguém que me antecedeu, usou uma frase, que no serviço público, a gente tem uma prioridade em cima de outra prioridade, e outra prioridade, outra prioridade. O Secretário de Educação, embora ele administre a maior fatia de contribuição prevista na Constituição nos repasses. Ele não é também a pessoa que faz tudo aquilo que ele poderia fazer, porque ele tem, sim uma dependência, e isso é muito importante que exista, né, tanto dos órgãos de controle, como também dentro do próprio governo, nas secretarias parceiras - secretarias de economia, de administração etc. Então, nessa, nestes últimos 6 anos, e aí eu tô falando de últimos 6 anos, e aproveito para abrir um parêntese, porque bem agora foi dito aqui que puxa vida, mas essa proposta talvez beneficia inclusive quem está hoje dentro do regime de recuperação fiscal, mas que também tem seus sonhos de disputar, inclusive uma eleição daqui a pouco.

Eu ouvi a pergunta, e aí o que que eu queria dizer a vocês? A maioria de nós, que hoje fazemos parte do regime de recuperação fiscal, na verdade não criamos essa situação, na verdade herdamos, e estamos lutando para tentar resolver isso, e quando eu vejo o Ministério da economia, solidário, tentando trazer uma proposta educacional, de educação profissional, para as secretarias de educação, isso enche o nosso coração de esperança, independente do posicionamento, das sugestões, das que serão feitas através das secretarias de economia, e dos nossos governadores. Isso, para nós é importante, alguém olhando pela educação, alguém querendo discutir, olha nós aqui, nesse auditório, olha nós lá em casa, olha nós agora no trabalho, o povo

que nos assiste, estamos discutindo educação brasileira, de educação profissional. Então, sem dúvida nenhuma, foi um passo muito importante, que foi dado. Agora, o maior desafio é - 2019 -dívidas, tentando entrar no regime de recuperação fiscal, e agora eu tô falando aqui, também pelos meus colegas do CONSED que com certeza nos assistem, agora através da transmissão, os que estão no regime. 2019, só dívidas, só dívidas pouco, a se organizar e planejar, a gente não sabia sequer se conseguiria pagar uma folha de pagamento, em dia como é que você quer ter professor, para trabalhar educação profissional, se malmente consegue se manter de pé, na própria sustentabilidade diária da secretaria, na sustentação da secretaria. Depois de 2019, veio o que mesmo em 2020, 21, 22 a, efetivamente a pandemia. Acabou o governo, acabou o primeiro mandato. Quem teve direito a um segundo mandato, agora sim, agora sim agora eu diria que respirando.

Olhando mesmo pro futuro, como alguém que tá, preparando seu estado, e uma nação com mais pessoas formadas, com mais pessoas capazes de inserir no mercado de trabalho, e com certeza, trazendo sim, um recurso tanto recurso humano, como um recurso financeiro, para o seu estado. Então, essas são as minhas considerações iniciais. Que bom, que estamos discutindo educação profissional, que bom que falamos aqui hoje sobre licenciaturas, que bom que falamos aqui sobre educação integral. Vocês pensam que tá sendo fácil manter o aluno na escola de tempo integral? Não meus amigos, a maior dificuldade que nós temos hoje, é manter o aluno na escola o dia todo. Sabe, depois da pandemia, os pais preferencialmente querem que eles arrumem um trabalho de 4 a 6 horas por dia, então tudo isso, quando discutido, evidentemente, que nós vamos ter, sim, condição de encontrar soluções, a médio e longo prazo para esses problemas.

Fernando Exman **Chefe da Sucursal do Valor Econômico em Brasília:** Muito obrigado. Secretário.

Roni Miranda **Secretário de Educação do Estado do Paraná:** Bom dia, bom dia a todas e todos. Cumprimentar aqui, especialmente, agradecer o convite da Priscilla, do Olavo, ao Valor também, por esse momento. É fundamental discutir educação, educação técnica. Eu vou usar esse termo mais técnico, porque muitas vezes gente subjuga a educação profissional com qualificação profissional, então, e a educação técnica ou formação técnica do estudante. É louvável, quero agradecer também a presença da minha colega Fátima que sempre discute educação, mas também referendar a a secretária Raquel do Rio Grande do Sul, era ela que era para estar aqui nesse lugar. Rio Grande do Sul passando por esse momento de crise, obviamente que a educação ela vai ser extremamente afetada. A gente viveu este momento na pandemia, e no Paraná a gente tá contribuindo também, com toda a força policial, mas também com a estrutura da secretaria de educação, nossos caminhões da Secretaria de Educação, estão saindo levando água, alimentos, para pro Rio Grande do Sul neste exato momento.

Inclusive, e para nós falar de educação profissional, no CONSED, a gente ainda não discutiu esse tema com os secretários. A Secretária Fátima sabe disso, a gente não discutiu a questão do juros na educação profissional, mas eu vou falar mais da da minha opinião pessoal. Como a Fátima também colocou, é um tema que é sempre saltado, falar de investimento em educação, em educação técnica, na educação básica, é algo que é princípio básico. Se a gente pegar os indicadores da educação dos estudantes que concluem ensino médio e acessão a ensino superior. A grande maioria dos estudantes ficam com somente ensino médio, e aí se torna aquele jovem, nem estuda, nem trabalha. A educação técnica, ela abre essa oportunidade, mas é importante também a gente ter em conta, que a educação técnica, ela tem que ser, com horizonte vinculado à necessidade do mercado de trabalho, o que o arranjo produtivo da regional, local tem de necessidade. Porque senão a gente começa a abrir curso técnico, sem tá integrado com o mercado de trabalho enfim, se torna mais um elefante branco que a gente cria no Brasil sem e finalidade objetiva.

No Paraná, a gente vem trabalhando muito forte nessa perspectiva, da educação técnica. A gente vem ampliando, chegamos agora no ano de 24 a 25% dos estudantes matriculados no ensino médio na educação profissional. E obviamente que isso não vai ser feito sozinho, com a rede estadual. Precisamos, sim, do apoio tanto do MEC, mas também das parcerias com Institutos Federais, com o sistema S, que são parceiros, que podem contribuir na ampliação. Mas também com o próprio, com a educação privada, também particular, que pode ser só nesse processo de oferta, porque o centro da discussão tem que estar sempre, o nosso estudante, é o que os nossos meninos e meninas precisam. E eu vejo na educação profissional, uma grande oportunidade de transformação social, e de mudança de vida e da realidade desses meninos e meninas. Em relação à dívida, os juros da dívida, obviamente que o meu estado do Paraná não está nesse arcabouço, mas também temos dívida e vamos ter benefício. Obviamente que isso ajuda, é importante também que foi colocado aqui pelo Secretário Daril, que a gente tem uma convergência, que esse recurso que venha, que ele seja investido em educação, que enfim, porque senão e é um recurso que vem pro tesouro do estado e acaba se diluindo dentro desse Tesouro, e não se reverte a investimento da educação, é importante ter congregado nesta perspectiva. Como sou econômico, eu vou terminar antes aqui.

Murilo Camarotto, repórter do Valor Econômico em Brasília: E eu queria dar as boas-vindas pro Guilherme, já com uma pergunta, voltando uma página aqui para saber a opinião de um estudioso que é sobre o ponto de vista educacional. Guilherme como é que você vê, do ponto de vista educacional, e pro desenvolvimento do país, é claro, se faz sentido esse investimento forte, essa aposta no ensino técnico profissionalizante? E como que essa agenda é vista, tanto nos países desenvolvidos, como nos chamados países em desenvolvimento, né obrigado e boas-vindas.

Guilherme Lichand, Professor da Universidade de Stanford: Obrigado pela pergunta, Murilo, e obrigado a todos, o Itaú, ao Valor pelo convite, Saúdo também a Secretária Fátima, o Secretário Roni, e uma saudação também a Secretária Raquel que não pode estar aqui conosco. Essa pergunta é crucial né, o programa no final das contas, vem ajudar a resolver um desafio grande, que o Brasil tem, como se aproximar mais do que fazem os bons sistemas educacionais, sobretudo quando a gente tá pensando em baixa taxa de abandono, né uma taxa alta de conclusão do ensino médio, e também a proficiência elevada, tanto em matemática quanto em linguagem, em testes internacionais como PISA. No estudo que a gente fez em Stanford aqui, no ano passado, a gente comparou diversos sistemas educacionais, fazendo essa pergunta, o que que era mais diferente entre o que o Brasil fazia, no ensino médio e que esses outros sistemas faziam, e a gente descobriu, que o grande diferencial desses outros sistemas, não era necessariamente nem um número enorme de ofertas de percursos, em cada escola nem uma flexibilidade de itinerários, porque os alunos pudessem escolher nessa etapa do ensino médio.

A grande diferença na verdade, uma penetração bastante elevada dessa EPT, de nível médio articulada, né como disse o Gregório, nesse país chegava a 40 a 50% dos alunos de nível médio cursavam EPT que é um contraste enorme com o que o Brasil fazia né menos de 10% antes da reforma. Por que que essa agenda é importante, a EPT torna a escola mais atrativa para esse jovem, né a gente ouviu do Ministro, uma porcentagem enorme dos jovens brasileiros 80% coisa do tipo, querem educação profissional e técnica, isso também é a verdade no mundo todo, né então a escola se torna mais conectada a construção de habilidades, são relevantes pro mercado de trabalho, e a EPT não fecha as portas pro ensino superior, na verdade ela contextualiza a formação geral básica, né de fato, no nos países ricos, é comum que 80% ou mais dos egressos do EPT continua estudando depois do ensino médio, um de cada quatro desses, no nível universitário. EPT Não é só para jogar o aluno no mercado de trabalho e aumentar desigualdades, muito pelo contrário. Eu vou voltar nisso depois. Antes da reforma, no Brasil menos de 10% dos alunos do médio cursava EPT, como eu falei, e quem cursava

precisava permanecer na escola em tempo integral, que é uma restrição elitista, que a reforma eliminou.

Então hoje, né, com o desenho que a gente ficou, do número de horas na FGP dá para cursa EPT sem necessariamente ter que ficar lá em tempo integral, que é um desafio enorme, como disse a secretária Fátima. Que a gente vai precisar superar, mas ao menos, não existe mais esse condicionante, então pra educação, faz todo o sentido expandir EPT, e para a economia também. Primeiro a gente precisa aumentar a produtividade do trabalho no Brasil, tá estagnada desde a década de 80, com a transição demográfica, se aproximando do seu fim aí na próxima, nos próximos 10 anos, a gente vai ter mais dependência, do que população economicamente ativa, e aí o aumento da produtividade, vai ser chave, para que não só a Previdência siga solvente, mas também para que a gente siga crescendo. A literatura mostra uma conexão clara entre formação profissional, produtividade empregabilidade, e salários. Então pra economia, pra gente ter mais produtividade EPT ser a chave na minha leitura, mais do que isso, mais do que aumentar a produtividade, a gente precisa redistribuir renda, né o país é extremamente desigual.

A nossa elite, seja do ponto de vista econômico ou racial, capturou retornos da educação, muito mais do que os grupos fora da elite. Desde a década de 70, no ensino médio, para vocês terem ideia, a taxa a diferença, das taxas de graduação, por exemplo, entre brancos, e não brancos, na população ainda da ordem de 40 pontos percentuais, é uma diferença inacreditável, muito maior aliás do que no ensino superior, onde ter diploma Universitário é um privilégio recente mesmo para elite. E não é só concluir, né, condicionar o teu diploma entre os egressos, os brancos ganham 50% mais do que pros pares indígenas. Então, as diferenças são enormes, e aí EPT não só deve diminuir a diferença nas taxas de graduação, entre elites e não elites, entre brancos e não brancos, mas também diminuir diferença de empregabilidade e rendimento entre os egressos. Se a gente fizer isso bem feito, claro que para essa agenda, avançar como deve, nós temos enormes desafios, né, o que e a gente pode aprender, com que fizeram bem os países de alta renda, e também os emergentes que já tão mais avançados do que o Brasil no EPT, basicamente você precisa de um novo pacto nacional, um pacto social diferente, porque para EPT de fato entregar mais empregabilidade de renda, as escolas precisam realmente fomentar carreiras que tenham demanda local, como diz o Secretário Roni, e mais do que isso, as escolas e as firmas precisam entender, que a gente precisa desenvolver essas competências com qualidade, só se organizar para isso.

Então primeiro pra gente, mapear a demanda local. As escolas precisam entender o sistema de ensino, precisa entender que não são os únicos responsáveis por definir currículo, a gente precisa articular a oferta com o setor produtivo local, e pra gente desenvolver as competências relevantes, a gente precisa definir, quais são essas competências, como a gente vai medi-las, como é que a gente vai alocar recursos, para que de fato escolas e empregadores possam de fato promover, essas competências, e sobre essa questão dos recursos, eu quero falar na segunda parte da minha fala. Mas, agradeço aí o convite mais uma vez, nessa primeira parte aqui da minha participação.

Murilo Camarotto, repórter do Valor Econômico em Brasília: Obrigado Guilherme. Dando continuidade aqui, acho que os dois secretários já deram uma pincelada de quais são as dificuldades que você tem, algumas delas, né, o senhor mencionou, bom, vamos expandir o número de matrículas, mas para onde, né, preciso da rede Federal, preciso dos sistema S. A Secretária falou sobre a dificuldade de manter, né, os alunos, por exemplo, no tempo integral. Então, no painel anteriores, falaram um pouco, né, dessas primeiras conversas com os estados, sobre o programa. Então, eu queria, que vocês compartilhassem um pouco, na de cada um, quais são as principais dificuldades e os obstáculos, para para que esse programa possa

evoluir, obrigado.

Fátima Gavioli Secretária de Educação do Estado de Goiás: Bom em primeiro lugar, agradecer por essa disponibilidade, disposição do Ministério da Economia, e conversar com os Secretários de educação. Uma prática incomum. Mas, que pela primeira vez, nós fomos convidados, para conversar sobre isso. Tô falando aqui dos estados que estão no regime, tá.

E segundo agradecer o Zé Frederico, Secretário de Ciência e Tecnologia de Goiás, com quem hoje eu tenho uma parceria para desenvolver educação profissional técnica. Vejam ,você nós estamos dentro do mesmo governo, e temos dificuldades hercúleos, para poder tocar hoje um projeto de educação profissional, porque ele tem as escolas do futuro equipadas (Escolas do Futuro, Goiás). Eu tenho o aluno mas, o aluno para sair da minha escola, e chegar na escola do futuro, ele precisa de transporte, precisa de alimentação, precisa de de pessoas para o acompanhar até lá, então assim não é fácil, dentro do próprio governo.

Também, falando um pouco sobre a experiência de Goiás, passado esse primeiro mandato, tão atropelado em em razão da pandemia. E aí uma coisa que eu quero relembrar aqui, parece até que já tá resolvido, né, Ricardo Henrique, todos os problemas que a pandemia trouxe para nós em relação à recomposição de aprendizagem. E aí, eu tô falando do aluno do ensino médio, e vamos focar só no médio, hoje do aluno do ensino médio, como um regular de 6 horas, gente nós estamos trabalhando muito para recompor aprendizagem. Quando você traz a educação profissional, técnico profissional, para dentro do ensino médio, essa discussão também, nós não podemos perder o foco nessa questão da aprendizagem, que tem que ser feita, a recomposição dela, porque um aluno que mal lê, mal escreve, como é que ele também vai ser um bom profissional.

Dependendo do curso que nós vamos levar para ele, lá dentro da educação profissional, então vejam. Como eu disse, que prioridades em cima de prioridade: prioridade e nós aqui tentando resolver ou pelo menos trazer propostas para essa situação, em relação à educação integral, é isso que eu falei a educação integral ela foi criada já aqui no país, né, há mais de 10 anos, na época eu estava Secretária em Rondônia, Quando nós implantamos lá, e ela veio com aquela proposta de 9 horas, Guilherme, então o aluno entrava 7 da manhã, saí 5:30 da tarde, com horário de almoço. A princípio, parecia que estava tudo certo, hoje nós já entendemos, e já existem pesquisas, que esse tempo todo dentro da escola em determinadas regiões, não é muito apropriado. E aí você tem que escutar. O tempo todo, você tem que escutar. Por que que esses alunos estão desistindo da escola de tempo integral aqui? Ah, para aí, nessa região aqui, este modelo precisa baixar para 7 horas. E aí quando você fala, pergunta pro aluno do tempo integral, se ele gostaria de fazer cursos de educação profissional, é tudo o que eles pedem para nós. Ele diz o seguinte: Secretário, eu preciso sair aqui do tempo da educação de tempo integral, no ensino médio, e eu preciso sair como sabendo fazer alguma coisa, além do propedêutico.

E muito interessante, que mesmo com todas essas dificuldades, o estado de Goiás hoje, já se aproxima de 76.000 estudantes no FIC (Formação Inicial Continuada). O FIC eu consegui tocar. Mesmo com pouco recurso, o que nós estamos, temos dificuldade. Eu não quero ranquear, mas devemos estar aí muito abaixo do desejado hoje em Goiás, é o EPT. Você vê, esse ano, Rôni, que eu chego a 9.000 estudantes no EPT. Por quê? Porque ele não é, ainda não é considerado acessível financeiramente ente para nós secretários? Ele é realmente uma modalidade que exige um olhar, que aí quando você faz, só vou encerrar, mas quando você fala em olhar, você também tá dizendo assim, eu preciso tirar, de tal ação, para poder investir aqui no EPT. É por dentro que você faz isso. A final de contas, você também não pode exigir de um estado no RRF (Regime da Recuperação Fiscal), que ele tenha mais investimentos na educação, se existe todas as demais secretarias para serem cuidadas.

Fernando Exman **Chefe da Sucursal do Valor Econômico em Brasília:** Ssecretário, só antes do Senhor complementar aí, é uma provocação pros dois. A senhora falou das peculiaridades e especificidades, uma forma de reduzir a evasão, acho que é um dos grandes objetivos de todos, né nessa nesse contexto. O ensino técnico no período noturno seria uma forma que a senhora falou integral, enfim, um período e menor de tempo, mas e o noturno, isso aí também estaria dentro desse contexto, que a senhora colocou? O secretário, depois também quiser falar sobre a experiência do Estado?

Fátima Gavioli **Secretária de Educação do Estado de Goiás:** Bom, lembrando que esse menino hoje já não tem procurado muito o ensino médio noturno. Para vocês terem ideia, a nossa rede hoje ela tem lá 198.000 estudantes matriculados no ensino médio, e temos uma procura pelo noturno de aproximadamente 30.000 meninos dentro desse 198.000. Por quê? Porque as cidades, as zonas urbanas, por exemplo, você não tem um transporte público, em sua grande maioria, você não tem transporte público até 11 da noite. Você não tem as crianças que moram mais distantes, os pais não autorizam, com razão. Tem tantos fatores que interferem na educação noturna. Então eu não sei. como que seria. Mas, cabe uma pesquisa para entender nesse momento, até hoje nós fizemos pesquisas para o médio regular no diurno, e para a EJA no noturno. Aí a EJA sim, Goiás agora inicia a implantação para Educação de Jovens e Adultos no noturno. Mas a Secretaria de Educação não tem registros de alunos do ensino regular com demandas para cursos técnicos noturnos, demandas que justificassem, inclusive abrir ali uma modalidade no período noturno. Essa é a minha realidade.

Roni Miranda **Secretário de Educação do Estado do Paraná:** Vou falar primeiro dos desafios e depois eu respondo a tua pergunta. Desafios hoje, eu vejo que são, a gente tem que abrir várias frentes de atuação. Ela não é algo simples, a gente começou essa discussão com a Fundação Itaú em 2019 no Paraná, e a gente começa essa discussão, pensando primeiro como que, quem que a gente escuta, para pensar o curso, currículo, a forma de oferta o arranjo produtivo local. Então a gente abriu vários canais de discussão, por macrorregiões o Paraná. Todo mundo muito conhece muito parecido com Goiás, o arranjo produtivo é no agronegócio, pecuária agricultura, mas tem os grandes centros urbanos que são na área de saúde, o curso de saúde, são cursos muito bem procurado. Hoje na área de educação também tem demandado muito mas na área de de tecnologia, também.

Primeiro, você vai olhar pro mercado. Você não pode fazer um concurso para esse professor, porque como foi dito aqui, nos painéis anteriores, é um curso que muitas vezes ele tem uma duração de uma década, e depois ele fica saturado, e já não tem mais a necessidade de ofertar mais esse curso. Então eu faço um concurso e eu vou ter um professor para 35 anos concursado na rede e o que que eu faço com esse professor. Então esse é o primeiro ponto que tem que ser pensado.

Segundo é, como que eu apoio esse professor da rede quando ele é da rede porque ele não tem uma formação específica para dar e ministrar aulas do curso técnico? Ele é um engenheiro, ele é um Jornalista, enfim é nessas áreas que ele é formado. Então ele não tem a parte pedagógica, então para isso você precisa criar uma formação continuada, atrelada, esse professor.

Terceiro, você cria um material estruturado, pedagógico de apoio nas aulas, desse professor.

Quarto, você precisa escutar o principal interessado que é o estudante. Quais são os seus projetos? Qual é o seu projeto de vida? Qual a sua perspectiva de futuro, tem que ter um diálogo constante com o estudante.

Foi o que a gente fez no Paraná. Eu posso citar aqui, a gente fez pesquisas constante e 70% dos estudantes da rede estadual do Paraná tem interesse de fazer um curso técnico. Então, a gente depois, combinou isso com os arranjos produtivos, e a construção inclusive do currículo

foi dialogado com o arranjo produtivo, e dessa forma a gente vem ofertando cursos para os nossos estudantes da rede pública do Paraná chegamos hoje dos 363.000 alunos da Rede do ensino médio chegamos a 97.000 alunos do ensino médio do Paraná realizando curso técnico no ensino médio.

Em relação à pergunta do noturno, eu sou, eu fui estudante do noturno e hoje eu faço um enfrentamento do noturno. O noturno é ele é um grande prejuízo ao estudante, todos os indicadores trazem baixa proficiência, alto índice de abandono escolar, então o noturno tem que ser a exceção, se for a oferta necessária, para aquele menino trabalhador que precisa contribuir na renda de casa, a nossa rede oferta ensino técnico, mas a gente prioriza o ensino diurno, por quê? Com a reforma do ensino médio trouxe a perspectiva de oferta de 1000 horas por ano. Ou seja, eu consigo dar seis aulas de 50 minutos por período, com isso que era um curso técnico que eu tinha antes da reforma que durava 4 anos, ele passou agora a durar 3 anos. Com isso ele passa a ser mais interessante para o adolescente, porque o adolescente ele é imediatista, ele tem 15 anos se ele olha uma vai durar 4 anos e o outro vai durar três, obviamente que ele vai se direcionar para o de 3 anos.

Com isso, o ensino técnico ele passa a ser mais competitivo quando, ele tem 3 anos. O ensino médio noturno. No meu caso ainda eu tô um pouco além da Fátima, a gente reduziu esse ano os 20.000 matrículas. No noturno tínhamos 100.000 caímos para 80.000. Então ainda é um número alto de meninos noturno, a gente oferta o ensino técnico.

Um outro grande desafio que a gente precisa do apoio, aí sim do INEP, é na avaliação da educação profissional a gente precisa ter um instrumento avaliativo como a gente tem o SAEB, o ENEM é olhar para a educação profissional com algum ... criar um instrumento de dessa dessa avaliação. O sistema S, através da SNI, tem uma avaliação da indústria. Eu acho que dá para se inspirar dialogar, construir. Mas precisamos pensar numa avaliação para inclusive avaliar a qualidade de que tipo de profissionais a gente esta formando. Um ponto importante que foi citado aqui, já que a grande maioria dos estudantes do ensino técnico tem boa proficiência no SAEB, segundo ele tem alto índice de inserção no ensino superior. A gente vem acompanhando os nossos egressos da educação profissional do Paraná e a gente já vem observando que eles têm mais facilidade inclusive em construir qual carreira profissional no ensino superior ele vai ser direcionado.

Murilo Camarotto, repórter do Valor Econômico em Brasília: Eu queria convidar novamente o Guilherme aqui. Com o gancho que foi dado aqui, pela secretária no final da fala dela. Ela falou do custo né, da importância do custo. E aí eu queria entender do Guilherme isso, assim se para gente viabilizar essa expansão, né é tudo sobre dinheiro, né. Mas qual que é a sua visão se realmente é necessário, muito mais dinheiro para poder e ampliar o número de vagas e de matrículas no ensino técnico profissionalizante? Obrigado.

Guilherme Lichand, Professor da Universidade de Stanford: Obrigado Murilo. Eu queria falar justamente da essa questão dos cursos no contexto do juros por educação. Que problema no final das contas que o programa veio a resolver? Vou mostrar a tela aqui porque eu fiz as contas, eu queria mostrar as premissas dessas contas, depois eu vou compartilhar esse material também.

Então, a preocupação aqui, de por que a gente precisa de de mais dinheiro, em particular esse dinheiro da economia do juro, né pra expansão do EPT é que EPT custa mais caro que os demais itinerários, né que o ensino médio regular, de fato antes da reforma, né para torná-lo, articulado a EPT custava o dobro do ensino médio regular, porque tinha que pagar o valor do aluno tanto a rede, né quanto a rede conveniada que oferece a formação técnica concomitante, né de fato também o novo fator de ponderação, né com a revisão dos fatores no Fundeb. Para

O PROBLEMA EDUCACIONAL

- Aluno de EPT custa mais caro que dos demais itinerários.
 - Antes da reforma, custava o dobro! Valor pago tanto à rede pública quanto à conveniada.
 - Novo fator de ponderação da EPT é 2,55 (do EM regular, 1,25).
- Recursos do programa permitiriam financiar (ao menos parte?) da lacuna de recursos associada à expansão da EPT articulada, viabilizada pela reforma do Ensino Médio.

Figure 12: Custo do aluno do EPT - Prof. Guilherme Lichand

EPT ficou em 2,55, do ensino médio regular 1,25, então é o dobro. Tá entendido que o aluno do EPT deveria mobilizar aí o dobro de recursos, do que do ensino médio regular. Então se a gente vai fazer uma expansão, a gente vai precisar de recursos para fazer isso.

Será que os recursos que o programa juras por educação poderia disponibilizar, poderia financiar pelo menos em parte essa lacuna de recursos associado a expansão? Então uma pergunta sobre níveis. Será que o volume dos recursos vai ser minimamente suficiente diante da necessidade de financiamento para expansão, e também sobre focalização? Será que o dinheiro vai pros Estados certos, os estados que mais vão precisar de dinheiro, porque é onde o número de matrículas mais precisaria aumentar para essa expansão?

PERGUNTAS-CHAVE PARA ENTENDER O GAP

- Quais são os custos por aluno/ano para provisão de EPT de qualidade, relativos ao EM tradicional?
 - Cenário A: 2x
 - Cenário B: 1,3x
- Qual a meta de expansão?
 - 30% das matrículas
 - 50% das matrículas
- Qual o ponto de partida de cada Estado?
 - Censo escolar, definições compatíveis com monitoramento do PNE
- Quais os recursos disponíveis por Estado?
 - VAAF+VAAT

Figure 13: O nível e a focalização dos recursos que pretende disponibilizar têm real potencial para resolver esse problema?

E para fazer essa conta, precisa fazer algumas premissas, né. Então, primeiro quais são exata-

mostrar os dois resultados aí, a segunda pergunta é, “Qual a meta de expansão, expandir quanto?” Então, eu fiz dois cenários também - um para 30% das matrículas e outro para 40% das matrículas. Lembrando que nos sistemas que fazem isso bem feito, a gente tem 40-50% das matrículas às vezes até 60% das matrículas na EPT. E aí depois, claro depende do ponto de partida de cada estado. Cada estado hoje tá num numa certa cobertura da EPT. E esses são dados que eu peguei do censo escolar e com definições compatíveis, com o monitoramento do PNE, aí quais são os recursos que o estado cada estado já tem, né, que isso define o que é disponível ali por aluno ano do do nível médio, e obviamente usando esses multiplicadores da EPT, usando tanto VAAF (Valor Anual por Aluno) quanto VAAT (Valor Anual Total por aluno).

EPT articulada = 2x EM tradicional			EPT articulada = 2x EM tradicional		
UF	gap \$30% EPT	ranking	UF	gap \$50% EPT	ranking
SP	BRL 3,983,214,041.02	1	SP	BRL 7,694,833,034.50	1
MG	BRL 1,296,543,634.53	2	MG	BRL 2,779,934,192.83	2
PE	BRL 961,063,211.57	3	RJ	BRL 1,883,281,652.18	3
RJ	BRL 888,927,100.77	4	PE	BRL 1,766,603,890.15	4
BA	BRL 789,953,468.26	5	BA	BRL 1,722,796,197.10	5
CE	BRL 741,007,371.67	6	CE	BRL 1,564,852,437.78	6
PA	BRL 596,248,397.91	7	PR	BRL 1,346,016,749.28	7
SC	BRL 559,818,318.28	8	RS	BRL 1,146,678,451.24	8
PR	BRL 551,351,899.56	9	PA	BRL 1,114,314,234.55	9
GO	BRL 548,935,706.60	10	SC	BRL 1,087,341,204.35	10
MA	BRL 507,495,864.10	11	MA	BRL 1,001,898,165.13	11
AM	BRL 442,158,963.51	12	GO	BRL 1,001,413,062.20	12
RS	BRL 308,845,022.58	13	AM	BRL 747,850,452.25	13
MT	BRL 306,783,383.28	14	MT	BRL 603,389,669.52	14
MS	BRL 273,537,201.13	15	PB	BRL 580,892,377.45	15
AL	BRL 251,187,782.89	16	MS	BRL 504,530,244.50	16
PB	BRL 236,193,867.03	17	AL	BRL 471,982,455.45	17
SE	BRL 231,336,909.45	18	PI	BRL 469,287,561.60	18
DF	BRL 222,332,907.10	19	RN	BRL 443,737,048.03	19
TO	BRL 185,398,602.25	20	ES	BRL 435,805,032.06	20
RN	BRL 177,993,854.57	21	SE	BRL 418,498,230.35	21
RO	BRL 172,205,817.43	22	DF	BRL 418,074,215.53	22
PI	BRL 142,323,820.32	23	TO	BRL 340,740,161.19	23
ES	BRL 130,623,649.40	24	RO	BRL 327,342,007.79	24
RR	BRL 75,436,859.88	25	AP	BRL 156,932,198.12	25
AC	BRL 54,917,863.08	26	AC	BRL 149,627,202.24	26
AP	BRL 46,567,509.22	27	RR	BRL 147,476,480.20	27
BR	BRL 14,682,403,027.37		BR	BRL 30,326,128,607.53	

que é inacreditável. Só para São Paulo seriam 7.7 bilhões por ano. Então eu acho que isso aqui é realmente assustador e provavelmente realmente não é realista. Se eu colocar em 30% a mais do custo do EPT em relação ao tradicional ainda assim o GAP é muito grande. Você vê que se a gente expandir para 30% que já é uma acho que uma expansão bastante relevante, num primeiro horizonte né quase triplicar o número de matrículas, que tá parecido com que estava nas metas do PNE. Então a gente teria aqui um GAP de quase 5 bilhões anual em relação ao

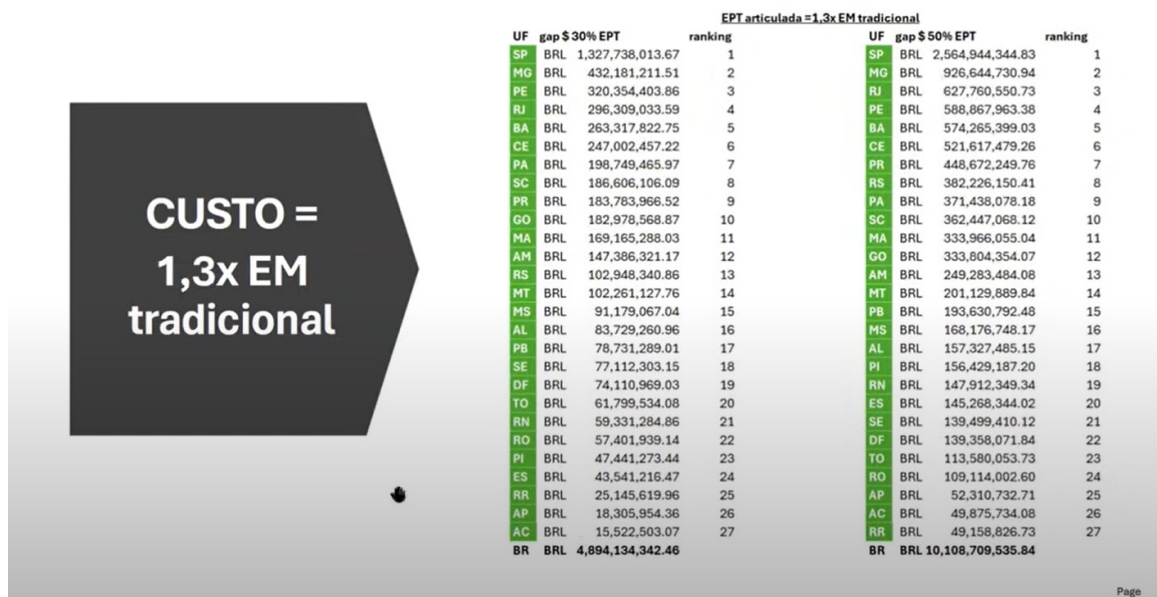


Figure 15: Cenário 2: Custo EPT 1.3x EM tradicional

que custa hoje, para a gente financiar essas matrículas.

Então teria um gap de 5 bilhões tá aqui, o ranking dos estados que dá para ver aqui, no topo do ranking São Paulo e Minas aqui são realmente estados que se beneficiariam diretamente pelo programa de jurp por educação mas tem outros estados que se beneficiariam que estão muito longe do topo do ranking. No Rio Grande do Sul mesmo aqui tá bem no meio, por quê já tem uma penetração alta do EPT. Já tá meio próximo dessa meta aqui. E outros estados que não se beneficiaram diretamente pelo programa, tipo Pernambuco, Bahia, Ceará, eles estão com altas necessidades de recursos. Mas não são beneficiários do programa, então isso diz algo sobre focalização dele.

E esse aqui são as minhas conclusões. Então, primeiro em questão de níveis a gente deve ter um GAP de financiamento mesmo no cenário mais modesto que é muito alto 5 bilhões por ano, é similar ao Pé de Meia, que tá ali mais ou menos em 7 bilhões por ano e é bem maior do que os recursos que hoje o governo federal tem destinado à expansão do ensino em tempo integral (R\$ 1b por ano), então, cinco vezes esse montante. No cenário mais ambicioso, gap é de R\$ 30b por ano).

Então a gente vai ter um GAP de recursos muito importante o cenário ambicioso ele é eu diria é impagável. Lembrando que com a lógica dos novos fatores de ponderação não tem mais dinheiro, não é porque eu disse que ept é 2,55, que chegou mais dinheiro para EPT ela só vai tirar recursos das outras etapas. Então assim se custa mais caro a EPT, vai faltar dinheiro para tudo. O cobertor é curto, então isso a expansão, ela é muito importante para a educação e para a economia, mas ela vai gerar um problema muito grave pro sistema pro sistema educacional como um todo em termos de focalização.

Como eu já apontei, o programa, ele em parte acerta porque São Paulo, Minas, e Rio estão lá perto do da parte de cima do ranking em parte porque eles têm muitos muitos alunos e um ponto de partida abaixo do EPT. Mas ele é em outras outras dimensões, né manda seriam muitos recursos destinados pro Rio Grande do Sul tem não tem tanto espaço para quer dizer já tem um ponto de partida muito mais alto de matrículas do EPT e outros tantos que vão ter gaps enormes de recursos não vão ser né primeiramente beneficiados ali por esse desenho

do programa, é a máxima que os economistas costumam dizer né quando a gente tem dois problemas em geral você precisa de duas soluções.

FOCALIZAÇÃO

- UFs que devem se beneficiar do programa: SP, MG, RJ e RS.
 - Três destas estão no topo do ranking de lacuna de financiamento em função de sua enorme população de alunos e baixa penetração atual da EPT.
- Dito isto, RS precisa de poucos recursos para uma expansão mais modesta, e outros Estados (sobretudo PE, BA e CE) precisariam de muitos recursos para expandir EPT.
 - Reforça a máxima dos economistas de que a solução ótima para dois problemas – alto endividamento e lacuna de recursos para expansão da EPT – são dois instrumentos diferentes.

Figure 16: Conclusões: Divergencia parcial entre estados beneficiarios e estados com necessidades

Então o alto endividamento é um problema a lacuna de recurso é outro você precisar de dois instrumentos diferentes acho que o programa pode ajudar, mas ele tem focalização imperfeito e meus colegas do próximo painel vão falar mais sobre isso, mas para juntar as duas coisas que eu falei, expandir a EPT articulada ao meu ver pode mesmo ser a revolução Educacional que o país precisa para ser mais produtivo para ser menos desigual, para ter menos evasão, para ter uma população mais escolarizada, e produtiva.

Mas, para isso, a gente vai precisar fazer muita lição de casa, né a gente precisa fazer melhores práticas para mapear demandas locais, para definir e medir qualidade, para alocar recursos, para promover essa qualidade. A gente ouviu o secretário Roni falar de materiais de qualidade, recrutamento e formação de professores especializados, e eu tô falando aqui desses incentivos para a provisão, seja conveniada, seja própria.

O que a gente vai precisar é de recursos que não são recursos para fazer frente a essa lacuna aí que já que o aluno do EPT custa mais caro, mas para que essa formação seja feita com qualidade, que garanta empregabilidade de renda, para esse aluno, senão a gente vai gastar muito dinheiro e não vai ver mudar o nosso drama educacional, aí de evasão muito alta, e grande desigualdades, tanto na graduação do ensino médio, quanto na colocação subsequente. [O desafio de financiamento e qualidade ameaçam a chance de o Brasil tornar essa revolução realidade]. Obrigado.

Fernando Exman **Chefe da Sucursal do Valor Econômico em Brasília:** Mais uma vez obrigado Professor, vou aproveitar que o Senhor deu a deixa com conclusões tudo mais e já seguindo aqui pro nosso fim, do nosso painel, a secretária olhando o estudo do senhor, o senhor não conseguiu perceber, mas ela tava ali olhando impressionada. E aí não sei se ela tava mais mais mais impressionado com os dados do estado dela, ou geral por favor.

Fátima Gavioli **Secretária de Educação do Estado de Goiás:** Guilherme, parabéns pela apresentação. Incrível sabe assim, fazer a o cálculo da forma como ele fez por estado, na verdade

traz para nós assim um choque de realidade muito grande. Eu comecei falando da dificuldade financeira que é hoje você elencar a prioridade, e o acho que o Guilherme encerra explicando o que não pode é deixar de fazer, o que não pode é querer fazer o que não pode é tentar encontrar a solução para fazer e isso a gente tem feito mesmo estando no RRF mesmo, tendo que priorizar outras prioridades, por exemplo, quem de nós aqui, consegue hoje não ajudar os municípios a investir na educação infantil? Nenhum de nós. Todos nós estamos focados no regime de cooperação, no regime de colaboração. Então você vai, desde o pequenininho até quando ele tá lá técnico profissional.

Eu, há tres anos atrás, eu recebi Ane Noi no Estado de Goiás, nós fizemos uma escuta, e resolvemos de acordo com a escuta, trazer para Goiás a primeira escola técnica profissional Agro, Agro mesmo, tá inclusive com formação para poder manusear os equipamentos Agro, e tal há 3 anos atrás o edital para para se inscrever e se matricular abre agora no segundo semestre. Olha o tempo que leva dentro do do público para você implantar uma política sabe. No caso da SECTI, foi muito célere, né Zé Frederico, a gente caminhou em seis meses. Mas, quando surge um problema, a gente fica 30 dias para poder resolver porque realmente a educação profissional, com exceção de Minas, São Paulo, agora o Paraná, que tá muito avançado, para grande maioria de nós, a Paraíba como vocês viram, Piauí. Mas assim, a grande maioria de nós, nesse momento estamos focados na educação profissional, a educação profissional técnica, então é muito importante que aconteça essas discussões.

Nos, do Estado de Goiás o que nós queremos de verdade, oportunizar os nossos jovens, colocar esse jovem no mercado de trabalho, fazer gerar emprego e renda, é sabe fomentar a economia, é isso que nós queremos. Como esse dinheiro vai chegar para nós, ou como nós vamos ter esses ajustes que foram propostos aqui, tomara que de uma forma possível de se executar. Do jeito, que tá hoje quem conseguiu, conseguiu porque tá fora do regime (regime RRF). E também porque já tinha essa política, que acontecendo no seu estado há 10 anos atrás. Tá do jeito que tá hoje, você realmente tem que abrir mão de uma política, que esteja para acontecer, para poder implantar a educação profissional, então eu quero aqui, sem dúvida nenhuma agradecer o convite do todos, e dizer a vocês que nós vamos trabalhar juntos, vamos continuar trabalhando juntos, para que esse país possa colocar lá no final da terceira série do Ensino Médio, de verdade um jovem que durante o ensino médio, tenha conseguido escolher, afinal de contas, o que que eu gostaria de fazer, pelo ao menos, até que eu faça o ensino superior, e possa atuar de forma profissional especializada, mas de forma técnica, ele ter escolhido isso. Tá, muito obrigada pela oportunidade de estar aqui com o meu colega Roni, e claro em nome do Estado de Goiás e do CONSED, obrigada pelo convite.

Murilo Camarotto, repórter do Valor Econômico em Brasília: Obrigado secretária. Secretário, também conferir os seus números que estão um pouco melhores? Quiser concluir já agradecendo.

Roni Miranda Secretário de Educação do Estado do Paraná: Acredito que primeiro agradecer o convite. Eu acho que é é válido sempre que tiver oportunidade, ter o debate, discussão sobre políticas públicas educacionais. Sempre quem ganha é o Brasil é a nossa sociedade. Em relação à educação profissional, é uma decisão como o Ministro colocou aqui, uma decisão política de gestão, então eu posso falar aqui no Paraná, para nós uma decisão política de gestão, ofertar educação profissional não é simples. Ela é algo complexo. Porque não basta você colocar um curso na escola, e falar pro professor, se vira. Vá dar sua aula, então sera bem direto, é o que normalmente acontece nas redes. Faz um documento orientativo, vai dar sua aula sobre esse assunto. Professor o professora fica sozinho nesse nesse momento, então precisa apoiá-los. Então tem que ser assertivo nas decisões da oferta dos cursos.

Segundo ponto é, obviamente que o financiamento ele é crucial, e é importante ter o apoio

do recurso financeiro para você dar condições e estruturas de trabalho, a na ponta. Mas educação profissional, eu vejo ela como uma algo como uma função de transformação, já falei isso, aqui transformação social, é uma oportunidade pro jovem principalmente estudante de escola pública. E obviamente que a gente tem agora se avizinha uma reforma do ensino médio novamente, que causa pra gente, como a Fátima colocou, aqui a gente faz planejamento, investimento, prioridades. Aí vem uma nova reforma, que acaba caindo tudo por terra, aquilo que um trabalho que já foi traçado aí uma 2-3 anos, que acaba tendo que retroceder. Então que que a Priscila, a gente trabalhou muito nesse projeto de lei (de novo Ensino medio), É sempre uma defesa pela educação profissional, é algo que é importante porque é do interesse do estudante. O estudante se conecta mais com a escola. porque a gente tinha um ensino médio que não tinha uma identidade. era mais uma revisão dos anos finais que o estudante fazia no ensino médio. O EPT, ele traz essa perspectiva de futuro para esse jovem, para esse adolescente, que tá se formando e e a oportunidade de você levar o ensino técnico no Paraná.

A gente conseguiu levar para mais de 50% das escolas do estado ensino técnico, temos escola especializada, Escola Técnica na área de agricultura, temos 26 escolas que o estudante é filho do pequeno agricultor, e ele passa a semana na escola, é um colégio integral, ele passa a semana toda, ele aprende na prática, tem a fazenda, tem os animais, que faz todo o trabalho, e ele volta todo aquele aprendizado na escola na escola, e volta para casa. Como também temos a casa familiar rural, aonde o estudante passa uma semana na escola, e uma semana em casa, então faz essa pedagogia de alternância. Tudo isso é para levar é qualidade ô menino, para integrar os seus anseios de futuro, e da do seu cotidiano, com a escola. A escola tem que tá integrada a perspectiva desse adolescente, ela não pode ser uma escola distante, foi o que foi dito aqui muitas vezes. Você pensa num curso né ô Guilherme, que não tem nenhum, não tem nenhum contato com a perspectiva daquele adolescente, ou do arranjo produtivo local, e o menino faz mais um curso que depois ele se frustra, ao final do curso que ele não consegue fazer estágio, não consegue fazer atuar na área que ele tá se formando.

Então é o desafio é grande, mas tem que começar. Tem que começar por uma ponta a hora que começa já é já 1% 2% que a gente já esgotou, e vai faltar 97. E é assim que a gente pensa a educação trabalhar com ela numa perspectiva que dialogue com os interesses dos nossos adolescentes, mas também com a perspectiva de futuro dele. Ser integrado porque quem é pobre, quem não tem perspectiva de futuro, ele não tem tempo para esperar, então tem que começar. Obrigado.

Fernando Exman **Chefe da Sucursal do Valor Econômico em Brasília:** Obrigado. Professor, o senhor quer fazer uma amarração final rapidíssima para gente passar pro próximo painel por favor.

Guilherme Lichand, Professor da Universidade de Stanford: Claro, só agradecer e reforçar. Imagina, quase 30 anos atrás, ainda no governo Fernando Henrique, Paulo Renato disse que tinha uma visão que toda criança ia estar matriculada na escola. Ele atrás falaram para ele tá maluco, como é que a gente vai conseguir fazer isso, e de fato essa visão quase se tornou realidade, aí antes da pandemia, a gente quase 100matriculados na escola. Mas, porque tinha os recursos suficientes para que isso fosse verdade. Esse Ministério da Educação também tem uma visão todo aluno em tempo integral, e metade dos alunos do ensino médio, talvez 1/3 a metade EPT, só que para essa visão ser realidade vai precisar de recursos. Ministério da Fazenda vai precisar achar as maneiras de garantir os recursos suficientes para que tempo integral, e EPT se tornem realidade, né, o GAP de recursos é enorme. 1 bilhão por ano que tem hoje disponível para o aumento das matrículas em tempo integral é insuficiente. E para EPT então nem se fala. Então, espero que essa conversa conjunta possa mobilizar, aí os recursos, para que essa visão do MEC também deixe seu legado histórico. Obrigado mais uma vez.

Débora Freitas Âncora da Rádio CBN: Muito obrigada Secretária, Secretário, Professor, pela contribuição extremamente objetiva. Muito obrigada ao Fernando e ao Murilo pela mediação. Uma rápida foto por gentileza, antes da gente dar início ao último painel muito obrigada, ah por ai, por Guilherme poder sair. muito obrigada muito obrigada a todos.



Figure 17: Painel 3 - Exman, Gavioli, Lichand (na tela), Miranda, Camarotto

Painel 4: A proposta sobre a ótica das Finanças Públicas nos Estados

Débora Freitas Âncora da Rádio CBN: Agora vamos ao painel quatro de debates, nosso último painel desta manhã. O tema desta vez “A proposta sobre a ótica das Finanças Públicas nos Estados”. Para discutir o assunto estarão no palco, Carlos Xavier, Presidente do Comsefaz e secretário de tributação do Rio Grande do Norte, por gentileza, Secretário. [Aplausos] Felipe Salto, Economista-chefe da Warren Investimentos e ex-Secretário da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, por gentileza. Obrigada. Pela internet, teremos a participação remota, de Vilma Pinto, Diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal. Seja bem-vinda. Obrigada. Também, contamos com a participação de Luis Claudio Gomes, Secretário de Estado de Fazenda de Minas Gerais, por gentileza, seja bem-vindo, e para fazer a mediação a dupla de jornalistas do Valor Econômico, Fernando Exman e Lu Aiko, por gentileza acomodem-se o espaço de vocês. Um ótimo debate.

Fernando Exman Chefe da Sucursal do Valor Econômico em Brasília: Muito obrigado a todos, já quase Boa tarde. Acho que temos, Lu a missão de fazer uma a grande amarração final. Tenho certeza que os nossos convidados nos ajudarão com brilhantismo. Vamos começar, então com as nossas falas iniciais. Eu acho que a gente tem também o desafio de tentar condensar nossas considerações, para que depois a gente possa trocar uma ideia, enfim fazer as perguntas. Felipe, vamos lá.

Felipe Salto, Economista-chefe da Warren Investimentos e ex-Secretário da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo: Bom, primeiro cumprimentar os organizadores, agradecer o Valor Econômico pelo convite, cumprimentar a Todos Pela Educação, também a Priscila que é uma amiga de longa data, e o Fernando que eu fonte, eu sou fonte aqui de vários jornalistas que estão aqui, e são grandes amigos também, e os meus dois ex-colegas de de Comsefaz e de Confaz, o Cadu Xavier hoje presidente do Comsefaz, também um prazer estar aqui com você, Cadu, e o Luiz Cláudio. Luiz Cláudio é um craque, sabe tudo do ICMS, ajudou a superar a crise dos combustíveis em 2022, que não foi uma coisa fácil, a Lei Complementar 194, toda aquela confusão, e a Lu Aiko, também. Lu Aiko falo desde que ela era do Estado, depois Valor Econômico, então um prazer também estar aqui com vocês. Eu trouxe alguns slides até para organizar melhor o tempo então se vocês puderem colocar aqui indo direto ao ponto eu vejo da seguinte maneira.

Eu acho que a proposta é bem intencionada, o Secretário Rogério Ceron e o Secretário Dario Durigan já explicitaram bem que o objetivo do governo é tentar renegociar a dívida, mas dessa vez com uma contrapartida que não vai ser aquela coisa da exigência de reformas estruturantes, ou então de exigir uma reforma da Previdência, ou que não se conceda reajuste salarial, aquela coisa draconiana que nunca acontece, depois o estado vai pro Supremo Tribunal Federal, e ganha uma liminar, e fica sem pagar as parcelas, e os juros, né, o chamado serviço da dívida. Então a intenção é boa, mas o Guilherme Lichand, que aliás eu fui calouro do Lichand na graduação em economia na GV, lá em São Paulo, ele não poder poderia ter sido mais feliz. Acho que foi muito boa essa sequência, dos dois painéis, porque ele mostrou o seguinte: Qual é o objetivo do programa? É uma proposta para a educação, ou é uma proposta para resolver a dívida dos Estados? Porque o primeiro que conseguiu mostrar o seguinte - colocar números do ponto de vista da expansão do ensino técnico, quanto custa por cabeça, né, per capita, e aí fazendo simulações etc. etc. foi ele, né.

Do ponto de vista do governo, pelo menos, eu não vi com essa clareza, né, qual seria o objetivo, inclusive por estado, porque passando aqui o O slide.



Figure 18: Salto: Análise Fiscal 1 - perspectiva nacional

A gente vai ver o seguinte que os estados mais endividados e não tá passando, que os estados mais endividados como já foi falado, são quatro né Minas Gerais, São Paulo, no próximo aqui ah, Rio Grande do Sul, e Rio de Janeiro, né só que dentro desses quatro desse grupo desses quatro primeiros ali. Rio de Janeiro com 188%. Rio Grande do Sul com 185% Minas Gerais com 167% me corrige aqui o Secretário, e São Paulo com 127% esses dados são do relatório de gestão fiscal do terceiro quadrimestre do Tesouro Nacional, que o Tesouro Nacional compila.

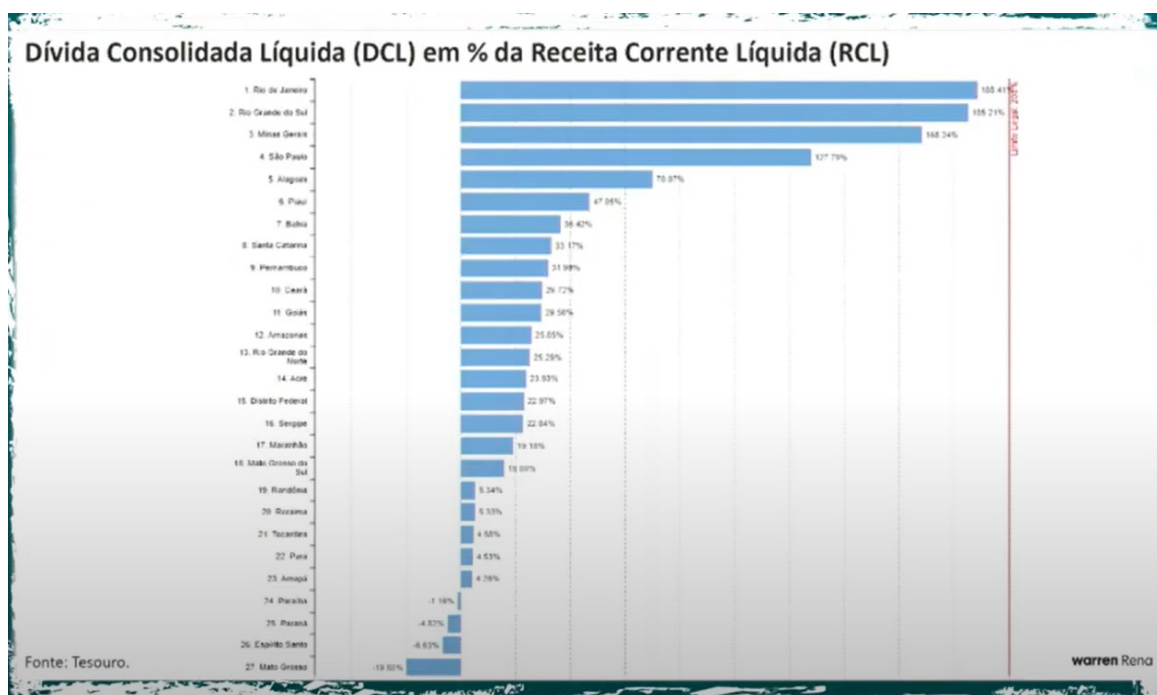


Figure 19: Salto: Análise Fiscal 2 - por Estado

Você tem quatro realidades completamente diferentes. Por exemplo, São Paulo nunca ficou inadimplente. Mas, por que o Governador Tarcísio quer a renegociação? Porque tem uma coisa

na Lei de Responsabilidade Fiscal que chama-se “limite pro serviço da dívida” Não limite para esse numero grande, aqui que nós estamos vendo, que é aquela linha vermelha que é o 200% da receita corrente líquida. É um outro limite que é pro fluxo, o juro e a parcela, quando você soma a amortização, aliás o juro e a amortização que compõe a parcela, eles não podem passar de 11,5% da receita corrente líquida (rcl). Em São Paulo, já tá batendo nesse montante, só que tem excesso de oferta. O BID quer emprestar para São Paulo, o Banco Mundial quer emprestar. Sempre foi assim o o Banco que vocês quiserem imaginar aí, quer emprestar para São Paulo. Por que? Porque tem condições econômicas suficientemente boas, e que geram essa atratividade. Então, o problema de São Paulo, não tem nada a ver com do Rio Grande do Sul, que não tem nada a ver com de Minas, que não tem nada a ver com do Rio de Janeiro.

Rio Grande do Sul, por exemplo, Minas e Rio tem um um problema que tem um matiz, e agora falando não como como ex-Secretário, mas como especialista em contas públicas, que a meu ver, é uma questão do gasto - de custeio, o gasto de pessoal, o gasto previdenciário, que não se conseguiu atacar até o momento. Assim, como a união também não conseguiu atacar. Eu lembro que quando foi aprovada a reforma da Previdência, eu falei em 5 ou 10 anos vai ter que fazer uma nova reforma da Previdência. É sempre o chato na sala, né, o fiscalista é sempre o chato na sala, em cinco ou dez, acabou de aprovar, o governo quase se matou para aprovar no Congresso, aí vem o chato, e fala em 5 ou 10 anos, vai ter que fazer outra reforma, e o que que tá acontecendo agora.

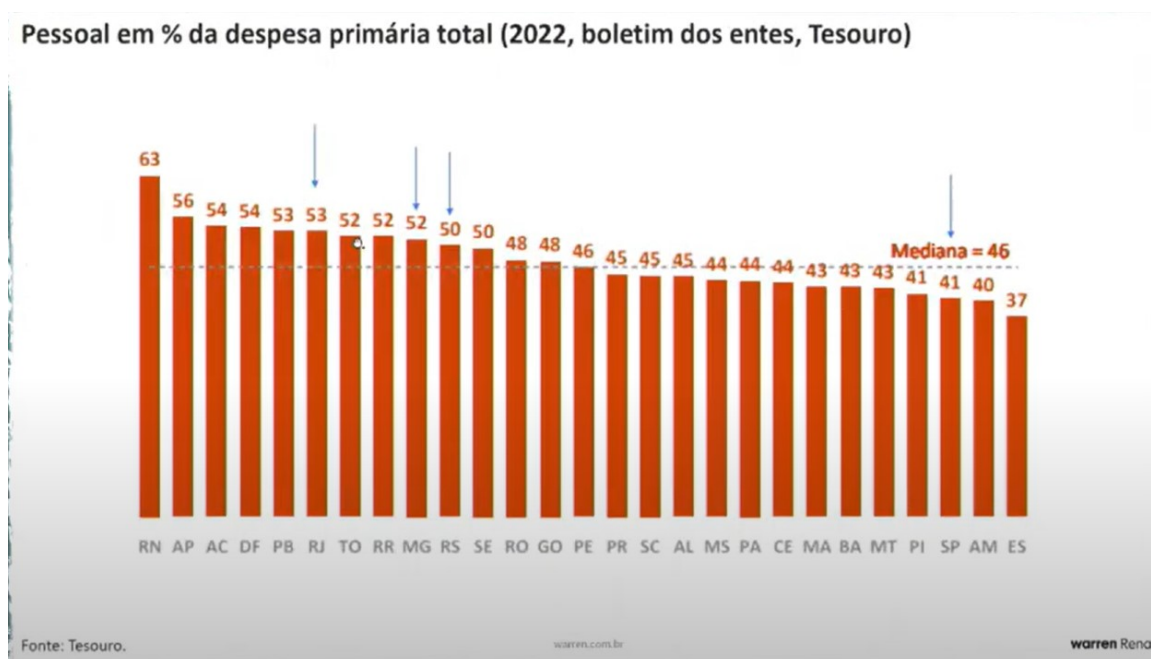


Figure 20: Salto: Análise Fiscal 3 - Assunto de despesas - gasto de pessoal elevado

O IPEA acabou de publicar um estudo mostrando que daqui dois anos anos vai precisar fazer provavelmente uma nova reforma da Previdência, porque a gente aprovou uma reforma paramétrica, que fixou uma idade mínima que não é corrigida pela evolução da sobrevida. A gente não endereçou a questão da previdência dos militares, não resolveu o problema da da previdência da aposentadoria rural, etc, etc. Então, o ponto é que esses três estados, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, e Rio de Janeiro, e cada um é um mundo aparte, eles têm problemas estruturais que precisam ser resolvidos, com soluções específicas para cada um desses estados. E como é que você faz isso, é fácil falar, né, a gente sabe lá, no Comsefaz e no Comfaz, como é difícil. E lá se trata de um tema só, né, que é o tributário, e normalmente só de benefício fiscal, 90% do tempo, exceto quando tem um tema como reforma tributária, e coisas do tipo,

né, Cadu e Luiz Cláudio. Agora, quando a gente entra então nesses desafios federativos, eu acho que nós temos que tirar do papel, uma proposta que na verdade não é uma proposta, é um dispositivo que tá na Lei de Responsabilidade Fiscal.

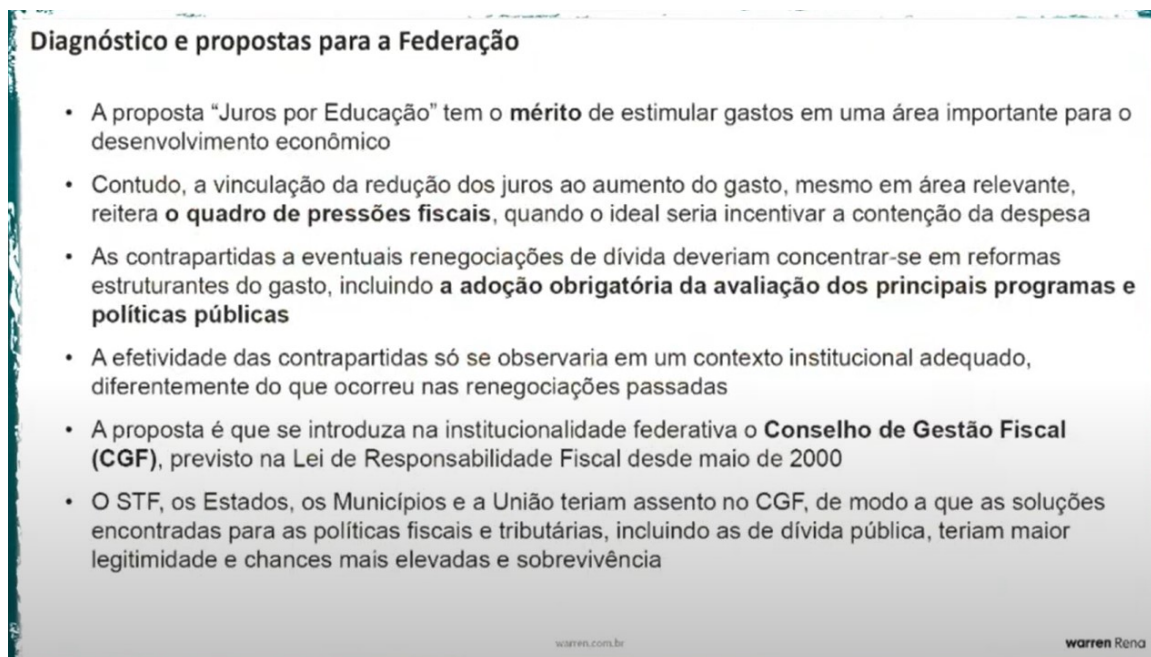


Figure 21: Salto: Análise Fiscal 4 - Conselho de Gestão Fiscal ou CGF

Um dispositivo que tá na Lei de Responsabilidade Fiscal que chama Conselho de Gestão Fiscal. Faz 24 anos que nós promulgamos essa lei chamada Lei de Responsabilidade Fiscal. Se ela tivesse sendo respeitada, não precisava de novo arcabouço fiscal, não precisava discutir orçamento de guerra, não precisava discutir teto de gastos, nada disso. Só que o problema é que cada Tribunal de Contas, em cada Estado interpreta a Lei Complementar 101, do jeito que dá na telha. Essa, que é a verdade e ainda tem o ministério público de contas e os órgãos de controle, eles são turbinados, tem os melhores salários. E o executivo a míngua. Isso eu senti na pele. Eu fui secretário de São Paulo, e eu tenho certeza que todos os estados é a mesma coisa. Você vê o TCE, no caso de São Paulo, era do outro lado da rua ali na Rangel Pestana, do lado da Catedral da Sé, o prédio do TCE, os servidores bem pagos fazendo concurso a todo momento, e a gente sem servidor, por exemplo no tesouro estadual, para cuidar de um orçamento de 312,7 bilhões que era o número da minha época. Só de ICMS era 202,3 bilhões.

Então há algo de podre no reino da Dinamarca, e nós precisamos corrigir. Eu acho que o começo da solução passa por instituir esse conselho de gestão fiscal. Armar mais uma instituição, nós não temos nenhuma instituição para discutir a federação. Só tem o Confaz, que foi criado pelo ex- ministro Delfim Neto em 1975, sabe, por quê? Porque ele começou a ver que os secretários de estado estavam reportando para ele que a situação fiscal dos estados estava começando a dar problema. Ele falou, bom, deixa eu reunir todo mundo numa mesa aqui em Brasília, os 27 secretários de estado, da fazenda e planejamento, antes que a coisa comece a degradingolar. Foi por isso que foi criado o Confaz, é a única estrutura que nós temos até hoje para discutir a Federação.

O CGF é interessante porque é muito mais democrático porque ele já tem as todas as atribuições definidas na Lei Complementar 101, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Você pode discutir normatização contábil, pode discutir política tributária, pode discutir a política fiscal dos Estados, pode discutir a renegociação da dívida, etc. etc. etc.. E por exemplo, numa mesa como essa, não estariam sentados só os secretários do Estado, estaria o Supremo Tribunal, também.

Ou seja, é uma diferença importante porque o Supremo normalmente ele entra só na etapa posterior. Então quando dá problema, o estado vai lá, pede pro Supremo interrompe o pagamento, né, e aí abre uma folga temporária, etc. etc..

Como tá acontecendo agora em alguns estados, nesse modelo, se a gente conseguisse instalar, o Conselho de Gestão Fiscal, a proposta Juros por Educação, por exemplo, poderia estar sendo discutida lá, cada estado e apresentar suas contas aí, os especialistas como nós estamos fazendo nesse evento organizado pelo Valor, que aliás eu parabeno, o Valor Econômico por isso porque eu acho que é extremamente importante. Viu Ana em seu nome aproveito para cumprimentar a todos. Poderia tá sendo feito lá no Conselho de Gestão Fiscal. Então não dá pras coisas saírem da caixola desse jeito, de repente, juros por educação. Como assim? Para aí, São Paulo tem 285 bilhões de dívida, paga uma fábula de juro. O Acre não tem dívida, Paraná tem dívida líquida negativa, salva o melhor juízo, tá tudo ali, na tabela que eu acabei de mostrar. Então como é que nós vamos fazer, quer dizer, quem não tem dívida e não paga juro não vai ter direito a ter uma política de educação?

Guilherme mostrou muito bem, foi muito feliz, o exercício dele, o Rio Grande do Sul por exemplo, super endividado, né, aí na tabelinha do Guilherme ele não tá proporcionalmente beneficiado como deveria se a gente fosse considerar esse critério, então não me parece que a saída seja essa, e tem um outro problema, pessoal. Como é que faz com os estados que não tem dívida? Se eu fosse Governador, tava aqui o governador da Paraíba até há pouco, se eu fosse governador da Paraíba, eu estaria pleiteando desde logo com o Ministério da Fazenda o que já é um erro, porque numa Federação não é o Secretário ou o Governador pleiteando pro Ministro, deveria ser uma coisa por igual homogênea, horizontal, como numa Federação deveria ser. Porque aqui nós temos três níveis de Federação, né de entes Federados, o estado o município e união, e estaria preocupado com isso, porque então o estado dele não vai ter direito.

Então me parece que essa proposta tem um erro já de concepção, eu acho que nós temos que começar pelo Conselho de Gestão Fiscal, é uma baita oportunidade, da gente, tirar do papel, já tá pronto na Lei de Responsabilidade Fiscal. Eu acho que é uma grande oportunidade que a gente tem.

Já vou terminar, tá é a solução para cada caso, né eu tô exemplificando aí os quatro endividados né mostrando que cada um tem que ter uma saída diferente. São Paulo por exemplo, por que que a gente não pode pensar numa proposta de flexibilização da 9496, e deixa São Paulo se endividar, sem custo para a União, deixa o risco para São Paulo. Ele quer em vez de fluxo de 11,5% de rcl, por 12,5% ou 15% - problema de São Paulo. Ele quer aumentar investimento, o problema dele. Não tem que o tesouro ficar, de maneira paternalista dando aval para São Paulo comprar trem, para CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) comprar metrô.

E aí fica pendurado aqui no tesouro, porque se o partido é o PT e o Presidente é o Bolsonaro e vice-versa, você trava o aval para concessão do empréstimo. Imagina, quer dizer, isso não é uma federação. Nós temos que mudar radicalmente, isso. Tem que dar mais liberdade para os Estados. O governo de Fernando Henrique fez um milagre, quando aprovou a Lei 9496, porque nós estávamos em pandarecos na questão federativa fiscal. O que que a união fez? Uma coisa inteligente. Assumiu a dívida dos estados e das capitais. São Paulo emitia as paulistinhas, emitia títulos, né, tinha um prêmio em relação ao tesouro. E aí o tesouro falou o seguinte, olha credores, agora eu vou emitir letras financeiras do tesouro, para vocês e os estados ficam devendo para mim, qual vai ser o juro? IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna) mais 6; IGP-DI mais 7 ou IGP-DI mais 9. Só que lembra que na época a taxa SELIC era de quase 50%.

Lá nos idos de 2012 a 2014, o prefeito de São Paulo era o atual Ministro Fernando Haddad e

Diagnóstico e propostas para a Federação

- O problema fiscal dos Estados, particularmente, não tem apenas um matiz
- No que se refere ao endividamento, os quatro Estados mais endividados: RS, MG, SP e RJ têm situações completamente distintas
- **SP** tem excesso de oferta de financiamento, por exemplo, mas esbarra na restrição da LRF para o comprometimento de gastos com o serviço da dívida em percentual da Receita Corrente Líquida (RCL); sua situação econômica é sólida e nunca ficou inadimplente
- **RS** tem um quadro de Dívida Consolidada Líquida (DCL)/RCL elevada, mas avançou, recentemente, nas reformas estruturantes (destaque à reforma administrativa)
- **RJ e MG** são os casos mais preocupantes: DCL/RCL elevada combinada com não adoção ou não cumprimento das contrapartidas fixadas nos últimos acordos e/ou no Regime de Recuperação Fiscal (RRF)
- **A solução, para cada caso, deve ser distinta.**
- A legitimidade para saídas com desenhos diferentes só pode ser encontrada por meio do CGF, a fim de que não se repita o erro de **remédios gerais com custo alto e baixa eficácia**

warren.com.br

warren Rena

Figure 22: Salto: Análise Fiscal 5 - Conclusões - Parte A

conseguiu-se a renegociação, que hoje, na época eu critiquei, mas hoje eu vejo que foi boa, que foi a troca retroativa do indexador. Porque você tinha uma disparidade entre a correção, da dívida mobiliária Federal, e essa maluquice de IGP-DI mais 9. No caso do Município de São Paulo que tinha ficado inadimplente, e subiu de 6 para 9, uma taxa real de 9% então o que se fez corretamente, você trocou por IPCA mais 4, ou SELIC, aquilo que fosse menor. Então não cabe mais falar em trocar indexador, na minha modesta opinião porque IPCA mais 4 ou SELIC, já caminha junto com o custo médio da dívida imobiliária federal, a ou a taxa implícita da dívida bruta, o que você quiser.

Então o que que cabe fazer? O que cabe fazer, é ver caso a caso, e discutir renegociações, tendo presente que o que nós vamos fazer é perdão de dívida. E se nós vamos dar perdão de dívida, nós temos que ter contrapartidas que infelizmente não devem ser aumento de gasto, devem ser corte de gasto, e aumento de receita.

Essa é que é o duro recado que infelizmente eu gostaria de dar mas é o que eu penso e eu gostaria de deixar isso para vocês. E a solução para cada caso, ela precisa ser distinta e o locus para isso é o Conselho de Gestão Fiscal. Se nós formos de novo, por essa história de pensar as soluções, dessa maneira que vem o Governador do estado no gabinete do Ministro, aí pensa a solução, aí São Paulo corre, aí vem o Rio Grande do Sul, aí vem Minas Gerais, aí vem Rio de Janeiro, não dá. Tem que ser uma coisa em que todos sejam tratados da mesma maneira, inclusive a união. Não existe uma subordinação dos Estados à União ou nós somos uma federação.

E aí eu tenho quatro propostas para não ficar só na crítica.

A primeira é que eu acho que para estados que tem condições econômicas, nós temos que flexibilizar os critérios para tomada de crédito e financiamento. Ou alguém acha que o Japão é pior do que o Brasil porque tem 200% de dívida PIB e o Brasil tem 75%? Não, o fato de ter dívida alta não significa que São Paulo seja um estado economicamente ruim. Ao contrário, ele tem dívida alta, e pode ter uma dívida ainda maior, porque a dívida é sustentável, porque a receita cresce mais que o numerador, a receita que tá no numerador cresce mais do que que tá no numerador, que é a dívida consolidada líquida. Então tem que ter flexibilização, e essa

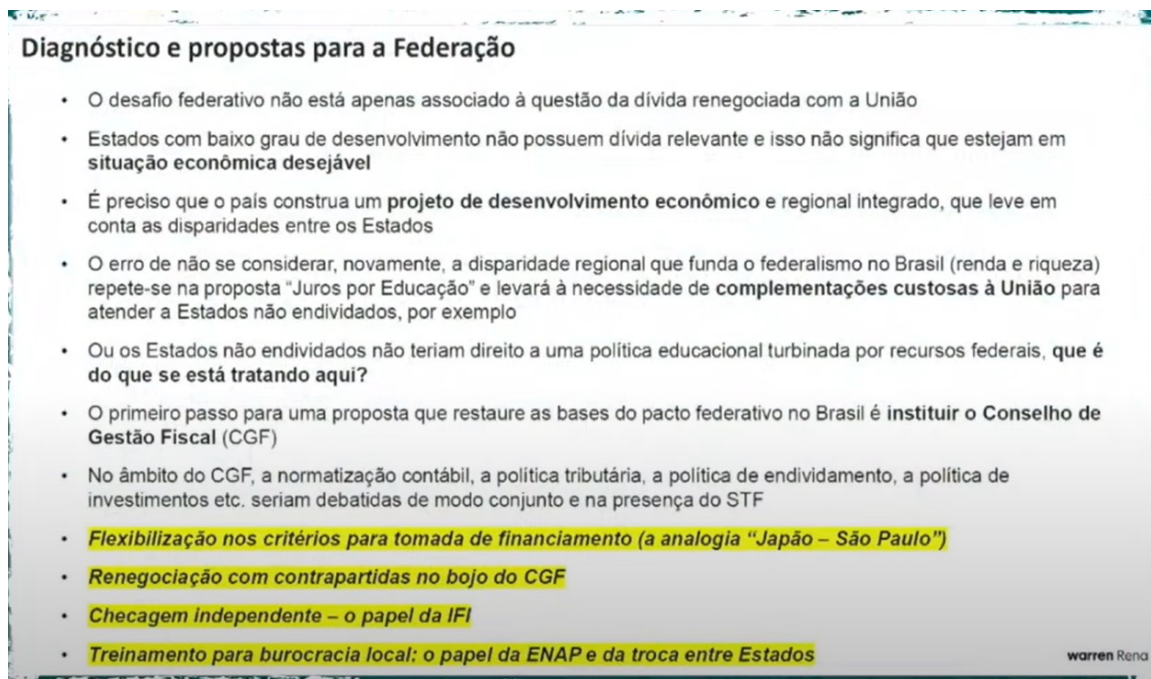


Figure 23: Salto: Análise Fiscal 6 - Conclusões - Parte B

flexibilização tem que ter critérios objetivos. Obviamente, definidos em lei, em acordo com todos os estados, a união, e o Supremo Tribunal Federal, porque se não tiver o Supremo no meio vai sempre judicializar, quando a coisa apertar, e é sempre assimétrico. Nós já vimos porque é só ver o track record das decisões do supremo.

Renegociação com contrapartidas, no bojo do Conselho de Gestão Fiscal. Ou seja, eu acho que tem que ter renegociação, sim, para Minas, tem que ter pro Rio Grande do Sul, e tem que ter pro Rio de Janeiro, porque não tem outra saída. A dívida, se isso não for feito, vai explodir e o custo, vai recair sobre o tesouro, ou seja sobre o grosso da sociedade de novo, então tem que ter renegociação, mas tem que ter contrapartida, tem que fazer o arroz com feijão, nós não temos que inventar moda, tem que colocar o seguinte: Quais são as contrapartidas exequíveis? O erro do regime de recuperação fiscal chamado rrf, foi o mesmo erro do "Teto de gastos". A emenda constitucional 95, exigiu dos Estados uma montanha de contrapartida, como se de repente todo mundo fosse ficar fiscalista, e daí ninguém consegue cumprir, aí você começa a ter desvios da regra, começa a ter pedido de mudança do regime, etc. etc. Até para não falar na dificuldade de adequação para entrar no regime. E aí eu coloco uma coisa também que até a a Vilma Pinto tá aí, ela pode ver, o que ela acha também, mas eu acho que nós temos que ter um órgão independente, para checar todas essas contas, essas propostas, lá no bolso no no bojo do Conselho de Gestão Fiscal que seria a Instituição Fiscal Independente, que já tá instalada, na casa da Federação inclusive que é o Senado. Então tem que ter alguém checando as contas, acompanhando o regime de recuperação, ou o que quer que a gente faça de novo, lá no âmbito do Conselho de Gestão Fiscal e fazendo contas, e claro que o órgão tem que ser empoderado para isso tem que ter gente, tem que ter orçamento etc. etc.

E a última coisa, também que eu acho importante, porque as propostas de renegociação, elas sempre acabam redundando em transferência de recurso que aqueles estados que não tem dívida, obviamente o incentivo que você gera é o seguinte: Bom, eu não tenho dívida, eu quero dinheiro, então aumenta o fundo de participação, é óbvio que isso vai acontecer, já tá acontecendo. E aí o que se faz a prova, se no Congresso um aumento de mais um pedacinho, do IPI, do Imposto de Renda pro FPM e pro FPE. Nós precisamos começar a ter uma coisa diferente disso, temos

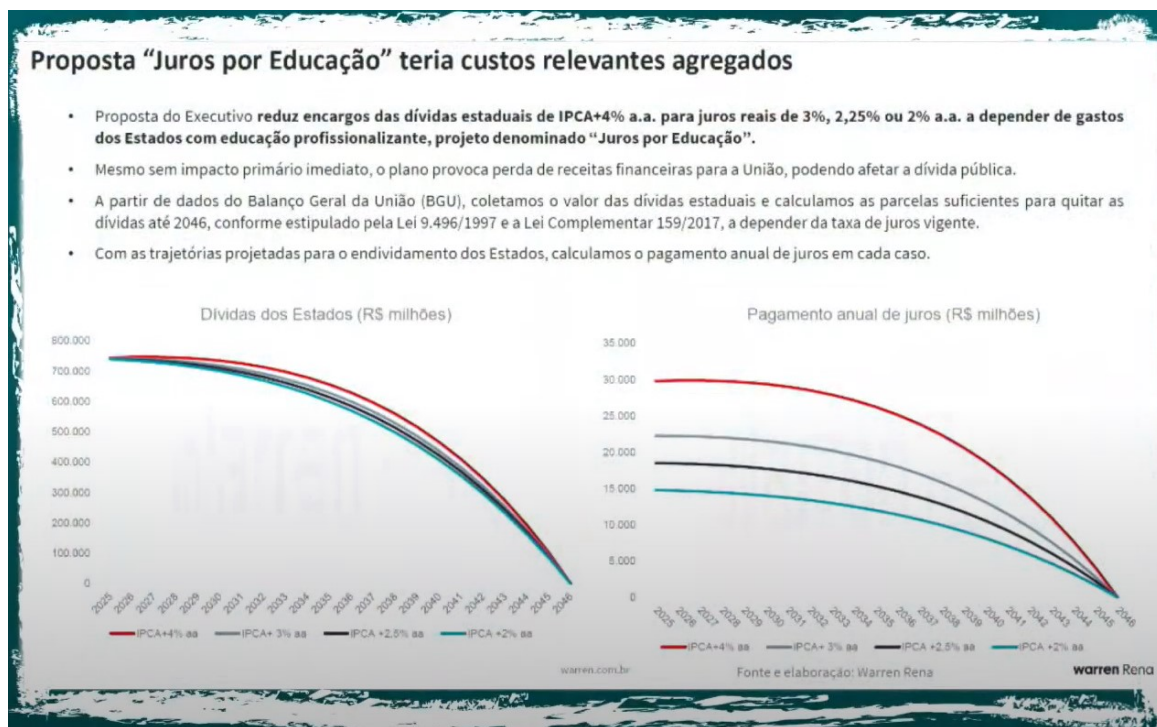


Figure 24: Salto: Análise Fiscal 7 - Implicancia - Juros por Educação A

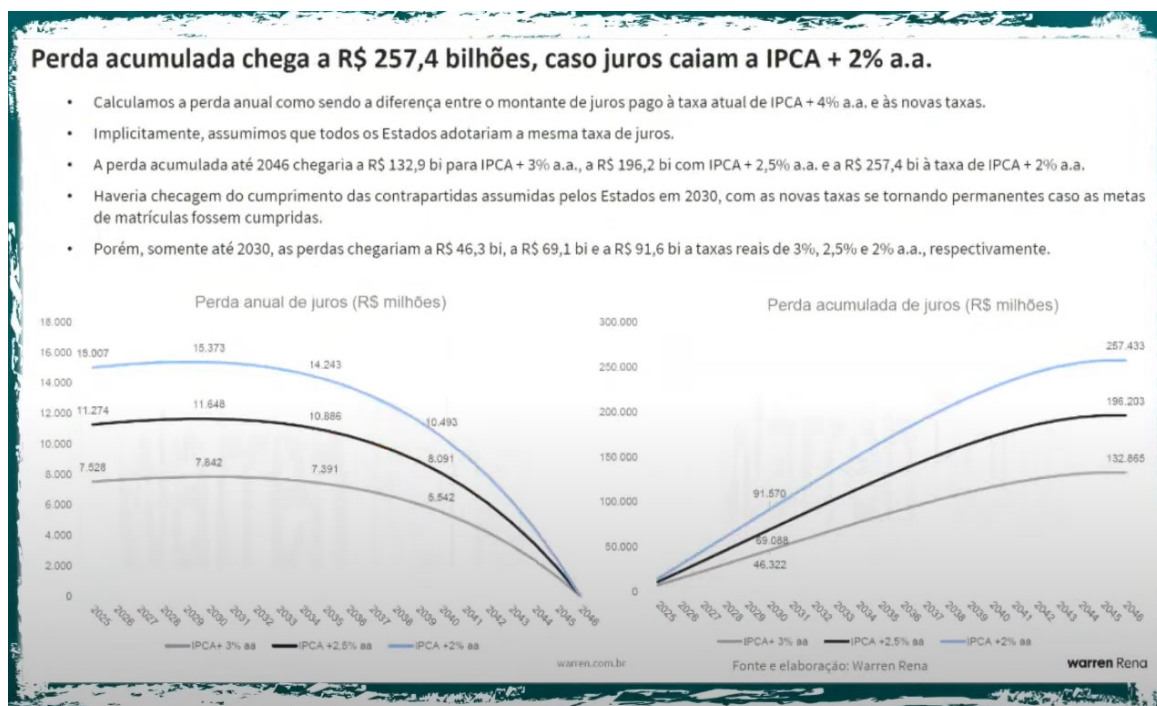


Figure 25: Salto: Análise Fiscal 8 - Implicancia - Juros por Educação B

que ter burocracia qualificada em todas as regiões do país, começando pelas capitais, para ter projetos de investimento.

Aqui nós temos um tesouro em Brasília que chama ENAP - Escola Nacional de Administração Pública, outra herança bendita do governo Fernando Henrique Cardoso que foi a reforma gerencial do Estado né, do Ministro Bresser Pereira. Então por que não a ENAP que já faz isso, ampliar o seu escopo. E também dentro dessa dessas quatro propostas né passar a oferecer treinamento junto com a união, com os estados que também tenham burocracia, mais qualificada relativamente a dos outros, nas diferentes áreas, oferecer esse tipo de treinamento.

E aí para terminar o último slide só queria mostrar o o custo da proposta do juros por educação.

Essa proposta, juros por educação, custa a bagatela de 257,40 bilhões, fazendo algumas hipóteses. O economista é aquela coisa - suponha que a lata de sardinias tá aberta, suponha que isso, suponha que outro, infelizmente é assim, nos trabalhamos com hipóteses. Quem quer perguntar os hipóteses, tem um artigo publicado pela Warren que eu posso disponibilizar, mas o resumo tá aí. O resumo da Ópera, Secretário Luiz, é que se a gente reduzir de IPCA mais 4 para IPCA mais 2, Lu Aiko, o que vai acontecer é que começa custando de 15 a 16 bilhões por ano. Como os contratos da Lei 9496, da 159 etc. etc., eles vão por mais 20 anos, 23 anos, né, até 2046. Então se eu só somar isso nominalmente dá 257,4 bilhões de reais. Um tiro no escuro, porque nós não estamos sabendo, nem qual é o objetivo, o Guilherme Lichad colocou hipóteses aqui, nós queremos aumentar em 30% em 50% o acesso.

Que tipo de ensino é esse, que regiões vão ser mais beneficiadas, e aquelas que não têm dívida, etc. etc. etc. Então, são essas as colocações que eu gostaria de fazer. Agradeço mais uma vez pelo convite, prometo que eu vou economizar na segunda intervenção, obrigado viu Fernando.

Fernando Exman Chefe da Sucursal do Valor Econômico em Brasília: Obrigado Felipe. Eu achei que a Vilma tinha desconectado, depois que que você tinha sugerido mais trabalho para ela na IFI, mas graças a Deus, ela ainda nos acompanha. Vilma a gente queria ouvir a sua avaliação, enfim, uma consideração inicial sobre os pontos positivos, os desafios do programa, por favor.

Vilma Pinto, Diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal: Bom, obrigada. Quase desconectei, tô brincando. Gostaria de agradecer o convite de participar desse debate, eu acho que é um debate muito produtivo, né, na medida em que a gente consegue observar a visão de diferentes áreas, né, e consegue pensar soluções, não só olhando do ponto de vista dos indicadores educacionais, mas também dos riscos, e das oportunidades, relacionados à questão fiscal, e agradecer pelo convite, parabenizar, né, O Valor Econômico, ao Todos Pela Educação, a todas as parcerias, que estão organizando esse evento. Bom, também gostaria de cumprimentar meus colegas de painel, né, fiz várias anotações relacionadas ao que o Felipe colocou, concordo com boa parte delas.

Eu acho que a gente realmente precisa pensar essa questão do projeto, à luz do que ele se propõe, né, Qual é o objetivo? A impressão inicial é de que o objetivo é fazer uma renegociação de dívida dos Estados, pensando numa contrapartida diferente, das que a gente usualmente tem observado nos nas diversas renegociações que ocorreram nos últimos anos. Muitas delas com necessidade de ajuste, ou com judicialização, ou até mesmo com questões relacionadas ao não cumprimento dessas exigências, Pensando também num potencial resultado positivo, do ponto de vista de produtividade, dos indicadores de produtividade da economia.

Bom nesse sentido, acho que o mérito da proposta é positivo né gente pensar em melhorar os indicadores educacionais - sendo isso um dos incentivos para que isso tenha uma uma contrapartida para questão da dívida dos Estados. E tem do ponto de vista de riscos, e de questões a

serem observadas. Esses pontos que o Felipe colocou, a questão dos Estados, ela é muito heterogênea, seja do ponto de vista fiscal, também do ponto de vista de necessidades educacionais.

Então acho que é importante a gente pontuar essa questão da heterogeneidade dos entes da Federação. Por conseguinte essa proposta naturalmente não vai abarcar, não vai atender as necessidades de todos os estados, até porque alguns tem em taxa de endividamento elevada outros não. Como o Felipe colocou, a questão do São Paulo, que apesar de ter juros elevado, uma dívida elevada, tem dificuldade, tem uma capacidade de pagamento razoável mas tem dificuldade de ampliar esse endividamento, por conta de outros indicadores que são previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

E nesse aspecto, aí eu coloco uma outra questão relacionada à questão dos entes estaduais e os objetivos dessa proposta, de tantas outras, de renegociação de dívida dos Estados. Eu acho que é importante, sim, a gente fortalecer os instrumentos previstos na nossa Lei de Responsabilidade Fiscal, isso passa pela criação do Conselho de Gestão Fiscal que tá previsto na lei de responsabilidade fiscal e até hoje não foi implementado. Eu acredito que a não criação desse conselho de gestão fiscal é um dos motivos pelos quais a gente discute hoje, crise nos governos estaduais.

Se a gente observar desde a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal, os indicadores dos Estados passou por um período de melhoria, contínua nos indicadores fiscais na primeira década de vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal. Teve um período de expansão do endividamento das operações de créditos, mesmo para estados, que não tinham, quando a gente olha os indicadores de capacidade de pagamento, não tinham capacidade de onrar esses compromissos, a gente observou a expansão de crédito, inclusive para esses estados. E com isso, junto à crise econômica, e outros fatores, a gente observou um declínio nas contas dos governos estaduais, e por essa questão a gente hoje e já, há alguns anos a gente discute tantos projetos de renegociação, de socorro aos entes estaduais e com ou sem contrapartidas.

Então acho que nesse sentido, de necessidade de renegociação, de mais uma rodada de negociação de dívida, eu acho que se tivesse existido, desde o início esse Conselho de Gestão Fiscal, a gente poderia ter observado, talvez um cenário diferente pro contexto atual. Adiciona essa questão, a necessidade de fortalecer também, os instrumentos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, relacionado aos outros indicadores, e metas que precisam ser cumpridos.

Então nesse sentido a gente tem, assim, o Felipe colocou a questão do limite pro serviço, da dívida. A gente tem vários outros indicadores que muitas das vezes a gente não acompanha, tão de perto, mas que precisam ser observado. E um deles né que é um indicador que eu gosto de utilizar, como exemplo, de necessidade de fortalecimento dos princípios e objetivos da Lei de Responsabilidade fiscal, é que a gente tem limites relacionados ao gasto, que tá, que precisam ser observados nesse sentido que tá relacionado, por exemplo, a questão de gasto com pessoal. Muito provavelmente né, eu tive a oportunidade de acompanhar um pouquinho pelo YouTube do painel em que o Secretário Ceron participou, e uma das coisas que foi colocada é que essa proposta inicialmente não vai entrar nos indicadores de mínimo da educação, mas esses gastos eventualmente podem afetar outros indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal,

Então a sustentabilidade do programa, ela tem que ser observada, não só do ponto de vista do gasto mínimo para educação, ou do resultado que possa ter de economia no serviço da dívida. Mas quais são os custos associados a isso. Felipe fez essa conta, que me assustou, um pouco o número Felipe de 257,4 bilhões de custo. Imagino que para a União, em função desse programa. Mas isso também. pode gerar impacto em outros indicadores que precisam ser observados para fins de sustentabilidade fiscal dos estados. Um deles, eu imagino que mais matrículas vão necessitar de mais profissionais, e sugera também impactos, e necessidade de

avaliar a sustentabilidade dessas medidas à luz dos gastos com pessoal.

Esse é um dos exemplos e tem tantos outros indicadores que a gente precisa observar em relação a isso. Então nesse sentido, quando a gente olha esses indicadores, a gente consegue observar, principalmente no gasto com pessoal, tem um estudo, que foi feito pela Selene Pêres Nunes, tipo a tese de doutorado dela, ela faz uma pesquisa com os tribunais de conta dos Estados, de como eles interpretam a Lei de Responsabilidade Fiscal, e em cada um dos seus estados, à luz de alguns indicadores. E quando a gente olha o indicador de despesa com pessoal, na maioria dos Estados, você tem uma flexibilização, um afrouxamento, da regra, em relação ao que a gente observa de fato na LRF. E quando a gente compara os indicadores reportados e oficiais, que são válidos por pelos Estados, e o número harmonizado, pela a Secretaria do Tesouro Nacional a gente vê discrepâncias significativas e muitas delas era sempre no sentido de que o número harmonizado pelo tesouro ser maior do que o número que consta nos relatórios de gestão fiscal dos Estados.

Então nesse sentido, eu acho que o fortalecimento dos instrumentos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal é um passo essencial para que a gente consiga atingir esses objetivos de sustentabilidade, das contas dos Estados. Do ponto de vista educacional, acho que de fato a proposta tem esse mérito de tentar melhorar a qualidade e o acesso educacional, e com isso trazer ganhos de produtividade para economia.

Bom eu acho que é isso para uma primeira provocação trouxe alguns temas, muitos deles em consonância com o que o Felipe já trouxe, obrigada.

Fernando Exman Chefe da Sucursal do Valor Econômico em Brasília: Obrigado Vilma. Secretário Carlos Xavier, por favor.

Carlos Xavier, Presidente do Comsefaz e Secretário de Tributação do Rio Grande do Norte: Obrigado Fernando. Boa tarde a todos e todas. Primeiramente, parabenizar o Valor Econômico pela realização do evento, Todos Pela Educação, a Fundação Itaú, cumprimentar meus colegas aqui de painel, Luiz Cláudio, nosso Felipe Fernando e Lu Aiko, mediando o evento, Felipe aqui.

Luís Claudio Gomes, Secretario de Estado de Fazenda de Minas Gerais: Eu acho que a gente precisa fazer para até, para iniciar, e ser de forma bem objetiva, a minha fala fazer um registro histórico. Sabe Felipe, é muito bacana, né, a gente pode ter visões, e eu vou colocar algumas delas, até contrárias ou críticas ao programa, mas é muito legal a gente viver essa quadra de uma forma completamente diferente que a gente viveu a quadra anterior, e o Felipe viveu o Luis Cláudio também, era já era, já estava Secretário lá em Minas Gerais, onde era quase que foi, quase que inexistente, um diálogo como esse, era um clima de conflito federativo, né a união olhava os estados como inimigos, sempre e culpando os estados pelos problemas do país, então só esse momento, né de debate federativo, a gente tem que elogiar, sempre que a gente tem oportunidade.

Dito isso até pra gente economizar o tempo. A minha presença aqui e a do Luis Cláudio, acho que fica legal pra gente. Eu sou Secretário do Rio Grande do Norte, tô aqui representando o Comsefaz, que eu estou presidente do Comsefaz. Eu vou dividir com com o Luis, para gente economizar tempo eu vou falar sobre o ponto de vista dos Estados não endividados que é o meu estado Rio Grande do Norte, e o Luís vai falar como gestor de um estado super endividado como a gente tá tratando aqui.

Também cumprimentar as nossas colegas, nossos colegas, Secretários de Educação, muito legal essa interação. A gente tá falando aqui de um tema que é fundamental pro desenvolvimento do país. Eu tenho que ter muito cuidado Lu, quando falo sobre esse tema, que todos sabem

a origem da Governadora do meu estado a Governadora Fátima Bezerra. Ela militou pela educação a vida toda então eu tenho que ter muito cuidado com minhas palavras aqui senão leva um puxão de orelha quando chegar lá no Rio Grande do Norte.

Vamos lá, pessoal, sobre o ponto de vista dos Estados não endividados, né, a gente coloca obviamente que a gente quer participar de alguma forma. A gente não tem o problema do superendividamento, e o Felipe fez um raio equis muito preciso aqui de cada característica da dívida, de cada estado, desse superendividados.

Nós, os outros 23 unidades da Federação, que não temos essa característica, nós temos outros problemas. Eu falo com muita tranquilidade do estado que tem uma maior comprometimento de gasto pessoal do país (Nota Suhas - 63%, a mediana para Estados no Brasil é 46%). Nós temos outras dificuldades, nós não temos um grande de endividamento com a união, mas nós temos outras demandas. Então um programa como esse, que vem tratar do federalismo brasileiro, ele não pode deixar de fora as 23 unidades federadas que não tem esse superendividamento.

Eu não gosto de usar nas minhas falas essa questão que tá se colocando muito aos “Estados que fizeram o dever de casa”. Eu acho que não é legal, divide, eu acho que talvez não seja nem justo com a história. Cada endividamento desse, tem sua história por trás. E aí que não cabe aqui a gente fazer esse debate. Agora, mas a gente não pode esquecer os estados que não têm esse perfil de endividamento e é preciso que a gente, estava olhando e mais um aqui a elogiar a apresentação do Guilherme Lichand. Fantástico, a análise que ele fez ali, colocando, fazendo essa comparação dos Estados superendividados com a carência, lá no ensino profissionalizante, acho que isso por si só, ele já traz uma crítica à estrutura do programa, e é uma crítica construtiva.

Ninguém aqui quer ser contra o programa nada disso mas eu acho que é é uma crítica basilar na premissa do programa, na falta talvez no desvio do foco do programa.

Então do ponto de vista dos dos Estados não endividados a gente precisa se inserir nesse contexto, seja através do do juros pela educação mas com outro viés, porque se a gente tem uma dívida pequena o juros é muito menor do que a nossa, necessidade lá do Rio Grande do Norte, por exemplo que foi colocada pelo Guilherme aqui. A gente tá fazendo investimento em 10 INEs que são 10 institutos estaduais de ensino profissionalizante. A Governadora, a gente teve acesso àqueles precatórios do Fundef, e a Governadora usou esses recursos para investir nesses 10 institutos profissionalizantes.

Então a gente tem interesse de ter recurso para financiar esse programa mas também temos outras necessidades, nós eu vou falar isso, que a gente tava conversando aqui, Luis, para trazer o debate, a gente tá vivendo a realidade lá do Rio Grande do Sul e ficar aqui também registrar aqui a minha a minha solidariedade a todo o povo gaúcho a nossa Secretária Priscila colega lá do do Confaz, e do Comsefaz. Talvez esse quadro que foi trazido aqui pelo Guilherme e esse contexto de tragédia que o Rio Grande do Sul hoje vive essa necessidade pequena que o Rio Grande do Sul tem para cumprir a meta do ensino profissionalizante abra um viés para que o excedente dos juros que eles vão economizar seja utilizado para a infraestrutura porque eles vão ter uma grande necessidade de infraestrutura, de de refazer quase que toda a infraestrutura do Estado, então esse debate pertinente eu acho que a gente tem que dialogar.

Reconheço aqui, enquanto presidente do Comsefaz, a disponibilidade do Governo Federal de fazer esse diálogo até porque como o Felipe falou não vai ser uma e também não é essa a intenção deles uma caixa preta com um programa pronto que vai resolver o grande problema e a grande necessidade de ensino profissionalizante no país. Então em linhas Gerais para economizar o tempo eu vou deixar o Luiz falar mais sobre a realidade dos Estados endividados. Era isso que eu tinha para contribuir no debate, aqui nessa primeira intervenção.

Lu Aiko, Periodista, Valor Econômico: Obrigada Secretário. Então vamos passar a palavra pro secretário Luís Cláudio para falar sobre a situação dos estados endividados e como é que eles estão vendo esse programa aí.

Luis Claudio Gomes, Secretario de Estado de Fazenda de Minas Gerais: Bom. Boa tarde a todos. Antes de tudo, queria agradecer ao convite feito pelo Valor Econômico, pela Fundação Itaú, Todos Pela Educação. Cumprimentar aqui os meus colegas, e todos aqui que estão nos vendo. O desafio proposto pelo Governo Federal nos juros para educação é um desafio enorme que tem que ser aplaudido porque trata de duas políticas muito importantes - política da educação, e a política fiscal dos entes Federados particularmente os estados. Só que ele traz grandes desafios distributivos e de homogeneização sob a perspectiva da educação ou sobre a perspectiva da política fiscal, especificamente aqui equacionamento da dívida dos Estados sobre a perspectiva da educação, já foi amplamente debatido.

Temos diferenças de demanda, escala, população, enormes entre os Estados. Particularmente aí, falando de Minas Gerais, temos também um a questão de diagnóstico. Em 2021 nós iniciamos um ciclo de um programa específico de trilhas de futuro, exatamente sobre tratando do ensino médio profissionalizante, que dobrou o número de matrículas para essa política pública. E aí quer dizer o estado de Minas Gerais, em algum momento, já iniciou essa política. Como é que ficaria sob a perspectiva de incentivo para equacionamento da dívida, esse estágio desse ciclo do Estado de Minas Gerais. É apenas um exemplo das dificuldades de você é homogeneizar essa política pública de incentivo.

Muito bem, queremos incentivar um ensino técnico profissionalizante em diversas situações, integral, parcial, é oferecido por estruturas municipais, estaduais que tem diversas soluções, esquemas de soluções diferentes, nos estados. E compatibilizar isso com a questão da política fiscal dos Estados é altamente complexo. Eu também concordo aqui com Cadu né, com o Felipe. Não dá pra gente dividir o país em super endividados e endividados.

Nós temos uma perspectiva histórica da evolução econômica de cada estado diferente. A própria União, em diversas oportunidades, já tratou a situação fiscal, particularmente dívida, começando como por exemplo, não começando mas um grande evento, foi a 9496 em 1997. Tivemos aí a Lei de Responsabilidade Fiscal, temos um marco regulatório do Regime de Recuperação Fiscal- que todos tiveram a ideia de trazer uma situação de política fiscal saudável presente.

Claro as situações, as soluções, os resultados, foram distintos como foi trazido pelo Secretário Ceron no tesouro, a dívida pública agregada do país melhorou. O perfil melhorou, o que significa que evoluímos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Evoluímos lá com a 9496 em 97, no entanto essas políticas não solucionaram todos os problemas fiscais dos Estados. Temos aqui, quatro Estados altamente populosos, que com situações graves de estoque, e três com situações muito graves de fluxo, que é o estoque em relação ao a à receita corrente líquida desses estados. Claro como Federação, claro que como União, nós temos que procurar soluções e vamos ter soluções no longo prazo para essa situação. A história tem mostrado isso. Agora, como foi trazido, o tema não é não é simples, ele é complexo a forma de debate ela tá correta, não a como trazer solução simples, ou única para problemas complexos, ainda mais em duas áreas assim tão díspares.

Então vamos, sim, participar da discussão. Agora, temos que chegar a um a um meio-termo que possa induzir essa política pública de educação particularmente técnico profissional, e ao mesmo tempo trazer uma solução para esses três quatro Estados altamente endividados ou com forte comprometimento da sua situação financeira, que tem aí talvez 50% da população do país obrigado.

Lu Aiko, Periodista, Valor Econômico: Obrigada secretário eu queria começar uma pergunta pro pro Felipe Salto. Felipe, você diz que, que você fez aí uma série de críticas, né, ao programa. Então queria saber como que o financiamento ao ensino profissionalizante tá precisando de mais recursos, fui muito colocado aqui durante o evento. Como é que ele se encaixa nesse desenho, aí que você tá dizendo de uma solução individualizada para cada Estado, na questão da dívida?

Felipe Salto, Economista-chefe da Warren Investimentos e ex-Secretário da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo: Eu acho que nós temos que separar as questões. O problema da renegociação da dívida, não vai resolver o problema da educação. Eu acho que para mim isso tá claro, essa ideia que foi vendida ela é muito atraente, juros por educação, juro é uma coisa péssima, educação é uma coisa ótima que todos queremos. Agora, como é que eu troco juros por educação, a viúva de sempre vai pagar a conta, que é a união. Porque juros por educação - alguém vai ganhar educação, alguém vai deixar de ganhar receita de juro. Quem vai deixar de ganhar receita de juro, que não é uma receita como a gente chama primária, é uma receita financeira, mas pouco importa, porque a receita financeira, afeta també a evolução da dívida, é a união.

E aí o que que vai acontecer. A união diz o seguinte, “Tudo bem. Eu tô disposto a abrir mão, desse fluxo financeiro. Por quê? Porque eu acho que abrindo mão desse fluxo financeiro, estados, vocês gastando esse fluxo, que eu tô abrindo mão, em educação, de boa qualidade no caso o ensino técnico né a o EPT, então, Sim, estamos acordados.”

Agora falta combinar com os russos. No caso, os russos são, as nossas condições fiscais que estão muito sérias. O primeiro gráfico que eu pulei, por conta do tempo, né, é a trajetória da dívida. A dívida pública hoje, dívida bruta do governo geral que inclui os estados, os municípios, as estatais, a união, e as operações compromissadas do Banco Central, porque o Banco Central também tem a sua parcela na dívida, é de 75% do PIB. Nós estamos crescendo muito pouco 2,5%. A taxa real de juros é 6,5% a 7%. Quanto é que precisa para equilibrar uma dívida de 75% do PIB com uma taxa real de crescimento de 2,5% e um juro Real de 7%? Precisa de 3,5% do PIB de superávit primário.

Só que nós fizemos déficit de 2.2% no ano passado. Se tirar os 92,4 bilhões de precatório, sobra 1.2% ainda de déficit. Então, eu tenho que ir de 1.2% de déficit para 3,5%, vai digamos três de superávit. 4,2% pon percentual de um PIB de 11 trilhões, e meiom vai, 500 bilhões de reais. Impossível. E aí nós vamos ainda estimular um gasto adicional, não vai não dá. Esse é o problema. Como é que resolve então a questão da educação? Eu não sou especialista em educação, mas mas em contas públicas eu sou e essa proposta não para de pé.

Fernando Exman Chefe da Sucursal do Valor Econômico em Brasília: A gente tá aqui com o desafio do tempo, mas eu queria ouvir qu uma bomba explodiu, não? Dá um medo, nada mas, eu eu queria ouvir dos Senhores, enfim. Muito se falou no primeiro painel sobre tentativa de tirar da Justiça, essa discussão uma questão né, ao mesmo tempo esse tratamento, enfim por isso um tratamento igualitário, com uma busca de incentivos, né indução de uma política. É viável? Que esse cenário se concretize? Ou inevitavelmente essa discussão acabará na justiça? A despeito do mérito louvável e que e imagino que todos queiram incentivar o ensino técnico, tudo mais, mas há um cenário de judicialização.

Carlos Xavier, Presidente do Comsefaz e Secretário de Tributação do Rio Grande do Norte: Bem, eu vou dar, e tudo passa pela política, né Fernando. A gente tem transitado no Congresso Nacional, transitado lá no Ministério da Fazenda, eu acho que a ambiência política é para se buscar uma solução, eu sinto isso. A gente conversou com com o Presidente do Senado, com vários atores, e eu sinto que pelo menos é um feeling pessoal tá, é um feeling muito parecido,

com o que a gente teve ano passado, de que a reforma tributária iria prosperar.

Eu acho que esse tema vai ser endereçado, sim, talvez não da forma como ele nasceu, até por esses problemas que a gente tá colocando aqui tá, mas eu acho que nesse ambiente de debate, isso aqui hoje, ajuda muito esse debate, eu acho que vai ser endereçado, porque eu concordo em gênero, número, e grau com a fala, acho que foi o Ceron, do que não dá, a gente precisa tirar isso da Justiça, né, do STF, não vai ser por aí. Acho que é difícil, Felipe, querer que o judiciário participe do nascedouro das ideias, Eu acho que isso talvez não aconteça, mas eu sinto a ambiência, respondendo objetivamente de que vai ser endereçado talvez não dessa forma que tá sendo concebido. Com alguns ajustes para resolver essa falta de foco em algumas questões e principalmente também resolver a questão dos estados que não são endividados.

Fernando Exman **Chefe da Sucursal do Valor Econômico em Brasília:** Secretário, quer complementar? Depois a gente vai passar pro desafio final de em um minuto fazer as considerações finais.

Luis Claudio Gomes, Secretario de Estado de Fazenda de Minas Gerais: Claro. Queria concordar com o o Presidente Cadu, do Comsefaz, que realmente nós temos que achar uma solução política, que ela passa pelo diálogo, e a construção de um projeto viável, so a perspectiva financeira dos estados que estão com essa situação fiscal. Como eu comentei, resolvemos historicamente, questões nas últimas quatro décadas, e o caminho do diálogo e ultimando ali na na casa, né, no Congresso Nacional é onde será resolvido isso.

Fernando Exman **Chefe da Sucursal do Valor Econômico em Brasília:** Obrigado. Lu, você quer passar a palavra final para Vilma já fazendo uma provocação para que ela não passe ..nao se ouça.. as perguntas?

Lu Aiko, Periodista, Valor Econômico: Tá bem, viu eu quero fazer uma pergunta, e aí você já aproveita faz as considerações finais tá. Bom, eu não quero te intrigar com o Felipe, mas eu queria ouvir a sua opinião sobre se o programa para em pé ou não. Porque você levantou um ponto aqui da do aumento da produtividade, também você tem outras impactos, né de um programa como esse, na economia. Então queria ouvir a sua ponderação sobre isso, obrigada.

Vilma Pinto, Diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal: Obrigada. Eu acho que de fato, né, como o Felipe colocou, tem questões fiscais que a gente precisa levar em consideração, e que não necessariamente são aplicáveis para todos os estados. Quando a gente observa principalmente as necessidades da proposta do ponto, de vista fiscal associado, também as necessidades de de ampliação do dos indicadores educacionais. Então, até que ponto a gente consegue, e de fato compatibilizar essas duas questões, né, questão educacional, e a necessidade de ampliação, de fortalecimento dos indicadores e da governança educacional, com a questão da sustentabilidade das contas dos governos estaduais. Eu acho que de fato a gente poderia pensar em soluções distintas, né e não num projeto em conjunto. Ou ainda que seja um projeto conjunto, a gente pensar também em medidas, em ações que vão de encontro a esses estados que não vão ser também abarcados por essa proposta, ou tenham necessidades diferentes, do ponto de vista de alcance dos indicadores educacionais. Então, acho que a solução ela é um pouco mais complexa, do que a gente tem observado na proposta em si. E a gente precisa endereçar nesse aspecto,é tentando compatibilizar as diferenças regionais nesse sentido. Eu acho que também é importante a gente avançar também em estudos de impacto, e aí de fato observar não só o impacto fiscal como o Felipe trouxe os números, mas também os impactos em educação. Qual é o potencial ganho da proposta do ponto de vista educacional? Quais são os custos associados? Quais são os benefícios? Quais são os impactos em produtividade por exemplo, e outros indicadores. Não vou me alongar muito, eu gostaria de novo, de parabenizar o evento, agradecer o convite, e é isso. Obrigada

Fernando Exman Chefe da Sucursal do Valor Econômico em Brasília: Obrigado Vilma. Felipe, outra coisa que não para em pé saco vazio, então assim, por favor considerações finais, sucintas.

Felipe Salto, Economista-chefe da Warren Investimentos e ex-Secretário da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo: Obrigado a todos pelo convite bom almoço a todos.

[Aplausos!]

Luis Claudio Gomes, Secretario de Estado de Fazenda de Minas Gerais: Eu também queria agradecer ao convite, e ao debate,

Carlos Xavier, Presidente do Comsefaz e Secretário de Tributação do Rio Grande do Norte: Obrigado. pessoal foi um grande prazer participar aqui com vocês.

Débora Freitas Âncora da Rádio CBN: Obrigada. Muito obrigada pela participação. Vilma, Felipe, Secretários, Obrigada a Lu e Fernando pela mediação e pelas contribuições. Muito obrigado, uma ótima tarde. Pedi para gentileza de vocês, se juntarem para fazer uma foto antes da gente encerrar.



Figure 26: Painel 4 - Exman, Salto, Gomes, Pinto (na tela), Carlos Xavier ou Cadu, Aiko

Débora Freitas Âncora da Rádio CBN: Muito obrigada, muito obrigada, obrigada. Bom então com este último painel, fechamos a programação deste primeiro fórum, Valor Econômico, o seminário juros por educação chega ao final, com a sensação de dever cumprido. Graças ao envolvimento e a dedicação de todos que participaram, trazendo dados importantes, soluções inovadoras, e muita vontade de realizar. Este encontro será um marco no fortalecimento da educação como motor de crescimento, inclusão social em nosso país. Em nome do Valor econômico, agradeço aos nossos parceiros, Itaú Educação e Trabalho e Todos Pela Educação e a todos vocês. Muito obrigada pela presença, pela audiência, por nos prestigiar e apoiar. Juntos sempre podemos fazer mais e melhor. Uma ótima tarde, e até a próxima